

Convergência

Agosto, Setembro e Outubro • 2022 • ANO LVII



Convergência ISSN 0010-8162

Diretora: Irmã Maria Inês Vieira Ribeiro, mad
Editor: Padre João da Silva Mendonça Filho, sdb
Redatora: Irmã Maria Aparecida das Dores Silva, fsp – MTb 3773/DF

Conselho Editorial: Padre Paulo Alessandro, oar
Padre Jaldemir Vítório, sj
Irmão Lauro Daros, fms
Irmã Nivalda Milak, fdz
Irmã Vera Ivanise Bombonato, fsp

Projeto Gráfico e Diagramação: Dulciene Luzia Almeida
Revisão: Padre João Mendonça Filho, sdb
Revisão Geral: Prof. Romulo Ramos Ximenes (especialista)
Impressão: Editora FTD - Sede São Paulo
Ilustração da Capa: Padre Reinaldo Leitão, rcj

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
SDS, Bloco H, n. 26, sala 507 – Ed. Venâncio II
70393-900 – Brasília - DF
Tel.: (61) 3226-5540
E-mail: publicacoes@cbnacional.org.br / pe.mendonca@hotmail.com
www.crbnacional.org.br
Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas
do PDF sob o n. P. 209/73



Editorial

Tomou consigo, Subir, Orar!..5

Mensagem do Papa

Homilia do Papa Francisco - Eucaristia por ocasião
do Ano Inaciano9

Santos e Mártires

Ato de Consagração ao Imaculado Coração de Maria14

Informes

Oração pela 26ª AGE.....17

O Sínodo e os Comerciantes do Templo18

Artigos

A Vida Religiosa: Do Caos ao “Kairós”?22
Victor Codina e P. Geraldo Lisboa Martins, sdb

O Medo do Sínodo sobre a Sinodalidade37
Celso Pinto Carias

Vida Religiosa, Direitos Humanos e Integridade da
Criação - Perspectiva Antropológica49
Nicolau João Bakker, SVD

O perfil das novas vocações à Vida Religiosa:
entre desafios e esperanças59
Frei Vagner Sanagiotto, O.Carm.

Virtualidade: Um Novo Desafio à Vida
Religiosa e Sacerdotal73
Ronaldo Zacharias

Dignidade, Fraternidade e Esperança: Exéquias e
Sepultamento das Pessoas Consagradas.....87
P. Ângelo José Adão, SCJ

Resenha

Quem Sou Eu para Julgar? – Recensão ao
Livro do Papa Francisco96
Frei Oton da Silva Araújo Júnior, ofm
Equipe Interdisciplinar da CRB Nacional

A Vida Religiosa Consagrada em tempos de
Papa Francisco102
Vanildo Luiz Zugno



TOMOU CONSIGO, SUBIR, ORAR!

PE. JOÃO DA SILVA MENDONÇA FILHO, SDB

Ao iniciar o Ano Inaciano, Papa Francisco convocou os jesuítas e a todos nós para seguir os passos da Transfiguração à luz de 3 verbos que nos ajudam a centralizar nossa caminhada nos passos de Jesus: tomou consigo, subiu e orar. Neste dinamismo, apresento, para meditação ativa, os artigos desta edição.

Victor Codina, sj, apresenta uma pergunta fundamental para a VRC no mundo atual: Há ainda futuro para nós? O momento é de crise. Estamos num caos. É possível um kairós? Com o artigo intitulado **A vida religiosa: do caos ao “Kairós”?** o autor, desde sua sensibilidade latino-americana destaca nossa insignificância no contexto atual, a acomodação ao retorno à “cristandade”,

fidelidade aos sinais dos tempos. O artigo nos conecta com a mudança de época e acende uma luz no final do túnel.

Celso Pinto Carias, cristão leigo, teólogo, apresenta sua preocupação com o processo sinodal que iniciamos em outubro de 2021, convocados pelo Papa Francisco. A questão está na indiferença ou na pouca aceitação da forma sinodal de ser da Igreja desejada por Francisco, ou seja, sair do cumprimento de tarefas para ser Igreja em escuta, discernimento e opções eficazes. O artigo, **O medo do Sínodo sobre a sinodalidade**, alerta-nos, como VRC, a não ficar à margem do processo.

Pe. Nicolau João Bakker, verbi-ta, traz uma excelente reflexão, na perspectiva teológica, sobre

os Direitos Humanos. Em tempos de tantas violências, polarizações e ódio, é preciso reler os Direitos à luz de uma antropologia integral. Com o artigo, **Vida religiosa, Direitos Humanos e Integridade da Criação – perspectiva Antropológica**, o autor apresenta a mística cultural do povo como referência permanente do nosso agir.

Frei Vagner Sanagiotto, carmelita, apresenta uma reflexão oportuna para os dias atuais sobre **O perfil das novas vocações à vida religiosa: entre desafios e esperanças**. O tema desenvolvido procura iluminar os perfis de jovens que batem à nossa porta e que expressam desejo de ingressar na VRC. Aspectos psicológicos e de fé precisam ser avaliados no discernimento.

Pe. Ronaldo Zacharias, salesiano, alerta-nos sobre nossa presença nas redes sociais. O computador desligado ou não sempre nos coloca em conexão com pessoas e sites. Trata-se de um novo areópago, para o qual nem sempre estamos

preparados(as). Com o artigo, **Virtualidade: um novo desafio à vida religiosa e sacerdotal**, chama a atenção para o cuidado nas relações para evitar as seduções, que não são poucas, e podem nos envolver a ponto minar as relações presenciais.

Pe. Ângelo José Adão, dehoniano, reflete um argumento que, neste tempo pandêmico, marcou profundamente nossas comunidades e o Povo de Deus em geral, as exéquias dos mortos e sepultamentos. O que fazer, como proceder? O Rito das exéquias tem um caráter eminentemente comunitário e expressa a fé na ressurreição. Com o artigo **Dignidade, fraternidade e esperança: exéquias e sepultamento das pessoas consagradas**, o autor apresenta alguns critérios que precisamos ter em conta no momento de sepultar uma pessoa consagrada.

Desejo a todos(as) uma boa leitura meditativa da nossa revista. Numa época de pouca leitura e muitos cliques, é urgente reaprender a meditar. Grande abraço.



DO CORAÇÃO DE JESUS, CHAMADOS À SINODALIDADE - TRIÊNIO 2022 - 2025

Ir. Luiz Carlos Lima, FMS.

O convite de Jesus para que “permaneçamos em seu amor” (cf. Jo 15,9), dentro de uma lógica de sinodalidade e profecia, é também convite para sairmos ao encontro de todos quantos se aproximarem de nós, a promovermos diálogos fecundos, a cultivarmos esperança e fraternidade onde estivermos.

Ao contemplarmos esta arte, especialmente criada para a 26^a Assembleia Geral Eletiva (AGE) da CRB, podemos reconhecer alguns elementos que intentam dialogar com quem os observa. O primeiro deles é o próprio Jesus, que é apresentado como o Caminho que nos leva ao Pai (cf. Jo 14,6); entre suas mãos, é possível distinguir um caminho, cuja meta é o Reino de Deus que, gradativamente, vai se concretizando na história. O terceiro elemento é um conjunto de pessoas, de diferentes estados de vida e tipos físicos, que representam a diversidade de vocações e carismas existentes na Igreja. O fato de terem sido esboçadas

sem cores e caminhando juntas é um convite para que nos reconheçamos nelas e, assim, completemos a arte com nosso próprio rosto, nossa história e chamado.

Há ainda um grande coração, que evoca a palavra bíblica que iluminará a preparação e a realização da 26ª AGE: “permaneeci no meu amor”. O coração, que está transpassado por pessoas, cores e símbolos culturais, representa a comunidade eclesial e, em especial, a vida religiosa, chamadas a ser, por amor, espaço aberto para a acolhida, a proteção e a promoção da pessoa humana; é também um expressivo símbolo vocacional que nos recorda que o chamado à vida religiosa consagrada é um convite feito pelo próprio Jesus ao coração de cada um de nós, religiosos e religiosas.

O último elemento da arte é uma árvore que brota do coração de Jesus, símbolo que nos remete, por exemplo, à ecologia integral, ao cuidado da vida humana, à profundidade nas relações interpessoais. Ao mesmo tempo, é um convite à profecia e à esperança, a fincar raízes no coração Daquele que nos escolheu, formou e enviou como membros de uma Igreja missionária, servidora do Reino da vida.

Esta arte, em cada um de seus elementos, quer nos animar, enquanto Vida Religiosa, a mostrar ao mundo o rosto de uma Igreja sinodal, que deseja ser sinal de esperança em nosso tempo e lugar. As mulheres e homens consagrados, como sujeitos eclesiais, devem, assim, caminhar em sinodalidade, oferecendo ao mundo a força e a beleza daquilo que têm aprendido no seguimento de Jesus Cristo: uma fraternidade universal, vivida em missionariedade profética, gerada num coração apaixonado por Deus e pela pessoa humana.



HOMILIA DO PAPA FRANCISCO EUCARISTIA POR OCASIÃO DO ANO INACIANO

Igreja de Jesus - Roma - Sábado, 12 de março de 2022

O evangelho da Transfiguração, que ouvimos, refere quatro ações de Jesus. Far-nos-á bem seguir aquilo que realiza o Senhor, para encontrar, nos seus gestos, sugestões para o nosso caminho.

O primeiro verbo – a primeira daquelas ações de Jesus – é tomar consigo. Assim diz o texto: «tomando consigo Pedro, João e Tiago, Jesus subiu ao monte...» (Lc 9, 28). É Ele que toma consigo os discípulos, fazendo o mesmo connosco: amou-nos, escolheu-nos e chamou-nos. No princípio encontra-se o mistério duma graça, duma eleição. Não fomos nós os primeiros a tomar uma decisão, mas foi Ele que nos chamou, sem qualquer mérito da nossa parte. Antes de ser alguém que doou a vida, somos uma pessoa contemplada com um

dom gratuito: o dom da gratuidade do amor de Deus. O nosso caminho, irmãos e irmãs, precisa dia a dia de recomeçar daqui, desta graça originária. Jesus procedeu connosco como fez com Pedro, João e Tiago: chamou-nos pelo nome e tomou-nos consigo. Tomou-nos pela mão. Para nos levar aonde? Ao seu monte santo, onde, já agora, nos vê para sempre com Ele, transfigurados pelo seu amor. Lá nos conduz a graça, esta graça primeira, primigénia. Assim, quando experimentarmos amarguras e deceções, quando nos sentirmos menosprezados ou incompreendidos, não nos percamos em lamentos e nostalgias. São tentações que paralisam o caminho, sendas que não levam a parte alguma. Pelo contrário, assumamos a nossa vida a partir da graça, da vocação. E acolhamos

a dádiva de cada dia para o viver como um pedaço de estrada rumo à meta.

Tomou consigo Pedro, João e Tiago: o Senhor toma os discípulos em conjunto, toma-os como comunidade. A nossa vocação está enraizada na comunhão. Para recomeçar em cada dia, além do mistério da nossa eleição, é necessário reviver a graça de termos sido tomados na Igreja, nossa santa Mãe hierárquica, e pela Igreja, nossa esposa. Somos de Jesus, e somo-lo como Companhia. Não nos cansemos de pedir a força de construir e guardar a comunhão, ser fermento de fraternidade para a Igreja e para o mundo. Não somos solistas à procura de audiência, mas irmãos organizados em coro. Sintamos com a Igreja, rejeitemos a tentação de buscar sucessos pessoais e claque de apoio. Não nos deixemos sorver pelo clericalismo que nos endurece e pelas ideologias que dividem. Os Santos, que hoje recordamos, foram pilares de comunhão. Lembrem-nos que no Céu, apesar da nossa diversidade de caracteres e perspectivas, somos chamados a estar juntos. E se havemos de estar unidos para sempre lá em cima, por que não começar já desde agora cá em baixo? Acolhamos a beleza de ter

sido tomados em conjunto por Jesus, chamados em conjunto por Jesus. Este é o primeiro verbo: tomou.

O segundo verbo: subir. «Jesus subiu ao monte» (9, 28). O caminho de Jesus não se apresenta em descida, é uma subida. A luz da Transfiguração só chega à planície depois dum fadigoso caminho. Assim, para seguir Jesus, é preciso abandonar as planícies da mediocridade e as descidas ditadas pela comodidade; é preciso deixar as próprias rotinas pacatas para cumprir um movimento de êxodo. Com efeito, tendo subido ao monte, Jesus fala com Moisés e Elias precisamente «de sua partida [êxodo], que iria consumir-se em Jerusalém» (6, 31). Moisés e Elias subiram ao Sinai ou Horeb depois de dois êxodos no deserto (cf. Ex 19; 1 Re 19); agora falam com Jesus do êxodo definitivo: o da sua páscoa. Irmãos e irmãs, só a subida à cruz conduz à meta da glória. Este é o caminho: da cruz à glória. A tentação mundana é buscar a glória sem passar pela cruz. Nós quereríamos caminhos conhecidos, diretos e desimpedidos, mas para encontrar a luz de Jesus é preciso sair continuamente de nós mesmos e subir atrás d'Ele. Como ouvimos na primeira leitura, o Senhor, que

desde o início «conduziu para fora» Abrão (Gn 15, 5), convidamos também a nós a sair e subir.

Para nós, jesuítas, a saída e a subida seguem um caminho específico, bem simbolizado pelo monte. Na Sagrada Escritura, o cimo dos montes representa a extremidade, o limite, a fronteira entre terra e céu. E nós somos chamados a sair precisamente para os confins entre terra e céu, lá onde o homem «luta» fadigosamente com Deus; somos chamados a partilhar a sua busca incômoda e inquietude religiosa. Lá devemos estar e, para o conseguirmos, é preciso sair e subir. Enquanto o inimigo da natureza humana quer convencer-nos a voltar sempre pelos mesmos passos, os da repetição estéril, da comodidade, do já visto, o Espírito sugere aberturas, dá paz sem nunca deixar em paz, envia os discípulos até aos últimos confins. Pensemos em Francisco Xavier.

E vem-me à ideia que, para seguir esta estrada, este caminho, é preciso lutar. Pensemos no pobre velho Abraão: lá, com o sacrifício, lutando contra os abutres que lhe queriam comer a oferenda (cf. Gn 15, 7-11). E ele, com a sua bengala, afugentava-os. O pobre velho. Vejamos isto: lutar para defender este caminho, este caminho, esta nossa consagração ao Senhor.



Fonte: Vatican News

De hora em hora, o discípulo encontra-se nesta encruzilhada. E pode fazer como Pedro que, enquanto Jesus fala de êxodo, ele diz: «É bom estarmos aqui» (9, 33). Há sempre o perigo duma fé estática, «estacionada». Tenho medo da fé «estacionada». O risco é considerar-se discípulos «como se deve», mas que na realidade não seguem Jesus: permanecem parados, passivos e, sem dar por isso como os três do Evangelho, começam a cabecear e adormecem. Também no Getsémani, hão de adormecer estes mesmos discípulos. Pensemos irmãos e irmãs que,

para quem segue Jesus não é tempo de dormir, deixar-se narcotizar a alma, fazer-se anestesiado pelo atual clima consumista e individualista, segundo o qual a vida corre bem se correr bem para mim; fala-se e teoriza-se, mas perde-se de vista a carne dos irmãos, a concretização do Evangelho. Um drama do nosso tempo é fechar os olhos à realidade e voltar a face para o outro lado. Que Santa Teresa nos ajude a sair de nós mesmos e subir ao monte com Jesus, para nos apercebermos que Ele Se revela também através das chagas dos irmãos, dos esforços da humanidade, dos sinais dos tempos. Não devemos ter medo de tocar as chagas: são as chagas do Senhor.

Jesus subiu ao monte, diz o Evangelho, «para orar» (6, 28). E aqui temos o terceiro verbo: orar. E, «enquanto orava – continua o texto –, o aspeto do seu rosto modificou-se» (6, 29). A transfiguração nasce da oração. Vale a pena perguntar-me, mesmo depois de muitos anos de ministério: hoje, para mim, que é rezar. Quem sabe se a força do hábito e um certo ritualismo me tenham levado a pensar que a oração não transforma o homem nem a história. Ao contrário, rezar é transformar a realidade. É uma missão ativa, uma intercessão

contínua. Não é distância do mundo, mas mudança do mundo. Rezar é levar o palpitar dos acontecimentos até Deus para que o seu olhar se abra de par em par sobre a história. Para nós, que é rezar?

Por isso será bom hoje perguntar-nos se a oração nos imerge nesta transformação, lança uma luz nova sobre as pessoas e transfigura as situações. Pois se a oração é viva, «mexe dentro», reaviva o fogo da missão, reacende a alegria, provoca-nos continuamente para nos deixarmos inquietar pelo grito sofredor do mundo. Perguntemo-nos: como estamos a levar à oração a guerra em curso? E pensemos na oração de São Filipe de Néri, que lhe dilatava o coração fazendo-lhe abrir as portas aos meninos de rua. Ou em Santo Isidro, que rezava nos campos e levava à oração o trabalho agrícola.

Tomar nas mãos dia a dia a nossa vocação pessoal e a nossa história comunitária; subir para os confins indicados por Deus saindo de nós mesmos; orar para transformar o mundo em que estamos imersos. E, por fim, temos o quarto verbo, que aparece no último versículo do Evangelho de hoje: «Jesus ficou só» (9, 36). Ficou Ele, enquanto tudo havia passado e ecoava

apenas «o testamento» do Pai: «Escutai-O» (6, 35). O Evangelho termina, fazendo-nos voltar ao essencial. Muitas vezes na Igreja e no mundo, tanto na vida espiritual como na sociedade, somos tentados a considerar como primárias tantas necessidades secundárias. É uma tentação diária o fazer tornarem-se primárias tantas necessidades secundárias. Por outras palavras, corremos o risco de nos concentrar em usos, costumes e tradições que fixam o coração naquilo que passa, fazendo esquecer o que permanece. Como é importante trabalhar o coração, para que

saiba distinguir o que é segundo Deus, e permanece, daquilo que é segundo o mundo, e passa!

Amados irmãos e irmãs, que Santo Inácio, nosso pai, nos ajude a conservar o discernimento, nossa herança preciosa, um tesouro sempre atual para oferecer à Igreja e ao mundo. Permite «ver como novas todas as coisas em Cristo». É essencial para nós mesmos e para a Igreja, pois, como escreveu Pedro Favre, «todo o bem que se possa realizar, pensar ou organizar, faça-se com bom espírito e não com o mau» (Memorial, Paris 1959, nº 51). Assim seja!



ATO DE CONSAGRAÇÃO AO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA

25 de março de 2022

PAPA FRANCISCO

Ó Maria, Mãe de Deus e nossa Mãe, recorremos a Vós nesta hora de tribulação. Vós sois Mãe, amais-nos e conheceis-nos: de quanto temos no coração, nada Vos é oculto. Mãe de misericórdia, muitas vezes experimentamos a vossa ternura providente, a vossa presença que faz voltar a paz, porque sempre nos guiais para Jesus, Príncipe da paz.

Mas perdemos o caminho da paz. Esquecemos a lição das tragédias do século passado, o sacrifício de milhões de mortos nas guerras mundiais. Descuidamos os compromissos assumidos como Comunidade das Nações

e estamos a atraí-los os sonhos de paz dos povos e as esperanças dos jovens. Adoecemos de ganância, fechamo-nos em interesses nacionalistas, deixamo-nos ressequir pela indiferença e paralisar pelo egoísmo. Preferimos ignorar Deus, conviver com as nossas falsidades, alimentar a agressividade, suprimir vidas e acumular armas, esquecendo-nos que somos guardiões do nosso próximo e da própria casa comum. Dilaceramos com a guerra o jardim da Terra, ferimos com o pecado o coração do nosso Pai, que nos quer irmãos e irmãs. Tornamo-nos indiferentes

a todos e a tudo, exceto a nós mesmos. E, com vergonha, dizeis: perdoai-nos, Senhor!

Na miséria do pecado, das nossas fadigas e fragilidades, no mistério de iniquidade do mal e da guerra, Vós, Mãe Santa, lembrai-nos que Deus não nos abandona, mas continua a olhar-nos com amor, desejoso de nos perdoar e levantar novamente. Foi Ele que Vos deu a nós e colocou no vosso Imaculado Coração um refúgio para a Igreja e para a humanidade. Por bondade divina, estais conosco e conduzis-nos com ternura mesmo nos transeis mais apertados da história.

Por isso recorreremos a Vós, batemos à porta do vosso Coração, nós os vossos queridos filhos que não Vos cansais de visitar em todo o tempo e convidar à conversão. Nesta hora escura, vinde socorrer-nos e consolar-nos. Repeti a cada um de nós: «Não estou porventura aqui Eu, que sou tua mãe?» Vós sabeis como desfazer os emaranhados do nosso coração e desatar os nós do nosso tempo. Repomos a nossa confiança em Vós. Temos a certeza de que Vós, especialmente no momento da prova, não desprezais as nossas súplicas e vindes em nosso auxílio.

Assim fizestes em Caná da Galileia, quando apressastes a

hora da intervenção de Jesus e introduzistes no mundo o seu primeiro sinal. Quando a festa se mudara em tristeza, dissestes-Lhe: «Não têm vinho!» (Jo 2, 3). Ó Mãe, repeti-o mais uma vez a Deus, porque hoje esgotamos o vinho da esperança, desvaneceu-se a alegria, diluiu-se a fraternidade. Perdemos a humanidade, malbaratamos a paz. Tornamo-nos capazes de toda a violência e destruição. Temos necessidade urgente da vossa intervenção materna.

Por isso acolhei, ó Mãe, esta nossa súplica:

- Vós, estrela do mar, não nos deixeis naufragar na tempestade da guerra;
- Vós, arca da nova aliança, inspirai projetos e caminhos de reconciliação;
- Vós, «terra do Céu», trazei de volta ao mundo a concórdia de Deus;
- Apagai o ódio, acalmai a vingança, ensinai-nos o perdão;
- Libertai-nos da guerra, preservai o mundo da ameaça nuclear;
- Rainha do Rosário, despertai em nós a necessidade de rezar e amar;
- Rainha da família humana, mostrai aos povos o caminho da fraternidade;

– Rainha da paz, alcançai a paz para o mundo.

O vosso pranto, ó Mãe, comova os nossos corações endurecidos. As lágrimas, que por nós derramastes, façam reflorescer este vale que o nosso ódio secou. E, enquanto o rumor das armas não se cala, que a vossa oração nos predisponha para a paz. As vossas mãos maternas acariciem quantos sofrem e fogem sob o peso das bombas. O vosso abraço materno console quantos são obrigados a deixar as suas casas e o seu país. Que o vosso doloroso Coração nos mova à compaixão e estimule a abrir as portas e cuidar da humanidade ferida e descartada.

Santa Mãe de Deus, enquanto estáveis ao pé da cruz, Jesus, ao ver o discípulo junto de Vós, disse-Vos: «Eis o teu filho!» (Jo 19, 26). Assim Vos confiou cada um de nós. Depois disse ao discípulo, a cada um de nós: «Eis a tua mãe!» (19, 27). Mãe, agora queremos acolher-Vos na nossa vida e na nossa história. Nesta hora, a humanidade, exausta e transtornada, está ao pé da cruz convosco. E tem necessidade de se confiar a Vós, de se consagrar a Cristo por vosso intermédio. O povo ucraniano e o povo russo, que Vos veneram com amor, recorrem a Vós, enquanto o vosso

Coração palpita por eles e por todos os povos ceifados pela guerra, a fome, a injustiça e a miséria.

Por isso nós, ó Mãe de Deus e nossa, solenemente confiamos e consagramos ao vosso Imaculado Coração nós mesmos, a Igreja e a humanidade inteira, de modo especial a Rússia e a Ucrânia. Acolhei este nosso ato que realizamos com confiança e amor, fazei que cesse a guerra, providenciai ao mundo a paz. O sim que brotou do vosso Coração abriu as portas da história ao Príncipe da Paz; confiamos que mais uma vez, por meio do vosso Coração, virá a paz. Assim a Vós consagramos o futuro da família humana inteira, as necessidades e os anseios dos povos, as angústias e as esperanças do mundo.

Por vosso intermédio, derrame-se sobre a Terra a Misericórdia divina e o doce palpar da paz volte a marcar as nossas jornadas. Mulher do sim, sobre Quem desceu o Espírito Santo, trouxe de volta ao nosso meio a harmonia de Deus. Dessedentai a aridez do nosso coração, Vós que «sois fonte viva de esperança». Tecestes a humanidade para Jesus, fazei de nós artesãos de comunhão. Caminhastes pelas nossas estradas, guiai-nos pelas sendas da paz. Amém.



ORAÇÃO PELA 26ª AGE

Ó Trindade Santa, fonte de Sabedoria e Fecundidade, vos apresentamos nossa Vida Consagrada, nesse tempo favorável de preparação e realização da 26ª Assembleia Geral Eletiva.

- Ensinaí-nos a dar passos que respondam aos sinais dos tempos, com fidelidade, ousadia e profetismo.
- Ajudai-nos a manter o ânimo e a coragem diante da dura realidade, nestes tempos de pandemia, para anunciar o significado do Reino de Deus.
- Espírito de vida, Espírito do novo, dai-nos sensibilidade de coração na dinâmica de “Res-significar nossa Vida Religiosa Consagrada, em uma Igreja Sinodal”. Que possamos viver, com novo vigor o chamado de Jesus: **“Permanecei no meu Amor”** (Jo 15,9).



Que nossa Assembleia nos impulse a uma transformação de nós mesmas, nós mesmos; que redescubramos com entusiasmo e alegre esperança da “Centralidade de Jesus Cristo em nossas vidas, que hoje nos chama ao discipulado, à missionariedade, à sinodalidade, à abertura para as novas gerações e à fraternidade/sororidade universal.

Que Nossa Senhora Aparecida e todos os nossos fundadores e fundadoras nos acompanhem na preparação e vivência da nossa Assembleia, caminhando juntas, em escuta e discernimento da Vontade Divina. Amém

O SÍNODO E OS COMERCIANTES DO TEMPLO¹

PE. ANTONIO SPADARO, SJ¹

O anúncio do Sínodo sobre a sinodalidade no dia 09 de outubro de 2021 nos convidou a perguntar sobre o significado de ser Igreja, hoje, e qual é o seu sentido na história. É a pergunta que está, também, na base do caminho sinodal que está iniciando em toda a Igreja italiana, como também na Alemanha, Austrália, Irlanda; enfim, em toda a Igreja.

Quem seguiu as Assembleias do Sínodo dos bispos, dos

últimos anos, certamente, perceberam como é grande a diversidade em toda a Igreja católica. Se houve um tempo no qual uma certa latinidade e romanicidade constituía a formação dos bispos, que, entre outras coisas, entendiam um pouco do italiano, hoje, a diversidade emerge com força em todos os níveis: mentalidades, idiomas, enfoques de temas. Isto, longe de ser um problema, é um recurso, pois a comunhão eclesial realiza-se por meio da vida real de dos povos e das culturas. Pois, num mundo fragmentado como o nosso, trata-se de uma profecia.

Não devemos imaginar a Igreja como uma construção de peças que se encacham umas sobre as

1 Artigo publicado na revista eletrônica La Civiltà Cattolica, 01/11/2021. Tradução Pe. João Mendonça, sdb.

1 Pe. Antonio Spadaro é jesuíta, diretor da revista *Civiltà Cattolica* desde 2011. Licenciado em Filosofia e doutor em Teologia. Professor na Gregoriana e no Centro Interdisciplinar de Comunicação Social. Participou do Sínodo de 2014 e acompanha o Papa em suas viagens apostólicas desde 2016.

outras num determinado lugar. Esta seria uma imagem mecânica da comunhão. É mais justo pensar numa relação sinfônica, de notas diferentes que no conjunto dão vida a uma composição. Caso tivéssemos que seguir com essa imagem, diria que não se trata de uma sinfonia, na qual as partes já estão escritas e detalhadas, mas de um concerto de jazz, no qual toca-se seguindo a inspiração segundo o momento.

Quem participou dos últimos Sínodos percebeu as tensões que surgem no interior da Assembleia, como também o clima espiritual, no qual, de forma geral elas ocorrem. O Papa tem insistido sempre no fato de que o Sínodo não é uma assembleia parlamentar, na qual se discute e se vota por maioria absoluta. O protagonista, na verdade, é do Espírito Santo, que “move e atrai,” do discernimento espiritual, que busca a vontade de Deus para a sua Igreja.

Que esta visão do Sínodo é também uma visão da própria Igreja, isto está fora de questão. Há uma eclesiologia – que amadureceu com os anos, graças ao Concílio Vaticano II – que hoje está sempre mais presente. Para isso, é necessária uma grande capacidade de escuta. Escutar a Deus, na oração, na liturgia,

no exercício espiritual; escutar a comunidade eclesial na sua forma de ser e no debate sobre as experiências (porque é na base da experiência que podemos discernir e não na base de ideias): escutar o mundo, porque Deus está sempre presente inspirando, movendo, agitando. É a oportunidade de ser uma Igreja “que não se separa da vida”, como disse Francisco na sua saudação aos participantes no início do Sínodo. O Papa sintetizou de forma objetiva o caminho: “chegamos de diversos caminhos e de muitas igrejas, cada um trouxe no coração perguntas e esperanças, estou seguro de que o Espírito nos guiará e nos dará a graça para seguir adiante juntos, para escutarmos reciprocamente e para começar um discernimento em nosso tempo, sendo solidários com as fadigas e os desejos da humanidade.” Colocar a Igreja em estado sinodal significa torná-la inquieta, incomoda, tensa, agitada pelo sopro divino, o que, certamente, não interessa aos que permanecem na zona de conforto, em áreas protegidas: Ele sopra onde quer.

A pior maneira de realizar um Sínodo seria seguir a metodologia das conferências, dos congressos, das semanas de reflexão, e pensar que, desta forma, tudo poderia

proceder de maneira ordenada, cosmeticamente. Outra tentação é se preocupar de forma exagerada com a “máquina sinodal”, para que tudo funcione conforme o previsto. Se não se sente as vertigens, os terremotos, sem a dúvida metódica – não há dúvida ascética – a percepção da surpresa incomoda, então, é melhor que não se tenha Sínodo. Se cremos que o Espírito Santo está em ação – afirmou uma vez Francisco – então, “dê um pontapé na mesa”. A imagem é bem acertada, porque se refere implicitamente a Mt 21,12, quando Jesus “derrubou as mesas dos cambistas” e dos comerciantes do templo.

Para que o Sínodo aconteça, de fato, é preciso expulsar os cambistas e comerciantes e derrubar as suas mesas. Por acaso não sentimos hoje a falta de um golpe do Espírito para nos despertar no marasmo e do torpor? Contudo, quem são hoje os comerciantes e cambistas do templo? Somente a oração e a reflexão podem nos ajudar a identificá-los, porque não são os pecadores, os coxos, os não cristãos, nem sequer os que se declaram anticlericais. Ao contrário, às vezes, estes nos ajudam a compreender melhor o precioso tesouro que temos em nossas pobres vasilhas de

barro. Os comerciantes estão sempre no templo, porque é no interior do templo que fazem seus negócios e vendem seus bens: formações, organizações, estruturas, certezas pastorais. Os comerciantes inspiram a imobilidade das velhas soluções seguras de segunda mão, que são sempre remendos, como define o Papa. Os comerciantes se julgam servidores do religioso. À menudo, oferecem escolas de pensamento ou receitas pré-fabricadas, com a pretensão de localizar a presença de Deus aqui ou ali.

Celebrar um Sínodo implica ser humildes, cancelar os próprios pensamentos, passar do EU ao NÓS, abrir-se. Neste sentido, surpreende, por exemplo, o que disse o Relator Geral do Sínodo, o cardeal Jean-Claude Hollerich, na sua saudação no dia 09/10, durante a inauguração do Sínodo: “Devo confessar que ainda não tenho ideia do tipo de instrumento de trabalho que vou escrever. As páginas estão em branco, são vocês os que têm que preenche-las.” Portanto, temos que viver o tempo sinodal com paciência e expectativa, abrindo bem nossos olhos e ouvidos, “EFFATÀ”, que significa dizer: “ABRE-TE” (Mc 7,34). Esta é a parábola chave do Sínodo.

Roland Barthes – exímio linguista e semiólogo – compreendeu que os Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola servem para criar uma linguagem de comunicação com Deus, feito de escuta e palavra. Por conseguinte, temos que entender que o Sínodo, a seu modo, partilha desta natureza linguística do criador da linguagem. É por isso que o mais importante é o método, quer dizer, o modo e as regras da viagem, sobretudo, em função do envolvimento pleno de todos(as).

Em síntese, a dinâmica na qual o Sínodo se desenvolve pode ser descrita como um “jogar-se”, um

“abandonar-se ao jogo”. Jogar futebol, por exemplo, não significa somente estar com a bola no pé, mas correr atrás dela, “deixar-se jogar” pelas oportunidades que aparecem no campo. Com efeito, “o jogo alcança o seu objetivo se o jogador entra totalmente no jogo”, como escreve Gadamer no seu celebre ensaio Verdade e método. O sujeito do jogo, portanto, não é o jogador, mas o jogar em si, que assume uma totalidade por meio dos jogadores. É este o espírito do Sínodo: colocar-se realmente no jogo, seguindo a dinâmica animada pelo Espírito Santo.



A VIDA RELIGIOSA: DO CAOS AO “KAIRÓS”?

VICTOR CODINA¹

P. GERALDO LISBOA MARTINS, SDB²

Resumo

Qual é o futuro da VRC? O autor começa o artigo com esta pergunta fundamental. Contextualiza a atual crise da VRC na mudança de época e a desconstrução do modo habitual de vida das pessoas. Destaca o

profetismo dos inícios, quando a VRC surgiu como crítica à “cristandade, porém, aos poucos, foi se acomodando a ela. A resposta ao questionamento inicial não está pronta, mas em construção, na ressignificação da própria VRC.

Palavras-chave: crise da vida religiosa, cristandade, teologia da vida religiosa.

Uma crise inédita na Igreja ocidental

Os historiadores da vida religiosa sabem muito bem que, ao longo da história da Igreja,

1 Victor Codina é sacerdote jesuíta e teólogo latino-americano. Nascido na Espanha, desde 1982 vive na Bolívia. Atualmente, é professor emérito da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Boliviana de Cochabamba, ao mesmo tempo em que se mantém em contato pastoral com comunidades de base e setores populares. Seus últimos livros são; No extingáis el Espíritu (Santander: Sal Terrae, 2008); Una Iglesia Nazarena (Santander: Sal Terrae, 2010); e Diario de un teólogo del posconcilio (Bogotá: San Pablo, 2013).

2 Publicado na revista Civiltà Cattolica/Itália, janeiro 2022. Tradução padre Geraldo Lisboa Martins, salesiano.

desapareceram alguns institutos religiosos, tanto femininos como masculinos, depois de uns anos de vida fecunda. Também constatam que cada ciclo novo de vida religiosa (a passagem do monacato para os mendicantes, a passagem dos mendicantes para as congregações apostólicas modernas...) supõe certa crise para o ciclo anterior que lentamente se recupera e se adapta. A vida religiosa foi se enriquecendo da experiência do deserto, da periferia e da fronteira. Porém, o que acontece no mundo ocidental hoje é diferente e novo, afeta todos os institutos religiosos: falta de vocações, pirâmides demográficas invertidas com muita gente idosa acima e uma pequena base de gente jovem, além de numerosos abandonos da vocação religiosa aos poucos anos da profissão. Porém, a pergunta é: por que saem?

Esta situação tão generalizada provoca incerteza sobre o futuro da vida religiosa e, em muitos casos, gera um clima de medo e pânico: desaparecerá a vida religiosa das Igrejas do ocidente cristão? Acontecerá, também, um fenômeno semelhante dentro de alguns anos, na Ásia e na África? Deve-se caminhar para novas comunidades de vida religiosa? Os novos movimentos leigos substituirão a vida religiosa tradicional?

A vida religiosa foi se enriquecendo da experiência do deserto, da periferia e da fronteira. Porém, o que acontece no mundo ocidental hoje é diferente e novo, afeta todos os institutos religiosos: falta de vocações, pirâmides demográficas invertidas com muita gente idosa acima e uma pequena base de gente jovem, além de numerosos abandonos da vocação religiosa aos poucos anos da profissão.

Se quisermos sintetizar esta situação em uma palavra, talvez, teríamos que falar de uma situação caótica, de caos, uma mistura de confusão e desordem. Esta situação tem consequências de todo tipo, não somente pastorais e espirituais, mas institucionais, econômicas, sociais etc... Que fazer com as obras próprias, educacionais, pastorais, de saúde e sociais, quando não há pessoal religioso, nem recursos econômicos para mantê-las? Como manter os imensos gastos das enfermarias religiosas? Como

formar a juventude religiosa no meio deste clima de incerteza? Que futuro se espera para as vocações jovens que entram em comunidades muito envelhecidas? É possível seguir sonhando?

Diante desta situação, coexistem no centro mesmo da vida religiosa, posturas divergentes. Para alguns, trata-se de um fenômeno passageiro, de uma crise temporal que logo passará e se alegam exemplos de outras comunidades religiosas que têm visto que ultimamente aumentavam suas vocações. Outros, por outro lado, optam por uma postura apocalíptica, não há nada a fazer, não há futuro, não podemos continuar sonhando. Temos de aprofundar a situação, atual, para ver se há alternativas possíveis que não sejam nem ingênuas nem catastróficas.

Explicações insuficientes

Muitas vezes tenta-se explicar este fenômeno de forma pessoal e subjetiva: as gerações idosas da vida religiosa não temos dado suficiente testemunho evangélico; por outro lado, a juventude de hoje só tem interesse em desfrutar da vida e passar bem. Sem dúvida, na vida religiosa madura do passado, nem sempre temos sido sinais evangélicos

Que fazer com as obras próprias, educacionais, pastorais, de saúde e sociais, quando não há pessoal religioso, nem recursos econômicos para mantê-las? Como manter os imensos gastos das enfermarias religiosas? Como formar a juventude religiosa no meio deste clima de incerteza? Que futuro se espera para as vocações jovens que entram em comunidades muito envelhecidas? É possível seguir sonhando?

transparentes e os abusos sexuais com menores têm demonstrado grandes brechas na vida religiosa clássica. Porém, não se pode afirmar que a vida religiosa atual represente uma decadência com relação a do passado, quando, sem dúvida, havia muitas vocações. Não se trata de um problema, unicamente, pessoal, no passado havia muitas pessoas santas na vida religiosa, como há também hoje. O problema não é numérico, mas algo mais complexo, mais formal do que

material, mais institucional do que individual, mais de processos no tempo do que no espaço (cfr. EG nn. 225-230), mais de estruturas do que de ações concretas particulares.

É certo, que na juventude, há pessoas fechadas no econômico e material, pouco sensíveis a valores espirituais. Contudo, há jovens generosos, dispostos a sacrificar-se por grandes causas sociais, ecológicas, de saúde, migração, direitos humanos, justiça etc, com voluntariados grandes e muito comprometidos. E, muitos deles, abrem-se às dimensões da Transcendência, ao silêncio, à oração. Também, aqui, não podemos fazer juízos valorativos sobre a qualidade moral da juventude de hoje em comparação com a do passado. São tempos diferentes. O que é certo é que a juventude de hoje não quer se comprometer em comunidades estritamente ligadas a um passado que já não tem futuro. Portanto, esta crise, atual, da vida religiosa no ocidente é um fato estendido por todas as partes que não se pode explicar, nem responder por situações pessoais, mas que deve existir alguma causa objetiva, histórica, geral, estrutural, já que a crise afeta, simultaneamente, todos os institutos. Não

é algo puramente quantitativo ou numérico, mas essencial e vital, não é de detalhe, mas algo formal, uma espécie de Gestalt.

Em busca de uma resposta

Entramos, aqui, no conhecido tema de mudança de época, que se expressa de formas diferentes; um novo tempo axial; superação da antiga era concentrada no altar, sacerdócio e sacrifício;

O que é certo é que a juventude de hoje não quer se comprometer em comunidades estritamente ligadas a um passado que já não tem futuro. Portanto, esta crise, atual, da vida religiosa no ocidente é um fato estendido por todas as partes que não se pode explicar, nem responder por situações pessoais, mas que deve existir alguma causa objetiva, histórica, geral, estrutural, já que a crise afeta, simultaneamente, todos os institutos.

mudança de paradigma que questiona o paradigma anterior e se abre a novas perspectivas, etc... O que é certo é que não temos chegado ainda ao final da história, como pensam alguns ingênuos. Vivemos num mundo secular, no qual a hipótese Deus desapareceu (ateísmo) e deve ser repensada pelos crentes para não fazer de Deus um tapa-buracos, mas um Deus que respeita as mediações e causas segundas. Deve-se viver diante de Deus como se Deus não existisse (Dietrich Bonhoeffer), responsabilizando-nos do mundo e da história.

Deve-se assumir o silêncio de Deus diante de Auschwitz e diante das crianças imigrantes que morreram nas fronteiras ou na praia. Por outro lado, o otimismo secularizador, utópico e um tanto messiânico, de alguns anos, que confiava totalmente na ciência e no progresso moderno, enfraquece diante do choque com a crua realidade: injustiça, fome, guerra, mudança de clima, enfermidades e morte. A atual pandemia suscitou perguntas últimas sobre o sentido da vida e da morte. Diante desta situação de fracasso e vulnerabilidade, a ciência não tem resposta. Somente as religiões apontam para o Mistério de Deus, que para os cristãos é o Deus criador e Pai

de Jesus e doador do Espírito. Os cristãos, diante da enfermidade e da morte, temos o horizonte da cruz e da esperança pascal. Os cristãos temos de humanizar a fé e transformar o mundo à luz do mistério pascal de Jesus (cfr. *Gaudium et Spes* – GS-, n. 39). Para a fé cristã, é necessário um discernimento evangélico claro frente a esta mudança de época, para não condenar o passado como falso e irrelevante, nem nos abrir ao novo com um fervor quase messiânico. A Palavra de Deus, o Evangelho, a vida e missão de Jesus de Nazaré, morto e ressuscitado, a grande Tradição eclesial, têm algo a nos dizer sobre o presente, o passado e o futuro.

Muitas vezes tem-se acusado o concílio Vaticano II de ter causado esta crise da Igreja e da vida religiosa. Esta afirmação não é falsa somente, mas também sofre de ignorância histórica. O Vaticano II tentou colocar a Igreja em diálogo com o mundo de hoje, sem condená-lo (cfr. *Gaudium et Spes*), superando, assim, uma eclesiologia de Cristandade, já superada. É o célebre aggiornamento de João XXIII, um ancião carismático e com a sabedoria dos simples que vivem a realidade desde a base, intuiu que a Cristandade já tinha explodido. Porém, evitou cair no profetismo

de calamidades. O Vaticano II toma firmeza desta realidade e tenta tirar suas conseqüências (cfr. GC 4-10). Tanto a Igreja universal, como o carisma da vida religiosa deverão reformular-se diante deste novo contexto de época pós-cristandade.

Muitas vezes tem-se acusado o concílio Vaticano II de ter causado esta crise da Igreja e da vida religiosa. Esta afirmação não é falsa somente, mas também sofre de ignorância histórica. O Vaticano II tentou colocar a Igreja em diálogo com o mundo de hoje, sem condená-lo (cfr. *Gaudium et Spes*), superando, assim, uma eclesiologia de Cristandade, já superada. É o célebre aggiornamento de João XXIII, um ancião carismático e com a sabedoria dos simples que vivem a realidade desde a base, intuiu que a Cristandade já tinha explodido.

Lições da história do passado da vida religiosa

27

Antes de buscar novas formulações, para a atual situação inédita, da vida religiosa, podemos nos ajudar com algumas lições da história passada. A origem da vida religiosa na Igreja é sempre um carisma profético, suscitado pelo Espírito como crítica e denúncia de uma situação eclesial pouco evangélica, como anúncio dos autênticos valores do Reino e como semente de uma transformação eclesial e social. Johann Baptist Metz usa a expressão da vida religiosa como “uma terapia de shock eclesial”.

Por isto, a vida religiosa não nasce de cima do poder, mas da margem, do deserto, da periferia, da fronteira (Jon Sobrino). Porém, é indubitável que ao longo do tempo, tenha havido uma lenta, porém constante tendência para deixar a periferia e se aproximar do centro, com uma tentação clara e nem sempre superada de situar-se no cume do poder econômico, social, eclesial e espiritual. Muitas vezes, passou a ser uma elite no pleno sentido do termo, cada vez mais longe do povo, mais referente a si mesma, mais autossuficiente e isolada de outros carismas

eclesiais, com certo orgulho coletivo, numa espécie de "splendid isolation", com inegável risco de aburguesamento, de estar em cima. A vida religiosa clerical, com a boa vontade de suprir a escassez de clero e apoiar a Igreja diocesana, assume paróquias, com o risco de que o carismático fique um tanto marginalizado e de tender a um paroquialismo da vida religiosa. Onde fica seu carisma se afinal todos acabam sendo párocos? Por outro lado, a vida religiosa feminina, muitas vezes, tem estado tão dependente da masculina, que se impediu que expresse sua espiritualidade com toda a sua originalidade. Também, é significativo que a vida religiosa, que nasce ou se restaura depois da Revolução francesa, realize um bom trabalho social, educativo e de saúde, porém mantendo uma mentalidade muito conservadora e ignore o ancien régime da união do trono com o altar.

Resumidamente e sem muitos matizes, a vida religiosa que nasceu originariamente como uma crítica à "cristandade," por volta do século IV, lentamente acabou assumindo e acomodando-se à "cristandade".

A evolução da teologia da vida religiosa

Hoje, somos mais conscientes de que houve uma evolução positiva de teologia da vida religiosa. O Vaticano II, apesar de certas ambiguidades, em alguns textos, situa a vida religiosa dentro do Povo de Deus (cfr Lumen gentium LG, nn. 43-47), todo ele chamado à santidade (cfr. LG 39-42). A vida religiosa é um dom do Espírito que, mesmo que não faça parte de hierarquia da Igreja, faz parte de sua vida e santidade. (LG 44). A vida religiosa deve renovar-se retornando à prática do seguimento de Jesus, segundo o evangelho e ao carisma original de cada instituto religioso (cfr. Perfectae caritatis, n. 2). Não pode existir à margem da Igreja e a Igreja não está plenamente constituída e presente num país de missão se não houver a presença de vida religiosa contemplativa e ativa (cfr. Ad gentes n. 18). Como disse o bispo Bergoglio, no sínodo da vida religiosa de 1994, "a vida religiosa é um dom para a Igreja, nasce da Igreja e está totalmente orientado para a Igreja". A vida religiosa não pertence unicamente ao campo do Direito canônico e da espiritualidade, mas também à constituição da Igreja.

A vida religiosa clerical, com a boa vontade de suprir a escassez de clero e apoiar a Igreja diocesana, assume paróquias, com o risco de que o carismático fique um tanto marginalizado e de tender a um paroquialismo da vida religiosa. Onde fica seu carisma se afinal todos acabam sendo párocos? Por outro lado, a vida religiosa feminina, muitas vezes, tem estado tão dependente da masculina, que se impediu que expresse sua espiritualidade com toda a sua originalidade. Também, é significativo que a vida religiosa, que nasce ou se restaura depois da Revolução francesa, realize um bom trabalho social, educativo e de saúde, porém mantendo uma mentalidade muito conservadora e ignore o ancien régime da união do trono com o altar.

A partir do Vaticano II, surgiu uma profunda reflexão sobre a vida religiosa, como Evangelica testificatio de Paulo VI, Vita consecrata de João Paulo II e numerosas publicações teológicas. A vida religiosa se reformou profundamente depois do Vaticano II. Porém, ainda fica um longo caminho a percorrer.

O Vaticano II, apesar de sua imensa riqueza pastoral e teológica, esteve um tanto condicionado pela perspectiva eurocêntrica dos bispos e teólogos de maior protagonismo. É por isto que sua preocupação se centrou no ateísmo e secularização, na possibilidade de salvação fora da Igreja, no ecumenismo, na liberdade religiosa e na importância da consciência pessoal. São temas típicos da chamada “primeira ilustração”. Os pobres não aparecem em seus textos, a não ser em duas alusões (cfr. LG 8 e GS 1), apesar do desejo de João XXIII de que a face da Igreja conciliar fosse a Igreja dos pobres. Serão as Igrejas dos países pobres, concretamente a Igreja latino-americana, que em Medellín (1968) fará uma recepção criativa do Vaticano II, escutando a voz do Espírito por meio do clamor dos pobres que pedem justiça, como os israelitas

oprimidos pelo faraó no Egito. A partir de Medellín surge a opção pelos pobres, a luta contra o pecado das estruturas injustas, a atualidade do Êxodo e a libertação, a edificação de uma Igreja pobre, simples e pascal, que faça unir fé e justiça. É algo típico da chamada "Segunda ilustração", sensível à justiça e aos pobres.

Isto repercutiu positivamente na vida religiosa, sobretudo da América latina, porém também de outros lugares, onde se foi inserindo, em meios pobres, em bairros periféricos, em vilas miséria e favelas, no campo, nas minas, no meio de indígenas e afros. Houve uma renovação da vida religiosa. Também houve muitos mártires, vítimas dos poderes ditatoriais e militares. Acrescentemos, finalmente, o aparecimento da chamada "Terceira ilustração", centrada nos outros e diferentes, que enriqueceu a Igreja e a vida religiosa, abrindo-a a campos como as culturas, o feminino, o diálogo intercultural e inter-religioso e a ecologia. Porém, quando parecia que a vida religiosa estava eclesial e teologicamente, bem formulada, aconteceu a crise atual. O problema não é hoje estritamente teológico, pois a teologia da vida religiosa é bastante clara, mas de práxis histórica.

Uma teologia pneumatológica dos sinais dos tempos

Antes de entrar em formulações mais teóricas, começamos lembrando um texto muito esclarecedor dos Atos dos Apóstolos. O Espírito Santo, Espírito de Jesus, não permite a Paulo pregar a palavra na Ásia nem na Bitínia. Vão a Trôade. Porém, à noite, Paulo tem uma visão. Um macedônio lhe suplica que vá a Macedônia para ajudá-los. Paulo compreende que Deus lhes pede que passem a evangelizar na Macedônia. Embarcam em Trôade, vão a Samotrácia, a Nápoles, dali a Filipos que é colônia da Macedônia (cfr. At 16,6-12). Neste texto, resulta um tanto desconcertante que o Espírito de Jesus feche a Paulo as portas para evangelizar umas zonas e, em troca abra-lhe portas para que vá a outro lugar. Porém o sentido é claro, o Espírito deseja que Paulo não vá a lugares judeus, mas que se dirija ao mundo gentio. Paulo chegará a Atenas e logo a Roma para evangelizar os gentios. Os Atos dos Apóstolos se acabam quando finalmente Paulo cumpriu sua vocação missionária com os gentios. Estamos diante do que o Vaticano II denominou "sinais dos tempos". A Igreja deve vasculhar profundamente,

os sinais dos tempos (cfr. GS 4), convencida de que quem conduz o Povo de Deus é o Espírito do Senhor que enche o universo; e tem de ver nos desejos, acontecimentos e exigências do nosso tempo, dos quais participa conjuntamente com os contemporâneos, os sinais verdadeiros da presença ou Planos de Deus (cfr. GS 11). Corresponde a todo o Povo de Deus, porém, especialmente, aos pastores e teólogos o escutar, discernir e interpretar com a ajuda do Espírito as múltiplas vozes de nosso tempo. É o que fez Paulo ao interpretar seu sonho como voz do Senhor que o chamava para ir aos gentios. O Espírito fecha algumas portas, porém abre outras.

Contudo, entender os sinais dos tempos supõe uma série de elementos e atitudes: a convicção de que o Espírito do Senhor não age somente na Igreja, mas também enche o universo e para isto devem-se escutar com nossos contemporâneos as vozes, desejos e exigências da humanidade. Isto, supõe uma atitude eclesial de abertura, diálogo e aproximação do nosso mundo e nosso tempo para saber o que Deus quer da humanidade e exige discernimento para iluminar esta realidade com os valores do

Corresponde a todo o Povo de Deus, porém, especialmente, aos pastores e teólogos o escutar, discernir e interpretar com a ajuda do Espírito as múltiplas vozes de nosso tempo. É o que fez Paulo ao interpretar seu sonho como voz do Senhor que o chamava para ir aos gentios. O Espírito fecha algumas portas, porém abre outras.

evangelho e da vida de Jesus de Nazaré. Aplicando à vida religiosa, podemos nos perguntar se não estamos também diante de um momento em que o Espírito nos fecha algumas portas, porém nos abre outras. Temos que discernir se as estruturas, atuais, de vida religiosa respondem aos sinais dos tempos de hoje, ou respondem mais às épocas superadas da Cristandade. O Espírito nos fecha as portas de uma vida religiosa numerosa, poderosa, forte, elite, de autossuficiência e autorreferência, mas quem sabe nos abre as portas para outro estilo mais evangélico e pobre,

mais de acordo com os sinais dos tempos de hoje. Podemos nos perguntar se nossa experiência de caos pode nos abrir para um tempo favorável. A pneumatologia nos ensina que o Espírito (a ruah) atua partindo de baixo, o Espírito desde o caos inicial do Gênesis (tohu wa-bolu) gera um alento de vida (cfr. Gen 1,2); dos seios de mulheres estéreis o Espírito faz surgir dirigentes de Israel (cfr. Gen 11,30; 25,21; 29,31; 1 Sam 2,1-11); e de uma jovem virgem de Nazaré faz nascer Jesus (cfr. Lc 1,35). Para o Espírito nada é impossível (cfr Lc 1,37). O Espírito é capaz de dar a vida a um campo de ossos secos (cfr. Ez 37, 1-14); o Espírito ilumina uma pobre mulher macabeia que vê morrer mártires seus sete filhos, para que proclame a fé na ressurreição (cfr. 2 Mac 7,20.23). É o Espírito quem ressuscita Jesus dos mortos (cfr. Rom 8,11) e o que desce sobre um grupo de pobres e temerosos apóstolos reunidos em Jerusalém, para transformá-los em testemunhas do Ressuscitado diante de todo o mundo (cfr. At 2). O Espírito é a origem e fonte da vida religiosa e cada fundação religiosa é um dom e um milagre do Espírito que da pobreza e pequenez faz brotar vida evangélica.

Hoje, que portas o Espírito abre para a vida religiosa?

Antes de falar das portas que se abrem à vida religiosa, digamos que muitas instituições religiosas estão mais preocupadas em reabrir as portas que se fecharam do que em buscar as novas portas que se abrem. E, muitas vezes, as jovens vocações são destinadas a empregar toda a sua energia em reabrir ou manter abertas as portas que já estão fechando, em vez de aproveitar sua imaginação e criatividade para buscar novas portas. Pode ser paradigmático o texto do Primeiro Livro dos Reis, quando Elias manda seu jovem criado subir sete vezes ao monte para ver se emerge do mar alguma pequena nuvem que anuncie chuva. Enquanto isto, Elias, encurvado na terra, reza de joelhos (cfr 1 Rs 18, 41-46). As vocações jovens devem observar o horizonte de novas possibilidades, enquanto o resto reza em silêncio. Porém, esta tarefa de observar os sinais dos tempos e o horizonte se torna fácil graças às contribuições de Francisco, para a reforma da Igreja. Ele sonha com uma Igreja de portas abertas, acolhedora e hospital de campanha, que saia para a rua a fim de caminhar na fé e se dirija às margens

existenciais e geográficas onde a gente vive e sofre, uma Igreja que seja misericordiosa, e não seja de autorreferência, que seja uma pirâmide invertida, poliédrica, sinodal, uma Igreja na qual os pobres e sua piedade são um lugar teológico privilegiado (cfr. EG 197-201). Tudo isso são pistas para uma nova vida religiosa aberta ao futuro, kairós e fruto do Espírito. Especifiquemos alguns aspectos da conversão da vida religiosa.

Voltar à pequenez e ao menorismo das origens

As origens de toda fundação de uma nova comunidade religiosa são pobres, pequenas, frágeis, poucas, desconhecidas que se autodenominam pequenos: irmãos menores, mínimos, mínima companhia, irmãozinhos e irmãzinhas, pequenos irmãos e irmãs etc...

Com os anos, essa pequenez se converteu, muitas vezes, em grandeza e ostentação. Fazemos a opção pelos pobres, porém já não somos pobres. Hoje, as circunstâncias nos devolvem ao pequeno tamanho das origens: somos poucos, frágeis e pobres, não temos futuro garantido, como também não o têm os

pobres. Não podemos oferecer às jovens vocações uma segurança e uma garantia plena. Podemos oferecer-lhes uma grande aventura evangélica, aberta para o futuro e ao sopro do Espírito. Não cabe viver a pequenez do grão de mostarda e do fermento (cfr. Mt 13,31-33), a nós convém seguir um Jesus que não tem onde reclinar a cabeça. A vida religiosa não é um privilégio, é uma emocionante aventura, um risco, porém, um risco evangélico, aberto à novidade do Espírito. Nosso auxílio vem do Senhor e da presença vivificadora de seu Espírito.

Entrar no dinamismo sinodal

Este aspecto completa o anterior. Sínodo significa etimologicamente, “caminho conjunto” e é, segundo João Crisóstomo, a definição da Igreja (cfr. PG 55, 493). Sinodalidade é entrar neste caminhar juntos com todo o Povo de Deus, nascido no batismo e com a unção do Espírito, que possui um sentido da fé que o torna infalível em sua fé (cfr. LG 12). A sinodalidade é o caminho que Deus espera da Igreja, no terceiro milênio, segundo o Papa Francisco, no discurso de 17 de outubro de 2015, por ocasião dos

50 anos da instituição do sínodo dos bispos. Se é assim, também, a vida religiosa tem de entrar nesta perspectiva de um caminho conjunto, de sinodalidade. Isto implica deixar para trás privilégios e aristocracias econômicas, culturais e espirituais para nos incluir no Santo povo de Deus que recebeu o Espírito. Não se trata de renunciar a nossa identidade carismática, mas de partilhá-la com outros, sem proselitismo nem sectarismo, sem elitismos. De alguma forma, a sinodalidade implica um protagonismo dos leigos e leigas que constituem a maioria do Povo de Deus e podemos nos perguntar se a diminuição das vocações tanto à vida religiosa quanto ao ministério ordenado formará parte de um misterioso desígnio de Deus para que seja todo o Povo de Deus, o que caminha junto até a missão, até o Reino de Deus. Pode-se falar de missão compartilhada com outros e outras, de dialogar entre todos, o que afeta a todos, onde todos ensinamos e aprendemos e se rompe o dualismo de Igreja docente e Igreja discente, é uma pirâmide invertida, algo tão original que alguns afirmam que pode provocar "um infarto teológico" nos defensores da ordem estabelecida. Voltando à vida religiosa, isso significa muito

A sinodalidade é o caminho que Deus espera da Igreja, no terceiro milênio, segundo o Papa Francisco, no discurso de 17 de outubro de 2015, por ocasião dos 50 anos da instituição do sínodo dos bispos. Se é assim, também, a vida religiosa tem de entrar nesta perspectiva de um caminho conjunto, de sinodalidade. Isto implica deixar para trás privilégios e aristocracias econômicas, culturais e espirituais para nos incluir no Santo povo de Deus que recebeu o Espírito. Não se trata de renunciar a nossa identidade carismática, mas de partilhá-la com outros, sem proselitismo nem sectarismo, sem elitismos.

mais do que um entrelaçamento das distintas congregações e institutos religiosos. Não é simplesmente dizer que o mundo leigo colabora com a vida religiosa e suas instituições pastorais,

educativas, sociais ou de saúde. É toda a vida religiosa que se põe a serviço de todo o Povo de Deus, na missão comum, em colaboração com paróquias, movimentos e outros tipos de comunidades, abertos ao Reino, ao cuidado da casa comum (cfr. *Laudato si*), à fraternidade universal (cfr. *Fratelli tutti*).

Evidentemente, tudo isso implica um processo de conversão eclesial lento e de discernimento comum. A tarefa não é fácil, porém é motivadora e mobilizadora. Somente com o tempo poderemos ver como isso afeta a vida e o trabalho apostólico, as comunidades monásticas e contemplativas, a economia e o estilo de vida. Porém, a falta de vocações, a pequenez da menoridade é transformada pelo Espírito num caminho junto com os outros. Somente com o tempo e, a partir da prática e discernimento, poderá encontrar-se caminhos pessoais, comunitários e institucionais para realizar este sonho. E tudo aquilo sob a tutela e órbita do Espírito que tudo supera, transborda, rejuvenesce e vivifica, a partir de situações de caos, a partir do de profundis da história. O caos pode se converter em kairós, num tempo oportuno. Os que semeavam com lágrimas, agora poderão se alegrar com a ceifa (cfr. Sl 126,6).

Recuperar a dimensão mística da vida religiosa

É muito conhecido este lúcido texto de Bento XVI: “Não se começa a ser cristão por uma decisão ética ou uma grande ideia, mas pelo encontro com um acontecimento, com uma pessoa que dá um novo horizonte à vida e, com ele, uma orientação definitiva” (*Deus charitas est*, n. 1). Se toda vida cristã nasce do acontecimento do encontro com a Pessoa de Jesus, a vida religiosa que tem origem profética, não pode nascer nem prosperar sem uma dimensão profundamente espiritual e mística, sob a unção do Espírito. Isso significa que a vida religiosa, muitas vezes sobrecarregada de trabalho, tem de fomentar amplos espaços pessoais e comunitários de oração e silêncio, a *lectio divina*, liturgia etc., que impregnem a vida e a missão de valores e atitudes evangélicas, num mundo onde Deus está em exílio. Porém, exige, também, estar perto dos crucificados da história, descer ao encontro com Deus nos pobres, para evitar que nossa oração seja uma fuga alienante do mundo. Quando se recordam figuras eminentes da vida religiosa, os fundadores e as fundadoras, a gente fica surpreendido com

a grande riqueza e profundidade espiritual que trouxeram à Igreja e à humanidade, pessoas como Antônio o copto, Bento e Escolástica, Bernardo de Claraval, Francisco e Clara, Domingos e Catarina de Sena, Inácio, Xavier e Fabro, Teresa de Jesus, João da Cruz, Teresa do Menino Jesus e Edith Stein, Hildegarda de Bingen, João de Deus e Camilo de Lelis, Vicente de Paula e Luiza de Marillac, Calazans, Claret e Dom Bosco, Joana de Lestonnac, Cândida de Jesus, Nazária Inácia, Teresa de Cacultá, Carlos de Foucauld e tantos outros. A mística é parte essencial da vida religiosa. Sem um apaixonamento pessoal pelo Senhor Jesus e pelo evangelho, a vida religiosa não é possível. A atual transformação à qual está chamada, hoje, não será possível sem uma conversão à mística.

Conclusão

É possível passar do caos ao kairós? É possível, porém não é algo instantâneo nem mágico, é um passo pascal que exige pessoal e comunitariamente passar da morte para a ressurreição, exige não se apegar a um passado caduco e abrir-se à ação original, transbordante e vivificante do Espírito de Jesus, que age de baixo para cima, em momentos de crise e morte, fecha algumas portas, porém abre outras, um Espírito que nunca está em folga, nem na Igreja, nem na história da humanidade. A vida religiosa, atual, assemelha-se ao sentimento do salmista do De profundis (Sl 130), um salmo que começa na obscuridade da noite, clamando com angústia ao Senhor e termina aberto à esperança, como a do sentinela que espera pela aurora.

O MEDO DO SÍNODO SOBRE A SINODALIDADE¹

CELSO PINTO CARIAS²

Resumo

Neste artigo, que também é uma partilha de coração aberto (quase um desabafo), o teólogo Celso Pinto Carias expõe suas preocupações a respeito do processo sinodal iniciado (ou não) pelas dioceses do mundo inteiro. Sem perder a esperança, que caracteriza o olhar cristão, o doutor pela PUC-Rio apresenta possíveis caminhos de ação para o próximo sínodo e convoca a Igreja, leigos e ministros ordenados à uma

verdadeira conversão sinodal: caminhar junto não é opção, mas identidade.

Palavras-chave: sinodalidade, Vaticano II, Igreja.

Introdução

É muito estranho que uma parte da hierarquia católica não tenha recebido a convocação do Sínodo Geral (Comunhão, participação e missão), para outubro de 2023, pelo Papa Francisco, já iniciado por um processo de consulta em todas as dioceses do mundo, com grande entusiasmo. Afinal, nada mais tradicional do que o caminhar juntos – Sínodo – na história do cristianismo: Todos os fiéis,

1 Site Observatório da Evangelização - PUC/MG, <https://observatoriodaevangelizacao.wpcomstaging.com/o-medo-do-sinodo-sobre-a-sinodalidade/>

2 Celso Pinto Carias, doutor em Teologia pela PUC-Rio. Assessor da Ampliada Nacional das CEBs e do Setor CEBs do Comissão Pastoral Episcopal para o Laicato da CNBB.

unidos, tinham tudo em comum: vendiam as suas propriedades e os seus bens e dividiam o preço entre todos, segundo as necessidades de cada um (At 2,44) , e ainda: nós e o Espírito Santo decidimos... (At 15,28). E como nos lembrou o papa Papa Bento XVI, na homilia da missa de abertura da Conferência de Aparecida: **O estilo sinodal não é mero procedimento, mas é a natureza da Igreja.**

O estilo sinodal não é mero procedimento, mas é a natureza da Igreja.

Aliás, nunca é demais lembrar, no começo, os discípulos e discípulas de Jesus Cristo se intitularam como seguidores do Caminho: Saulo, contudo, respirando ainda ameaças e morticínios contra os discípulos do Senhor, foi procurar o Sumo Sacerdote e pediu-lhe cartas para as sinagogas de Damasco, a fim de que, se encontrasse alguns adeptos do Caminho homens ou mulheres, ele os trouxesse agridoados para Jerusalém (At 9,1-2). O nosso grifo quis destacar Caminho e homens e mulheres, isto é, havia discípulas. **O nome “cristão” aparece mais tarde: Foi em Antioquia que, pela**

primeira vez, os discípulos receberam o nome de cristãos (At 11,26b).

Ora, entre leigos e leigas mais engajados nos processos de evangelização e nos trabalhos pastorais, entre presbíteros comprometidos com uma pastoral popular e religiosas encarnadas na realidade, ao contrário, encontramos grande entusiasmo com a convocação do Papa Francisco. Por quê? A nossa tese central é de que o clericalismo, tão criticado pelo Papa e fortemente arraigado nas estruturas eclesiais, evidentemente, presente no conjunto da Igreja, inclusive no laicato, é um muro bastante forte e alto para retomar o caminhar juntos. Soma-se à tese a dinâmica do poder dominador que pode penetrar até mesmo uma instituição fundada sob o Projeto do Reino de Deus revelado por Jesus Cristo. Assim, um medo velado ou explícito se constata. O velado entre os que recebem a convocação sinodal, mas procuram colocar a mesma dentro de uma hermenêutica que, justamente, garante que tudo continue como antes, apenas se considera um aperfeiçoamento de instâncias de consultas. O medo explícito vem daqueles

A nossa tese central é de que o clericalismo, tão criticado pelo Papa e fortemente arraigado nas estruturas eclesiais, evidentemente, presente no conjunto da Igreja, inclusive no laicato, é um muro bastante forte e alto para retomar o caminhar juntos.

que chegam a chamar o Papa de herege, minoritários, mas que fazem muito barulho.

A reflexão, aqui, apresentada levanta algumas hipóteses e propõe algumas alternativas para contribuir, enquanto cristão batizado, e, portanto merecedor de voz, e quem sabe vez, para aprofundar honestamente o debate. Primeiramente, faremos uma brevíssima análise histórica. A seguir, uma rápida análise de acontecimentos recentes que despertam questões sérias. Em um terceiro momento, faremos algumas observações de elementos canônicos. E, por fim, apontaremos possibilidades bastante modestas e nada pretensiosas, mas que consideramos fundamentais se, de fato, queremos ser fiéis ao Caminho inaugurado por Jesus de Nazaré.

A história é dinâmica

Na crise civilizatória, na qual estamos metidos, temos encontrado muita dificuldade para manter um olhar sobre processos históricos sem uma perspectiva dogmática. É evidente que a história é mestra. Contudo, por outro lado, não se pode absolutizar o tempo passado como se ele fosse perfeito. Nunca vivemos uma idade de ouro, ou tivemos um paraíso terrestre. A crítica negativa a um olhar dinâmico, sobre a história, geralmente vai em direção de uma razão sustentada na perenidade dos valores, como se os valores não fossem, em boa parte, também uma construção histórica, como se as relações de poder nunca interferissem na constituição de instituições, inclusive na Igreja Católica, naquilo que não está, firmemente, colocado dentro do processo da grande tradição. Evidentemente, não defendemos um relativismo, pois, como diz a filósofa espanhola Adela Cortina, considerado em si mesmo o relativismo é inumano, ou seja, embora existam questões relativas, não se pode absolutizar tal compreensão dos processos de construção dos valores. Assim, Cortina vai afirmar que é preciso seguir em direção na

qual se vá além do absolutismo e do relativismo (Adela Cortina, *Ética Civil e Religião*, 1997).

Feita a ressalva acima, é preciso ter capacidade de enfrentar os desafios com um olhar ao mesmo tempo generoso e crítico sobre a história, sabendo distinguir, como nos lembra o Papa São Paulo VI, na Exortação *Evangelii Nuntiandi*, o que é essencial do que é secundário. Quem, em sã consciência, afirmaria que o uso de uma “tiara” é essencial para simbolizar o múnus papal e que, sabiamente, São Paulo VI parou de usar? **Creemos que a confusão entre o essencial e o secundário tem sido um dos problemas mais sérios dos últimos tempos.** Uma polêmica, recente, deu-se em torno do motu próprio *Traditionis custodes* sobre a missa em latim sancionado pelo Papa Francisco.

Vamos lançar mão de exemplos para chamar atenção da necessidade em recuperar o essencial. Nenhuma explicação justifica, por exemplo, o fato de que o Império Romano, a partir de Constantino, trouxe dificuldades para a manutenção da fidelidade ao Caminho de Jesus. Certamente, não se pode fazer uma leitura anacrônica da histórica, mas também não é possível forçar uma aceitação

de elementos do processo de institucionalização como se fossem todos desejados explicitamente pelo Deus revelado em Jesus Cristo. A explicação da inquisição, também, por mais que se relacione a mesma com o “braço civil”, não se pode deixar de constatar um completo antagonismo entre inquisição e Evangelho. Logo, muitos outros exemplos poderiam ser citados, o que não se faz necessário.

Assim sendo, no contexto do mundo de hoje, usando uma espécie de mantra que tenho repetido, nos últimos anos, não se pode responder perguntas novas com respostas velhas. Não se trata de buscar o novo ou recuperar a novidade dos elementos essenciais de forma irresponsável, mas também não se pode sucumbir a um misonéismo, isto é, um grande medo do novo, como se toda novidade fosse diabólica. Afinal, Jesus de Nazaré não foi uma presença renovadora na história?

Uma Igreja enlameada

Desde a apresentação de seu programa de pontificado (*Evangelii Gaudium*, Alegria do Evangelho, 2013), o Papa Francisco tem utilizado uma série de imagens que, certamente, devem soar de forma

desagradável aos ouvidos de muitos. Temos citado uma imagem que está no número 49 da EG com insistência: “prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas a uma Igreja enferma pelo fechamento e pela comodidade de se agarrar às próprias seguranças”.

Fico me perguntando o por quê de tanta dificuldade para aceitar as contradições dos mecanismos sociológicos presente na instituição católica. Francisco só fez crescer a credibilidade da Igreja, diante do mundo, com os seus gestos, nos quais acolhe os erros realizados por membros da Igreja.

Ora, ora. Qual o leigo ou leiga mais próximo dos serviços pastorais que não sabe de pelo menos uma transferência de um padre que cometeu algum delito? Até quando se iria continuar colocando para debaixo do tapete uma sujeira que vinha se acumulando faz tempo? Quanta dor não poderia ser evitada, quantas situações não poderiam ser superadas se houvesse mecanismos mais amplos de escuta, de participação e tomada de decisão. A sabedoria popular diz que errado é permanecer no erro e não reconhecê-lo.

Na linha de citar apenas poucos exemplos, diante do objetivo

Francisco só fez crescer a credibilidade da Igreja, diante do mundo, com os seus gestos, nos quais acolhe os erros realizados por membros da Igreja.

deste texto sintético, falemos do crescimento do suicídio entre presbíteros. É verdade que o suicídio cresceu, de modo geral, mas se continuará tratando questão tão séria como uma questão meramente individual? Não se enfrentará as questões do processo de formação, da estrutura paroquial feudal na qual o pároco pode ter no colega vigário um mero auxiliar de tarefas e não um irmão que caminha junto para planejar o trabalho pastoral entre outras possibilidades?

Nos últimos anos, tem se falado bastante da redução dos católicos no Brasil. Quase sempre, sob o nosso ponto de vista, fazendo análises reducionistas ou pior, algumas desonestas, como acusar a advento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como razão do esvaziamento. Não se coloca, predominantemente, a questão do processo de transformação cultural como o pano de fundo principal. Vejam bem, fazendo aqui uma afirmação

cautelosa, pois somos estruturalmente ecumênicos, em boa parte das novas igrejas evangélicas, o fiel se sente protagonista e não um mero espectador de serviços religiosos. Certamente, temos vozes alertando tais questões, mas ainda não são ouvidas. Como não citar o Pe. José Comblin, por exemplo, que desde a década de 1980, do século XX, vinha alertando a Igreja com diversas análises em torno dos desafios do mundo urbano?

Para que o processo sinodal chegue a bom termo, será fundamental reconhecer os limites de nossas respostas nos últimos anos. Como diz Francisco: não tenhamos medo de rever... Um pequeno passo, no meio de grandes limitações humanas, pode ser mais agradável a Deus do que a vida externamente correta de quem transcorre seus dias sem enfrentar sérias dificuldades (EG 43.44)

O Direito Canônico sob o olhar do Vaticano II

Embora o ministério de Jesus de Nazaré não tenha priorizado a Lei, não podemos afirmar que Ele a menosprezou. Jesus não foi um anarquista (sentido filosófico). O

Para que o processo sinodal chegue a bom termo, será fundamental reconhecer os limites de nossas respostas nos últimos anos. Como diz Francisco: não tenhamos medo de rever... Um pequeno passo, no meio de grandes limitações humanas, pode ser mais agradável a Deus do que a vida externamente correta de quem transcorre seus dias sem enfrentar sérias dificuldades (EG 43.44)

fato é que a Lei se faz necessária pelo limite humano e não em si mesma. Assim sendo, precisamos dela. Precisamos estabelecer limites à possibilidade de desvios, mas não como substituição ao Evangelho. Mas a Lei deve estar sempre submetida ao amor.

Precisamos, sim, de um Direito Canônico. Mas a Igreja não pode ser apresentada como um conjunto de normas que devem ser cumpridas. Ela deve ser apresentada como um povo que caminha em direção ao Projeto de Jesus Cristo. Por isso, faz-se

necessário estabelecer critérios de interpretação do Código de Direito Canônico (CIC, em latim, *Codex Iuris Canonici*). O critério chave, do atual código, como costumava lembrar meu saudoso professor de Direito, Pe. Antônio Pereira, é a eclesio-logia do Concílio Vaticano II.

Este terceiro item entra aqui porque, nos últimos anos, o clericalismo tem usado o CIC como ferramenta que impede o caminhar juntos. Se não formos capazes de reorientar o direito na direção do serviço ao Povo de Deus, corremos o risco de fazer dele quase um texto revelado. Não será possível escutar e participar em um processo viciado por uma interpretação que vai em direção diametralmente oposta ao Concílio Vaticano II.

Vamos ao exemplo: o redator dessa reflexão não é especialista, mas foi aluno em disciplinas de graduação e pós, de um dos melhores canonistas que o Brasil já teve: o português Pe. Antonio da Silva Pereira. Um pouco antes de morrer, ele deixou publicado um livro que agora tenho procurado citar com frequência: “participação dos leigos nas decisões da Igreja Católica”, Loyola, 2014. Nesse livro, Pe. Pereira demonstra que é perfeitamente possível algum tipo de participação do

laicato em algumas decisões eclesiais. Cabe, aqui, uma citação da conclusão do livro: Ressalto que essa participação nas decisões com voto deliberativo nem teológica, nem juridicamente, põe em risco a autoridade da Igreja e de seus pastores, como ficou demonstrado em vários lugares deste volume e na minha tese de doutorado devidamente aprovada pela banca de professores da Gregoriana que cito na bibliografia geral. Além disso, leis podem ser mudadas e é perfeitamente possível estabelecer critérios e níveis de participação do laicato sem quebrar doutrinas essenciais. Mas por que o medo de quebrar leis que não mais correspondem à realidade?

Igreja e sínodo são sinônimos – sugestões do “mendigo de Deus”

No discurso da comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos, em 17 de outubro de 2015, o Papa nos lembrava de uma afirmação de São João Crisóstomo: Igreja e Sínodo são sinônimos. De lá para cá, tal afirmação tem sido bastante repetida. Mas nesse mesmo discurso, Francisco fez uma ressalva que estamos constatando agora:

aquilo que o Senhor nos pede, de certo modo, está já tudo contido na palavra “Sínodo”. Caminhar juntos – leigos, pastores, Bispo de Roma – é um conceito fácil de exprimir em palavras, mas não é assim fácil pô-lo em prática.

Eis a questão. desde o início solene, em outubro de 2021, até agora, ainda, não percebemos tal convocação como uma questão central e prioritária, do caminho da Igreja, no mundo de hoje. Certamente, se uma pesquisa for feita, constatar-se-ia que a maioria dos católicos ainda não sabe exatamente do que se trata. Pode-se perguntar: e por que deveriam saber? A Igreja tem como missão a continuação do legado de Jesus Cristo, não seria um Sínodo que deveria pausar tal missão, o que podem afirmar setores não entusiastas desse Sínodo. Mas seria ele uma pausa no processo de enraizamento do legado de Jesus Cristo no mundo de hoje?

Ora, assim sendo, se queremos responder a pergunta acima, com honestidade, é necessário promover o debate. É fundamental participar do processo, em suas diversas etapas, como a fase diocesana que está se realizando no momento. Aqui, concordando ou não com as perspectivas apresentadas, por Francisco, desde o início do seu

pontificado, não seria honesto sabotar o processo. Não seria cristão, não seria uma postura de fidelidade ao Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Sentemos à mesa como irmãs e irmãos. Usemos o remédio da misericórdia, como afirmou São João XXIII no discurso de abertura do Concílio. Participemos, ativamente, do processo e partir das conclusões do Sínodo, em outubro de 2023. Vejamos por onde devemos continuar a missão, sem deixar ninguém de fora.

É fundamental participar do processo, em suas diversas etapas, como a fase diocesana que está se realizando no momento. Aqui, concordando ou não com as perspectivas apresentadas, por Francisco, desde o início do seu pontificado, não seria honesto sabotar o processo. Não seria cristão, não seria uma postura de fidelidade ao Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo.

O contrário do amor não é o ódio, é o medo. O medo pode nos levar ao ódio. Dessa forma, por medo de perder privilégios, por exemplo, podemos identificar o outro e a outra que nos lembra do essencial, como um/a inimigo/a que deve ser destruído, até mesmo com a morte. E aí, o ódio passa a ser uma expressão desse medo. Constata-se, em certa medida, um medo que impede o amor florescer neste Sínodo. Um medo que necessita de súditos e não de irmãos e irmãs.

Há uma reflexão de São Paulo VI, na EN, que consideramos muito profética. No número 52, ele fala da necessidade do anúncio ao mundo descristianizado. Em números redondos o planeta, hoje, tem mais de 7,5 bilhões de habitantes. Dentre esses, 2,5 bilhões são cristãos (católicos, ortodoxos, anglicanos e protestantes), e os católicos são maioria: cerca de 1,4 bilhões. Ora, do advento da presença de Cristo Jesus entre nós, até os dias atuais, o quanto o cristianismo foi capaz de ser fiel ao Projeto de Reino de Deus revelado pelo Messias cristão? Por isso, São Paulo VI fala de um desafio, lá em 1975, que só cresceu, de um mundo no qual se faz necessário reafirmar o Caminho, fazer anamnese do mistério da vida, morte e

ressurreição de Jesus Cristo, que nunca, nunca poderia estar sintonizado com ódio, preconceito, marginalização, convivência com a injustiça, legitimando guerras entre tantas outras deformações do mundo humano.

Conclusão

Assim sendo, a recuperação de uma Igreja, essencialmente sinodal e ministerial, pode ser um sinal luminoso daquilo que o Cristo deixou como legado. Neste sentido, este “mêdigo de Deus” (expressão para designar o serviço teológico: aquele/a que fala de Deus como um pedinte) ousa apontar alguns objetivos que consideramos fundamentais para, neste século XXI, afirmar a necessidade de reformas na Igreja Católica, em comunhão ecumênica com todo o cristianismo, que facilitem a integração do Povo de Deus no caminho do testemunho:

a) Não é possível mais que a escolha de bispos seja mediada, predominantemente, pela nunciatura apostólica de cada país. Por mais santo que seja o Nuncio, é uma estrutura que não tem condições de atender aos desafios de uma escolha que possa ir ao encontro de uma evangelização que, de

fato, permita uma Igreja em saída. Sempre que se coloca tal questão, é comum encontrar o contraponto na afirmação de que a Igreja não é uma democracia. Ora, não se trata de realizar pleitos eleitorais, mas de ampliar os mecanismos de indicação e escolha. Os leigos e leigas, por exemplo, praticamente, não participam de tal processo. É preciso repensar este processo. Nesse sentido, as Conferências Episcopais Nacionais podem ter um papel muito importante.

b) Na esteira deste processo, percebemos que os bispos eméritos, ao completar 75 anos, muitas vezes, com força e vigor, são jogados no esquecimento. **É possível pensar e constituir ações pastorais nas quais os eméritos possam se encaixar. Por que eles não podem, por exemplo, ser presidentes de comissão nas Conferências Episcopais?**

c) O ministério ordenado, como também afirmou São Paulo VI, é o ministério da unidade por excelência. Não, **não é possível mais centralizar toda ação pastoral de uma paróquia nas mãos de um pároco.** Aliás, como já aconteceu, e ainda acontece, agora, de maneira bem elementar, seria fundamental ter equipes de presbíteros para atender e articular o trabalho pastoral em

um determinado território. Em boa medida, uma cultura clerical, deve-se a esta centralização, com o risco, inclusive, de boa dose de autoritarismo, mesmo no ministério episcopal.

d) Embora o CIC já tenha normatizado a existência de conselhos pastorais e econômicos, é preciso ir além. O laicato não pode mais ser tratado como cristãos e cristãs de segunda categoria, tendo quase que, exclusivamente, uma obediência cega. Não se trata, naturalmente, de igualar o múnus específico de cada ministério, mas de **capacitar todos os/as batizados/as vocacionados ao serviço eclesial, para compor equipes pastorais, que possam estar dentro do processo de evangelização.**

e) Na direção anterior, seria fundamental retomar a intuição do Concílio Vaticano II de **uma Igreja toda ela ministerial.** A história recente demonstrou que a centralização do processo, nas mãos dos bispos e presbíteros, não garante uma presença testemunhal do Evangelho no interior da realidade. As paróquias podem se tornar feudos no interior de uma geografia, prestadora de serviços religiosos, e não fomentadora da presença salvífica do Projeto de Jesus Cristo.

f) **É urgente que as paróquias se tornem redes de comunidades. Criar novas paróquias centralizadas nas mãos de um pároco, não ajuda a constituir uma presença dinâmica no interior de um mundo cada vez mais urbano.** Conheço lugares, no Estado do Rio, onde, em um pequeno território citadino, as paróquias agem como verdadeiras concorrentes entre si. Certamente, tal fato se repete em muitos lugares.

g) Não fazemos, aqui, uma reflexão em torno do tema da ordenação de homens casados ou de mulheres por compreendermos que, primeiramente, faz-se necessário ter uma Igreja estruturalmente Sinodal para, depois, podermos enfrentar tais questões com serenidade e profundidade. Em uma Igreja autorreferencial, podemos ampliar o problema, isto é, homens casados e mulheres ordenadas dentro de uma cultura clerical. Isto aconteceu, em boa medida, com os diáconos casados.

h) Contudo, **compreendemos que as mulheres devem ser integradas em funções que hoje estão colocadas apenas nas mãos dos homens.** Ora, por que uma religiosa não poderia ser coordenadora de pastoral, por exemplo? Por que mulheres

não podem ser integradas em uma equipe administrativa de uma paróquia? Bom como outras realidades possíveis.

Tais pontos poderiam ser mais bem explicitados e ainda poderíamos elencar tantos outros, mas nosso objetivo é **chamar atenção para um processo de reflexão sinodal que não fique apenas em conceituações genéricas.** É preciso mergulhar, com profundidade, dentro da realidade estrutural do trabalho pastoral. Não basta, ao final de outubro de 2023, elaborar um belo documento, embora na convocação do Sínodo se tenha alertado para isso, mas estabelecer processos que permitam, para além de 2023, ir construindo perspectivas de fidelidade ao Caminho de Jesus Cristo.

Pedir perdão é fundamental, mas não podemos permanecer com situações que dificultam, tremendamente, o testemunho cristão no meio do mundo. Não dá para ser lembrado, em um futuro não muito distante, por exemplo, que deixamos de tomar iniciativas contundentes para diminuir ou acabar com os casos de abuso sexuais e de desvios econômicos que atrapalham sobremaneira o anúncio de Evangelho. Que deixamos de integrar as mulheres, nas mesmas

condições de dignidade dos homens, e que ainda não soube-
mos acolher a realidade afetiva
de muitas pessoas que sofrem
preconceitos e discriminações.

Que possamos, como o casal de Emaús, abrir espaços para reconhecer o Senhor no Caminho. Dirigir o nosso olhar para as periferias geográficas e existenciais. Estender as nossas mãos aos caídos na estrada. Que o medo não impeça a realização

deste encontro. A hora é agora. Que possamos experimentar a vida eclesial como um espaço verdadeiramente de vivência entre irmãos e irmãs. Abramos as portas ao sopro divino, ou como os especialistas em Bíblia nos mostram: o sopro feminino da Divina Ruah.

Essa reflexão é de um batizado cada dia mais cansado. Um apelo, afim de que muitos não se decepcionem depois de 2023.

Para refletir

- Você está participando do processo de escuta sinodal em sua comunidade, província, diocese, paróquia?
- Como a VRC está engajada neste processo sinodal na sua Regional?

VIDA RELIGIOSA, DIREITOS HUMANOS E INTEGRIDADE DA CRIAÇÃO - PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA

NICOLAU JOÃO BAKKER, SVD¹

Resumo

A narrativa do autor surgiu de sua percepção antropológica e sociológica, ao participar de um Simpósio de Antropologia promovido pelos religiosos do Verbo Divino. O autor, através das intervenções, faz uma leitura crítica dos aspectos que avaliam

a vida religiosa e a prática dos Direitos Humanos na atualidade.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Vida Religiosa, Antropologia

Introdução

Recentemente, participamos, em Juiz de Fora, de um Simpósio de Antropologia, realizado pelas três províncias religiosas dos Missionários do Verbo Divino. Um dos principais focos de atenção se voltava para as questões dos Direitos Humanos e

¹ Pe. Nicolau João Bakker é missionário do Verbo Divino (SVD), sacerdote, formado em Filosofia, Teologia e Ciências Sociais. Atuou, sempre, na pastoral prática, rural e urbana. Lecionou Teologia Pastoral, no Instituto de Teologia de São Paulo (ITESP/SP) e coordenou programas contra a violência urbana e de formação de lideranças sociais em uma ONG de Direitos Humanos e Educação Popular, em São Paulo (CDHEP/CL). Consulta aos artigos do autor em: artigospadrenicolausvd.blogspot.com Email: nijlbakker@hotmail.com

da Integridade da Criação, que fazem parte das dimensões prioritárias desta Congregação Religiosa. Os participantes foram convidados a abordarem o tema numa perspectiva, preponderantemente, antropológica. No decorrer dos dias, do Simpósio, no nosso entender, surgiram reflexões que abrem perspectivas significativas, tanto para a Vida Religiosa quanto para a ação pastoral da Igreja de modo geral. Neste artigo, apresentaremos algumas das abordagens feitas nesse encontro.

Da antropologia cultural para a antropologia integral

Vimos, desde o início, que, como as demais ciências, também a antropologia está sujeita a um processo histórico de amadurecimento intelectual. Desde quando, especialmente, as Congregações Missionárias fizeram da antropologia (etnologia) um importante esteio para sua ação missionária, até décadas muito recentes, o foco principal se voltava, quase exclusivamente, para as manifestações culturais do ser humano: seu modo de pensar e falar, seus ritos religiosos (ou “pagãos”), seus códigos de conduta tradicionais, a arte e

os costumes em geral, enfim, as manifestações da “mente”. Não é difícil detectar a origem dessa antropologia. A filosofia grega colocou em grande evidência a racionalidade do ser humano, com um claro desprestígio de sua dimensão corporal, carnal, considerada imperfeita e mortal. “A carne para nada vale”, dirá São João em seu Evangelho (Jo 6,63). Influenciados por esta filosofia e alimentados pela esperança jesuânica, na próxima vinda do Reino de Deus, tida como muito superior aos reinos da terra, os primeiros cristãos, de fato, esperam por um “outro mundo”, livre das imperfeições deste, como atestam, claramente, as Cartas Apostólicas e documentos muito antigos como o Pastor de Hermas. Surge uma antropologia cristã, fortemente dualista, em que corpo e espírito se combatem mutuamente. Santo Tomás de Aquino (1274) dirá que todo ser humano possui (“ab extrínseco inmissa”) uma alma imortal. É preciso salvar apenas esta, pois o corpo “de nada vale”. Hoje, é importante não perder de vista que, majoritariamente, nossos fundadores e fundadoras, também, guiavam-se, fortemente, por esta visão antropológica. Um conhecimento profundo dos povos chamados “pagãos” era considerado necessário para,

assim, mais facilmente, convertê-los e, desta forma, como ainda se reza diariamente, na minha Congregação, “levar as almas todas para o céu”.

Em meio às discussões do simpósio, um participante observou. “Hoje o nosso grande desafio não é a conversão dos povos, mas defender os direitos humanos, como também a integridade da criação, lutando contra aqueles que usam a natureza apenas para os seus interesses particulares”. De fato, em nossos dias, a antropologia enfrenta desafios que a tradição dualista não resolve. Por mais que a Modernidade tenha, até, reforçado a tendência dualista, especialmente pelo “cogito, ergo sum” de Renée Descartes, o consenso, atual, tanto na filosofia, quanto na teologia e nas demais ciências, vai na direção oposta à separação entre mente e corpo. Não se concebe mais uma alma independente ou desligada do corpo. Se o papa Bento XVI, em *Caritas in Veritate*, 76, ainda, fez questão de ressaltar a “consistência ontológica” da alma humana, ou ele fala da real e importantíssima capacidade da consciência humana para abrir-se ao que é “transcendental”, portanto, ao cientificamente indemonstrável ou, então, perderá crédito. A alma humana não foi insuflada

no ser humano, no Jardim do Éden, como sugere Gênesis 2,7, mas evoluiu, lentamente, com e a partir da própria “Vida”, para quem tem fé no mais belo fruto da criação divina. A consciência humana é tão carnal quanto qualquer outra faceta do ser humano. Por isso, a antropologia, preponderantemente cultural, vai sendo substituída cada vez mais por uma antropologia integral que concebe a unidade entre corpo e alma.

II A “lei natural” vista sob novo ângulo

“Não pode haver oposição entre as perspectivas das pessoas e as exigências da natureza, uma vez que, como diz o papa, tudo está interligado”, observou também um participante dos grupos

A consciência humana é tão carnal quanto qualquer outra faceta do ser humano. Por isso, a antropologia, preponderantemente cultural, vai sendo substituída cada vez mais por uma antropologia integral que concebe a unidade entre corpo e alma.

temáticos. Podemos, dizia, colocar tudo na perspectiva da felicidade humana. Se o ser humano nunca é uma ilha isolada, mas sempre parte de uma grande teia social e ambiental, isto significa que algo deu errado quando este ser humano não encontra felicidade em lugar algum. Na perspectiva dos Direitos Humanos, foi lembrado, então, o abuso do direito à propriedade e, na perspectiva da integridade da criação, o abuso do direito à vida. Outro membro do grupo, neste contexto, lembrou a velha questão da lei natural. Santo Tomás de Aquino, seguindo Sabedoria 11,24, defendia que Deus “não se aborrece de nada do que fez”, e “se alguma coisa tivesse odiado, não a teria feito”. Em todas as criaturas, dizia, existe uma “lei natural”, intencionada por Deus, e, por isso, deve ser respeitada. Em todo o cosmos, esta lei natural, esta “gramática” dizia Bento XVI, está presente. A felicidade humana é inalcançável fora desta lei. Poucos conceitos teológicos foram tão criticados quanto esta lei natural de Santo Tomás, uma vez que a Igreja, considerando-se por séculos a única detentora de todas as verdades, interpretou-a, em muitos casos, a seu bel prazer. Não aceitando o aporte das ciências, viu-se presa à tradicional antropologia dualista.

Apenas o Conc. Vat. II, com *Gaudium et Spes*, 36, rompeu o cerco aceitando todas as “realidades terrestres”, entre as quais, a ciência de modo geral.

Não pode ser esquecido, observou outro membro do simpósio, **que a Igreja Católica se colocou, no decorrer de toda a Modernidade, em forte oposição à conquista dos Direitos Humanos. De fato, quando a Revolução Francesa (1789) os proclamou, pela primeira vez (1791), o episcopado francês os saudou como “um amontoado de proposições estúpidas”**. É oportuno observar que a própria proclamação, destes Direitos, finalizou um longo processo de gestação, iniciado, já na Renascença, por defensores dos “direitos naturais”, como o dominicano Francisco de Vitória (1536), o “pai do direito (natural) internacional”, e, também, pelos grandes pensadores teológicos e jurídicos da afamada Universidade de Salamanca, no séc. XVI. Forte influência teve, também, Hugo Grotius (1645), apelidado pelo rei da França como “o milagre holandês”. Esta proposta, dos direitos naturais, já, tinha, também, seus fundamentos no “humanismo cristão,” ardorosamente, defendido por autores como Thomas More

(11535) e Erasmo de Roterdão (11536). Estão aí as sementes distantes da posterior total separação entre Igreja e Estado. O que define o antropológicamente correto não é, em primeiro lugar, um determinado dogma religioso, mas, antes, a própria “natureza” das coisas criadas. A antropologia moderna parece, pois, destinada a retomar a antiga intuição de Santo Tomás de Aquino e, desconfiando sempre de posições religiosas antecipadas, aprofundar-se cada vez mais na raiz multidimensional – bioquímica, social e ambiental – do próprio ser humano, quer dizer, na sua raiz “natural”. A antropologia integral encontrou aí o caminho a seguir.

III A questão da universalidade dos Direitos Humanos

A certa altura, alguém lembrou que apenas o ser humano, com sua consciência, pode desviar-se desta lei natural e faltar, por exemplo, com o direito à paz ou ao respeito mútuo. De fato, a liberdade humana, com maior ou menor grau de consciência, permite “apropriar-se” de direitos alheios. Uma máxima na reflexão dos Direitos Humanos é que estes são universais. Não importam etnias,

classes, cores ou religiões. No Brasil, o III Programa Nacional dos Direitos Humanos (2009), no eixo orientador III, diz que os Direitos Humanos são “universais, indivisíveis e interdependentes”. O conceito da universalidade é fundamental. O debate mais acalorado, na II Conferência Internacional de Direitos Humanos da ONU (Viena, 2013), referia-se exatamente, a este conceito. O mundo que jaz à nossa frente fere estes direitos universais de todas as formas. Se a economia pode ser vista como o eixo que faz girar as sociedades, economistas atuais de grande destaque, como por exemplo o francês Thomas Piketty e seu professor Anthony B. Atkinson, demonstram, por meio de gráficos e tabelas muito convincentes, que a desigualdade econômica, desde a introdução do neoliberalismo das décadas de 1970/1980, cresceu de forma exorbitante, retomando ares tradicionais de “casa grande e senzala” em muitos lugares do mundo.¹ Neste contexto, como é confortador que temos, atualmente, um papa que assume plenamente – em teoria e prática – a causa dos Direitos Humanos universais! Ainda recentemente, encerrando o III Encontro Mundial dos Movimentos Populares (Roma,

em 05/11/2016), relembrou sua famosa frase: “nenhum lavrador sem terra, nenhum trabalhador sem emprego e nenhuma família sem moradia”. Na ocasião, incentivou, também, as lideranças sociais para não se deixarem “formatar”, isto é, manter a liderança social político-transformadora com firmeza, mas sem sucumbir aos interesses contrários da elite econômica. Insistiu, também, em não se deixarem corromper uma vez que “existe corrupção também nas organizações sociais”.

Não podemos deixar de perceber, no entanto, que, na perspectiva dos governantes, nem tudo pode ser consertado da noite para o dia. Vivemos em sistemas contaminados e contextos deteriorados (aliás, presentes, também, na Igreja e na Vida Religiosa!). Análises institucionais são da maior importância. Exatamente por estar tudo interligado, no tempo e no espaço, ninguém possui uma varinha mágica para, sozinho/a, modificar as coisas. Direitos humanos custam a ser conquistados. Após longa atuação, no mais destacado Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo/São Paulo (CDHEP/CL), posso afirmar que a luta pelos Direitos Humanos passa por diferentes fases históricas.

Tomemos, como exemplo, o caso do Brasil. Durante a Ditadura Militar, a luta era, preponderantemente, pelos direitos civis e políticos. Em seguida, apresentou-se com força a luta pelos direitos sociais, e numa fase ainda posterior os direitos culturais, como o do gênero por exemplo. Finalmente surgiram com força os direitos ambientais. A Igreja e a Vida Religiosa Apostólica, em particular, têm muito a ver com tudo isso. Se queremos “levar as almas todas para o céu”, nos dias atuais, devemos fazer dos Direitos Humanos universais um tópico importante no planejamento das nossas ações institucionais e locais. O caminho do céu passa pela terra.

IV O desafio da “transcendentalidade na Vida Religiosa e na vida do povo

Ao focar o tema da transcendentalidade, sempre presente na religiosidade popular e quase sempre ausente nas tradicionais abordagens científicas da Modernidade, um participante observou, “Uma correta antropologia deveria prestar mais atenção ao “sentido” que as pessoas dão à existência e às coisas da vida; em especial, o sentido daquilo que vai além do que a vida oferece”. Foi lembrado,

Se queremos “levar as almas todas para o céu”, nos dias atuais, devemos fazer dos Direitos Humanos universais um tópico importante no planejamento das nossas ações institucionais e locais. O caminho do céu passa pela terra.

então, o grande espaço que o conferencista Faustino Teixeira abriu para o simpósio quando ele falava do importante papel da espiritualidade na vida dos mais diferentes povos e culturas. Nada mais anti-científico do que desconsiderar esta realidade. De fato, muitos antropólogos, atuais, como Edgar Morin e outros, falam destas espiritualidades como sendo uma espécie de “constante (ou universal) antropológica”. Todo ser humano, individual e coletivamente, está em busca de um sentido para sua existência, uma existência sempre marcada pelos limites de sua insuperável contingência e miserabilidade. O afamado filósofo alemão, Hans Jonas, observa que, em toda a criação, existe um “horizonte de transcendência”: do mundo físico para o bioquímico, do mundo microbiano

para o mundo vegetal e animal, e da vida inconsciente para a vida consciente.² Com os olhos da fé, em Missa sobre o Mundo, Teilhard de Chardin (†1955), falava de um processo de amorização ou cristificação. Deixando a fé de lado, a Modernidade iniciou o século XX decretando, como fez Friedrich Nietzsche (†1900), a “morte de Deus”, mas os pensadores pós-modernos trouxeram Deus de volta. O sociólogo e teólogo luterano, Peter Berger (†2017), décadas atrás, já dizia ouvir novamente “o rumor de anjos” por toda parte.³ Alguns fervorosos ateus, militantes da atualidade, combatem a religião em nome de valores e princípios que, olhando mais de perto, também, estes possuem um teor profundamente religioso. É muito significativo que dois renomados antropólogos, atuais, que se dizem agnósticos, após estudar a fundo a moderna exegese bíblica, afirmam que a bíblia é “o mais significativo livro escrito na história da humanidade”.⁴ Chegaram à conclusão de que todas as 613 proibições ou obrigações relatadas no Antigo Testamento (Torá), como também as orientações do Novo Testamento, têm como objetivo principal assegurar a melhor sobrevivência individual e coletiva do ser humano. Depois que os

pequenos grupos de caçadores-coletores – cuja genética, até hoje, está profundamente ancorada em todos nós – há, aproximadamente, dez mil anos deixaram para trás sua religiosidade intuitiva original e se estabeleceram em locais fixos e superpopulosos, confrontaram-se com desafios “urbanos” jamais enfrentados, o que deu origem a religiões institucionalizadas e a estruturas políticas imperiais.⁴ Hoje, num mundo cada vez mais globalizado, um novo “ponto de mutação”, parecido como este, aproxima-se. O renomado teólogo leigo, Erik Borgman, conhecido na Holanda como “o novo Schillebeeckx”, resume um de seus livros, dizendo: “Muda não a religiosidade humana, mas o modo de vivenciá-la”.⁵

A presença de um conhecido músico brasileiro, no grupo, trouxe mais outro aspecto desta mesma questão, quando observou: “O ser humano não é somente racional, mas também intuitivo, e esta dimensão humana se revela não apenas na prática religiosa, mas também na arte, no teatro e, particularmente, na música”. De fato, na atual neurociência, há quem defenda que o ser humano “capta” a realidade mais intuitivamente do que racionalmente. Toma suas decisões

a partir de um sentimento generalizado e depois usa a razão para justificá-las ou interpretá-las.⁶ A mística é inerente ao ser humano. Faustino abriu diversas perspectivas nesta direção. Por isso, diz o papa em *Laudato Si*, 216: “Não é possível empenhar-se em coisas grandes apenas com doutrina, sem uma mística que nos anima”. Interpretar e valorizar a mística própria de qualquer povo é, portanto, um objetivo importante de qualquer missão religiosa.

Poderíamos, ainda, lembrar que, para a Ecumenical Association of Third World Theologians (EATWOTT), o mundo do futuro será marcado pelo “paradigma pós-religional”.⁷ Algo inteiramente novo e ainda imprevisível. Todas as religiosidades, dos milênios passados, seriam fruto de uma civilização, tipicamente agrária, e esta, definitivamente, chegou ao fim. Seria preciso mirar, então, em algo totalmente novo. Vemos esta tendência, claramente, na magnífica série de cinco livros intitulada *Pelos Caminhos de Deus*. Nesta série de livros, organizada pela comissão teológica da EATWOTT (Luiza Tomita, Marcelo Barros, e José Maria Vigil), os autores, entre os quais Faustino Teixeira, harmonizam

o melhor das teologias da libertação, com o melhor dos diferentes “caminhos de Deus” abertos, pela atual teologia da pluralidade religiosa.⁸ Seja como for, antropologicamente falando, o ser humano continuará sendo um ser místico, aberto ao que lhe transcende – em oposição ao “humanismo fechado” de muitos filósofos pós-modernos -, e sempre em busca da superação de sua miserabilidade individual, coletiva e ambiental. A missão

da Igreja e, particularmente, da Vida Religiosa Missionária é acompanhar a humanidade nesta sua incansável busca por “salvação”, oferecendo a riqueza do seu próprio passado, aprendendo com as riquezas das diferentes culturas com as quais se defronta. Tudo para que se concretize, cada vez mais, a “vida plena” sonhada por Jesus (Jo 10,10). Fiel ao passado, mas encarando com coragem o futuro.

57

CONVERGÊNCIA • ANO LVII • Nº 538 • AGOSTO • SETEMBRO • OUTUBRO DE 2022

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade:

- Confrontando a nossa época com a dos nossos fundadores, quais as diferenças no modo de entender a fé e os compromissos eclesiais?
- O que a antropologia integral tem a dizer sobre a missão da Igreja e da Vida Religiosa?
- Quais fundamentos a Igreja precisa priorizar para a defesa dos Direitos Humanos?

Referências bibliográficas:

1. Thomas Piketty, *O Capitalismo, no século XXI*, Rio de Janeiro: Ed. Intrinseca Ltda, 2014; e Anthony B. Atkinosn, *Desigualdade, o que pode ser feito?*, São Paulo: Leya Editora Ltda, 2015.
2. Hans Jonas, *O Princípio Vida*, Petrópolis: Vozes, 2004.
3. Peter L. Berger, *A Rumor of Angels: Modern Society and the Rediscovery of the Supernatural*, Harmondsworth/Inglaterra: Penguin Book, 1971.
4. Carel van Schaike Kai Michel, *The Good Book of Human Nature: An Evolutionary Reading of the Bible*, Amsterdam: Basic Books, 2016, p. 421.
5. Erik Borgman, *Metamorfosen: Over religie en moderne cultuur*, Kampen/Kapellen: Klement/Pelckmans, 4e Edição, 2010.
6. Danah Zohar, *O ser quântico: uma visão revolucionária da natureza humana*, São Paulo: Nova Cultural, 2000.
7. Ver maiores detalhes em: REB, 292/2014, pp. 443-446, e REB 254/2004, *Pelos muitos caminhos der Deus*; também: Concilium, n^o 319/2007 (cf. Editorial).

O PERFIL DAS NOVAS VOCAÇÕES À VIDA RELIGIOSA: ENTRE DESAFIOS E ESPERANÇAS

FREI VAGNER SANAGIOTTO, O.CARM.¹

Resumo

O presente artigo reúne as principais conclusões de uma pesquisa realizada com formandos e formadores pertencentes de todo o ciclo da formação inicial. O objetivo principal foi de entender o perfil das novas vocações que chegam aos nossos conventos e seminários, pedindo para “beber da fonte carismática” das nossas Congregações Religiosas. Para isso, partimos do contexto socio-demográfico, no qual buscamos estudar o perfil psicológico, os aspectos relativos à afetividade,

o discernimento vocacional e, por fim, os desafios pedagógicos formativos. Muito mais do que conclusões, por meio desta pesquisa, procuramos contribuir com reflexões em torno dos aspectos formativos das novas vocações à Vida Religiosa.

Palavras-chave: Novas gerações, vocações, afetividade

Introdução

Nos últimos anos, lemos, em vários artigos e livros, que estudam sobre a Vida Religiosa, um mantra que se repete: estamos vivendo em um contexto social diferente,

¹ Frade carmelita do Comissariado Geral do Paraná, doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Salesiana – Roma/Itália; desenvolve pesquisas na área da psicopatologia na vida religiosa e presbiteral. E-mail: vsanagiotto@yahoo.com.br

em uma mudança de época, marcada pelo frenesi da novidade e por processos intersubjetivos fragmentados². Além de uma leitura evidente da realidade, este é o contexto sociocultural no qual “nascem” as novas vocações, aqueles homens e mulheres que, depois do caminho formativo inicial, continuarão o anúncio evangélico por meio dos diversos carismas que estão na base das várias Congregações Religiosas.

A formação à Vida Consagrada é um assunto muito pesquisado, mas não deve ser considerado esgotado. Em termos gerais, temos a firme convicção de que o presente e o futuro, de nossa missão, dependem da formação que recebemos ou oferecemos aos nossos formandos. De fato, a formação é a chave que abre as portas para uma vida e uma missão muito significativas em nossas Congregações. Sem contextos formativos adequados que correspondam às necessidades, atuais, o risco de nos repetir, parar e perder o senso de quem somos e o que fazemos é mais do que apenas uma hipótese de pesquisa.

Mas quais são as características das novas vocações à Vida

2 SCAVONE, M. *Quale maturità umana per il presbitero dei nostri tempi?: analisi delle problematiche ricorrenti e strumenti per un cammino formativo di crescita*. Roma: Viverein, 2015.

A formação à Vida Consagrada é um assunto muito pesquisado, mas não deve ser considerado esgotado. Em termos gerais, temos a firme convicção de que o presente e o futuro, de nossa missão, dependem da formação que recebemos ou oferecemos aos nossos formandos. De fato, a formação é a chave que abre as portas para uma vida e uma missão muito significativas em nossas Congregações.

Religiosa? Como organizar um percurso formativo que seja atualizado? Com o objetivo de dar algumas indicações práticas a essas perguntas, desenvolvemos uma pesquisa empírica na qual foram convidados a participar formandos e formadores de diversos contextos formativos. Participaram da nossa pesquisa 138 formandos e 27 formadores, de todo o ciclo da formação inicial, do postulante ao juniorato, daqueles que haviam, apenas, entrado na formação inicial, até aqueles formandos que estavam

prestes a entrar na formação permanente. Isso nos permitiu compreender e analisar as principais mudanças formativas que ocorrem no arco da formação inicial³.

Ao longo de dois anos, foram feitas publicações comunicando os resultados dos quais consideraremos cinco pontos de reflexão: (a) A análise sociodemográficas de onde “nascem” as vocações; (b) O estudo do perfil psicológico das novas vocações; (c) A importância da formação da maturidade afetiva; (d) A proposta de um itinerário para o discernimento vocacional; (e) A reflexão sobre alguns aspectos formativos para ajudar na resposta vocacional. Os principais resultados serão comunicados a seguir.

As vocações que batem às portas dos nossos conventos

Um primeiro ponto importante considerado, na nossa pesquisa, foi entender as características sociodemográficas dos formandos que estão no percurso formativo inicial, que nós chamamos de nova geração vocacional⁴.

³ Uma preciosa ajuda foi oferecida pela CRB Paraná, núcleo Curitiba, que colocou à disposição toda a estrutura necessária para o desenvolvimento da pesquisa.

⁴ SANAGIOTTO, V. Caminhar com determinação e um olhar para o futuro. Uma

O desafio fundamental considerado, nessa análise, foi a constatação de que precisamos estabelecer um diálogo entre a tradição carismática fundante das Congregações e a novidade exigente da atualidade, com o objetivo de reelaborar métodos e conteúdos formativos.

Mas quais são as características sociodemográficas que emergem dos formandos à Vida Religiosa atual? A pesquisa nos indicou que, nos contextos formativos, encontramos vocações vindas de diversos contextos culturais, do Brasil, sendo que, timidamente, começa a se tornar internacional. As vocações que procuram os nossos conventos/seminários são jovens/adultos (64% com até 21 anos de idade), porém a média de idade cresce, gradativamente, sendo que, nos contextos formativos, temos a presença de vocações com significativa diferença de idade e etapas de desenvolvimento humano.

Sobre o ambiente familiar, indicamos a pluralidade de experiências. Gradativamente, os formandos tendem a vir de ambientes familiares com até quatro filhos (maioria entre dois e três filhos), marcados pela separação dos pais (acima da média nacional), de sensível situação

investigação sobre o contexto formativo na Vida Religiosa, *Convergência*, v. 55, n. 531, p. 104–120, 2020.

econômico-financeira. Um outro dado, não alarmante, mas significativo, é que cerca de 17% dos formandos cresceram sob os cuidados de alguém que não é o pai ou a mãe. Com relações as práticas religiosas das famílias de origem, caracterizam-se pela pluralidade, nos quais temos contextos familiares com um membro que se define como ateu, outro pertence a uma crença religiosa diferente, outro que se define como católico⁵.

A partir dos dados da nossa pesquisa, indicamos a necessidade de que os projetos formativos se desenvolvam considerando a cotidianidade na qual vivem os formandos⁶. O momento histórico em que vivemos e as experiências da vida que temos precisam ser transformados em conteúdo formativo, pois a valorização da realidade dos formandos implica em desenvolver neles a capacidade de ressignificarem as suas experiências existenciais. A formação para o aprofundamento carismático das Congregações ou as doutrinas eclesiais terão sentido quando encontrarem ressonância na vida dos formandos.

5 Ibid., p. 111.

6 SPADARO, A. "Svegliate il mondo!" Colloquio di Papa Francesco con Superiori Generali, *La Civiltà Cattolica*, v. 165, n. 3925, p. 3-17, 2014.

O perfil psicológico das novas vocações

Um segundo ponto analisado, na nossa pesquisa, diz respeito às características psicológicas das novas vocações. De maneira geral, os formandos se descrevem com um olhar positivo sobre si mesmos, poderíamos dizer que há com um forte idealismo. Isso pode representar um ponto de fraqueza, no sentido da falta de um conhecimento integral de si mesmo, mas, também, como um ponto forte, no qual tal idealismo poderá ser usado como um recurso formativo motivacional. Um dado muito relevante, que sublinhamos, é que quase a metade dos formandos não conseguem se descrever como de fato se sentem. Especialmente, surge com muita força o sentimento de culpa prejudicial por aspectos da história de vida⁷.

Com o objetivo de aprofundar a temática psicológica, procuramos traçar o perfil psicológico das novas vocações⁸. Seguindo a teoria dos tipos psicológicos⁹, a nossa pesquisa indicou que o

7 SANAGIOTTO, Caminhar com determinação e um olhar para o futuro. Uma investigação sobre o contexto formativo na Vida Religiosa, p. 112.

8 SANAGIOTTO, V.; CREA, G. Il profilo psicologico dei religiosi in formazione iniziale: attese e prospettive, *Orientamenti Pedagogici*, v. 68, n. 3, p. 67-81, 2021.

9 JUNG, C. *Tipos psicológicos*. Petrópolis: Vozes, 2011.

perfil psicológico mais frequente, entre os formandos que responderam à nossa pesquisa, é o ESFJ (extrovertido, sensação, sentimento e julgamento). O tipo psicológico de orientação extrovertida (E) é caracterizado pela prevalência dos objetos sobre a consciência, uma vez que é de fora que vem a informação que vai determinar suas decisões. Uma estreita ligação com a realidade parece ser a forma mais eficaz de adaptação para quem tem esse tipo de orientação psicológica. Para este direcionamento, a função auxiliar é sensação (S): extrovertido sensorial (ES). Essa combinação garante que a primazia do objeto encontre sua expressão na realidade, pois, em todas as circunstâncias, ele se sente à vontade apenas diante da realidade tangível.

À combinação perceptiva, ou seja, a sensação (S), com que a pessoa recebe e coleta informações no contexto, acrescenta-se o sentimento (F), que é a função com a qual as decisões são tomadas. A combinação SF torna o objeto o fator absoluto que determina a maneira como o sentimento é expresso; o sentimento assume um valor objetivo, capaz de se adaptar a diferentes situações. Isso, porém, não ocorre de forma desordenada, pois

a orientação extrovertida (E) é pautada pelo julgamento (J), ou seja, possui uma organização que regula e controla os eventos com os quais estabelece relação e toma decisões.

A teoria nos indica que as pessoas com perfil psicológico ESFJ são entusiastas, orientadas para o próximo, hábeis no trabalho em equipe, bons líderes e bons comunicadores, sabem aproximar os outros em torno de um objetivo comum; eles preferem organização e planejamento, são orientados por objetivos e são capazes de tomar decisões rápidas¹⁰.

Além do perfil psicológico, a teoria da personalidade, baseado na tipologia, permite indicar o temperamento psicológico mais frequente, na qual nossa pesquisa indicou sendo a combinação dicotômica SJ: sensação (S) e o julgamento (J). Na formação inicial, os formandos com temperamento psicológico SJ tendem a alargar e aprofundar as suas perspectivas vocacionais; o aprofundamento vocacional recebido, durante o processo formativo, será uma norma, a partir da qual avaliarão, posteriormente, o desenvolvimento do seu ministério pastoral.

¹⁰ SANAGIOTTO; CREA, Il profilo psicologico dei religiosi in formazione iniziale: attese e prospettive, p. 78.

Religiosos com temperamento psicológico SJ mostram-se sujeitos a qualquer tipo de autoridade¹¹, realidade confirmada pela nossa pesquisa¹²; durante a formação, eles podem reclamar do que tem que aceitar, principalmente se a formação for excessivamente voltada para o conteúdo, mas eles continuarão, porque a instituição, que entende como autoridade, assim o exige. Eles avaliarão a formação como excessivamente teórica, considerando que não tem ressonância na realidade, mas, no entanto, ouvirão com atenção e levarão tudo em consideração.

Enfim, as vocações com temperamento SJ tenderão a um certo tradicionalismo e trarão estabilidade e continuidade em todas as situações em que estiverem envolvidos, principalmente nos aspectos pastorais; eles, desde o início de sua formação, darão prioridade às obrigações sociais, morais e espirituais, sendo capazes de propor planos sólidos, procedimentos claros e diretrizes precisas, esperando que outros os cumpram¹³.

11 OSWALD, R.; KROEGER, O. Personality type and religious leadership. Lanham: Rowman & Littlefield, 2014, p. 75.

12 SANAGIOTTO, Caminhar com determinação e um olhar para o futuro. Uma investigação sobre o contexto formativo na Vida Religiosa.

13 FRANCIS, L.; CREA, G. Psychological temperament and the Catholic priesthood:

O perfil psicológico, além de uma aparente “confusão” de letras, ajuda a entender: (a) como os formandos se orientam em relação ao mundo (interno ou externo); (b) indica o modo como as informações circundantes são elaboradas (sensação ou intuição); (c) descreve como esses se organizam para fazer escolhas (pensamento ou sentimento); enfim, (d) as atitudes usadas para se relacionar com o contexto no qual vivem (juízo ou percepção).

Aspectos relativos à afetividade

A formação humano-afetiva é importante para saber amar de todo o coração; faz crescer a capacidade do diálogo consigo e com os outros. Nos últimos anos, a afetividade e a sexualidade dos padres, irmãos e irmãs se tornou conhecida nas mídias pelos escândalos¹⁴. Além disso, os religiosos experimentam outras tantas situações cotidianas ligadas à afetividade nos conventos e nas casas de formação¹⁵: relações

an empirical enquiry among priests in Italy, *Pastoral Psychology*, v. 64, n. 6, p. 827–837, 2015, p. 835.

14 FARRELL, D. Sexual abuse perpetrated by Roman Catholic priests and religious, *Mental Health, Religion & Culture*, v. 12, n. 1, p. 39–53, 2009.

15 BAQUERO, V. Vida Religiosa e vida afetiva, *Convergência*, v. 46, n. 446, p. 593–600, 2011.

comunitárias conflituosas, autoritarismo, baixa autoestima etc. Muitos se questionam sobre o que acontece no período da formação inicial, o porquê que esses problemas não são identificados, entre outras perguntas.

As nossas pesquisas indicaram que, no que diz respeito à sexualidade, os formandos dizem que aceitam o celibato com naturalidade e se consideram sexualmente equilibrados. Quando perguntamos sobre os aspectos relacionais da afetividade, uma grande porcentagem encontra algum tipo de dificuldade¹⁶. Uma análise mais aprofundada, do argumento. Indicou-nos que falar sobre afetividade e sexualidade não é algo que flui, naturalmente, nos contextos formativos, realidade essa que contribui para uma autopercepção inflada, porque, se tudo está bem, então não precisamos nos deter a esse assunto¹⁷.

A afetividade tem sido um desafio histórico para a Vida Religiosa Consagrada, quando nos contextos formativos, vive-se uma afetividade harmoniosa

16 SANAGIOTTO, Caminhar com determinação e um olhar para o futuro. Uma investigação sobre o contexto formativo na Vida Religiosa, p. 118.

17 SANAGIOTTO, V.; PACCIOLLA, A. Formação à afetividade na vida religiosa consagrada: uma investigação empírica sobre os contextos formativos, Revista Eclesiástica Brasileira, v. 80, n. 317, p. 504–518, 2020, p. 514.

As nossas pesquisas indicaram que, no que diz respeito à sexualidade, os formandos dizem que aceitam o celibato com naturalidade e se consideram sexualmente equilibrados. Quando perguntamos sobre os aspectos relacionais da afetividade, uma grande porcentagem encontra algum tipo de dificuldade.

com as escolhas e os valores que guiam o comportamento, certamente, serão garantidas relações profundamente humanas¹⁸. Parece-nos fundamental que:

- a) formar para a afetividade seja um compromisso multidisciplinar, com o objetivo de ampliar os potenciais agentes formativos, seja na comunidade formativa ou com a ajuda de profissionais qualificados (psicólogos, pedagogos, diretor espiritual);
- b) formar para autoconhecimento e para o protagonismo formativo, com o objetivo de que cresça a consciência

18 GAMBINI, P.; ROGGIA, G.; LLANOS, M. O. Formazione affettivo-sessuale: itinerario per seminaristi e giovani consacrati e consacrate. Bologna: EDB, 2017.

- formativa, principalmente, em assuntos relacionados ao amplo campo da afetividade;
- c) considerar que a formação à afetividade e à sexualidade precisam ser personalizadas, porque o crescimento humano-afetivo não segue a mesma lógica para todos, visto que, se consideramos o perfil socio-demográfico dos ambientes formativos, temos formandos que estão em diferentes etapas do desenvolvimento humano.

O discernimento vocacional

Um outro assunto abordado nas nossas pesquisas foi o discernimento vocacional. Com o aprofundamento das características das novas vocações, perguntamos: como fazer o discernimento vocacional das novas vocações? Partimos da realidade trazida pelos dados das nossas pesquisas. Os dados recolhidos indicaram que os formandos, do postulante ao juniorato, fazem o discernimento de maneira gradual. As respostas dos formandos, principalmente no final do período da formação inicial, indicam que o discernimento vocacional os conduziu a uma opção de vida que pressupõe perseverança na proposta assumida.

Como sabemos, o discernimento vocacional, na formação inicial, é um percurso feito entre

o vocacionado e a Congregação Religiosa, que confia aos formadores a tarefa de acompanhar e discernir determinado chamado, configura-se como uma vocação específica. O discernimento vocacional foi estudado em três perspectivas: a) O interesse do formador pela caminhada vocacional dos formandos; b) A clareza dos critérios que orientam o discernimento vocacional; c) A capacidade de tomar decisões sobre a caminhada vocacional dos formandos.

Antes de mais nada, os formadores nos indicaram que priorizam o acompanhamento pessoal e sistemático dos formandos, tendo conhecimento dos critérios que ajudam a discernir uma vocação, porém, sentem insegurança em tomar decisões¹⁹. Por um lado, essa nos parece uma dinâmica muito comum, nos nossos contextos formativos, justamente por estarmos lidando com vidas, sonhos, contudo, escolhas precisam ser feitas, nem sempre é fácil decidir. Por outro lado, corre-se o risco de entrar na lógica: “na dúvida, deixa ir em frente!”²⁰.

19 SANAGIOTTO, Caminhar com determinação e um olhar para o futuro. Uma investigação sobre o contexto formativo na Vida Religiosa, p. 116.

20 SANAGIOTTO, V. É possível medir uma vocação? Uma perspectiva histórica do discernimento vocacional como objeto de pesquisa em psicologia (1930-1965). Stella Maris (em fase editorial), 2023.

Tendo presente que o discernimento é um percurso de fidelidade vocacional, decidimos nos dedicar aos aspectos práticos do discernimento, desenvolvendo um itinerário formativo²¹. Em cada momento da vida, o vocacionado, o religioso/a pode crescer na capacidade de reconhecer os numerosos “vestígios da presença de Deus, que guia toda a humanidade para o discernimento dos sinais da sua vontade redentora”²².

O discernimento vocacional não se reduz, portanto, somente, a uma ratificação dos níveis de caráter espiritual, intelectual, maturação pastoral, mas projeta o indivíduo para os princípios últimos que orientam todo ser humano a buscar e encontrar, na própria história, os muitos sinais do chamado de Deus. Isso será possível com, duas tendências básicas, características do desenvolvimento humano vocacional: (a) A capacidade de construir laços positivos, com aqueles que o acompanham; (b) Competência para explorar, criativamente, as situações que vive, para discernir o que está em conformidade com o desenvolvimento vocacional de sua própria vida.

21 CREA, G.; SANAGIOTTO, V. Aspectos psicológicos do discernimento vocacional: itinerário formativo para o discernimento das vocações. Paulinas: (em fase editorial), 2022.

22 JOÃO PAULO II. Exortação apostólica pós-sinodal *Vita Consecrata*, São Paulo: Paulinas, 1996, n. 79.

Aspectos formativos para a resposta vocacional

Tendo feito todo o percurso empírico indicado, nos pontos precedentes, colocamos ao centro das reflexões os aspectos formativos que possibilitem formar as novas gerações que procuram as nossas Congregações Religiosas²³. Esse argumento não é novo no âmbito eclesial²⁴. É como se surgisse, espontaneamente, a pergunta: como desenvolver uma pedagogia formativa para acompanhar essas novas vocações?

Os formandos, que responderam a nossa pesquisa, demonstraram altos índices de satisfação com os contextos formativos. Devemos ler esses dados com prudência, porque, ao avaliar o contexto formativo, os formandos estão avaliando as suas relações interpessoais; por isso, tendem a superestimar tais realidades. No entanto, uma coisa é certa: quando os formandos se

23 SANAGIOTTO, V.; JOSEPH, J. *Aspetti educativi e risposta vocazionale*, in: Grammatico, S. *Vocazione: prospettiva di vita e aspetti educativi*, (em fase editorial), 2022.

24 MARMILICZ, A. O ambiente educativo nos seminários maiores do Brasil: teoria e prática. Curitiba: Vicentina, 2003; BENELLI, S. J. A formação sacerdotal. Contradições teórico-práticas no cotidiano do Seminário, *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 70, n. 277, p. 98–131, 2010.

sentem acolhidos, nos ambientes formativos, e estabelecem relações saudáveis entre si, tendem a sentir que as expectativas vocacionais são correspondidas.

O pressuposto básico, da formação do qual partimos, é que toda vocação traz consigo o desejo de Deus que chama homens e mulheres para anunciar a boa nova do Evangelho, que se concretiza na resposta vocacional. Esta, porém, forma-se e se configura no confronto com a realidade da qual provém todo aquele que é chamado por Deus e para a qual será enviado em missão. É preciso saber administrar os acontecimentos históricos que, por sua vez, indicam como administrar a própria vida. Por isso, que, nos contextos formativos, é preciso incentivar os formandos a ter um projeto de vida que considere toda a existência²⁵. Esse, por sua vez, precisa ser “avaliado,” segundo as etapas da vida e do ciclo vocacional²⁶.

Quanto aos aspectos educativos, destacamos o acompanhamento das vocações na perspectiva da formação aos valores

existenciais, que se desenvolvem dentro de uma nova dinâmica relacional entre o formando (que busca responder ao chamado de Deus) e o formador (que acompanha o percurso da resposta vocacional). Nossa proposta é que a dinâmica relacional, nos contextos formativos, priorize o amadurecimento humano e vocacional, construindo valores criativos que sejam compartilhados nas relações existenciais em uma perspectiva transcendente.

Concluimos, ao recordar, que toda resposta vocacional se realiza em contexto comunitário, tanto eclesial quanto religioso²⁷. A comunidade, como lugar de acolhimento, terá sentido à medida em que se torne formativa; isto significa que, na relação interpessoal, a resposta vocacional pode tornar-se mais clara, porque se confronta com o anúncio do Evangelho e com a vida daqueles já fizeram um caminho de fé.

A pedagogia formativa, diante da realidade das novas vocações, precisará transformar em conteúdo formativo, os desafios trazidos pelas novas gerações. Não basta mais somente transmitir conteúdos teológicos e carismáticos das Congregações

25 JOÃO PAULO II. Exortação apostólica pós-sinodal *Vita Consecrata*, n. 63.

26 SANAGIOTTO, V. *Analisi della sindrome di burnout tra i sacerdoti e i religiosi brasiliani: un'indagine sul campo tra i domini di personalità e la gestione delle emozioni*, Tese de doutorado, Università Pontificia Salesiana, Roma, 2022.

27 Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica. *A Vida Fraterna em Comunidade*. São Paulo: Loyola, 1994.

Concluimos, ao recordar, que toda resposta vocacional se realiza em contexto comunitário, tanto eclesial quanto religioso

Religiosas. É preciso ir ao encontro da realidade, não para conformar-se, mas para indicar perspectivas àqueles que batem às portas dos nossos conventos e seminários, querendo beber da fonte do nosso carisma.

Conclusão

O presente artigo trouxe um resumo com as principais conclusões tiradas de uma pesquisa empírica, feita entre os formandos e os formadores de todo o ciclo da formação inicial. Com o objetivo de conhecer um pouco mais sobre as características das novas vocações, em seus respectivos contextos formativos, a nossa pesquisa indicou que os discursos sobre a fragilidade das novas vocações, os problemas dos contextos socioculturais, a fragmentação das bases familiares etc, não servem mais como justificativa para acomodar-se no fato de encontrar um culpado. É tempo de ir além, olhar para novos horizontes, envolver-se na busca de soluções criativas, de encontrar novas pedagogias.

Além das conclusões, já indicadas ao longo do artigo, gostaríamos de sublinhar sobre a importância da projetualidade vocacional, que considere toda a existência, em perspectiva futura, que pondere o processo evolutivo do formando. Cada etapa da vida e do envolvimento pastoral exige uma nova abordagem para responder a tais desafios, um projeto formativo que perpassa os limites do tempo presente, obriga a não se focalizar, unicamente, nas urgências vindas das “fragilidades,” das novas vocações ou dos momentos de crises nas quais os formandos vivem.

Por isso, é importante organizar programas de formação

Cada etapa da vida e do envolvimento pastoral exige uma nova abordagem para responder a tais desafios, um projeto formativo que perpassa os limites do tempo presente, obriga a não se focalizar, unicamente, nas urgências vindas das “fragilidades,” das novas vocações ou dos momentos de crises nas quais os formandos vivem.

inicial que sejam fundamentados no desenvolvimento evolutivo dos formandos, integrando a escolha de ser chamado a realizar, gradualmente, o caminho de maturação humana e vocacional. Ao longo desse percurso, será importante reavaliar o caminho de discernimento, por dois motivos: o primeiro, serve para reconhecer as características constitutivas da pessoa; o segundo, para identificar a capacidade evolutiva e transformativa que se desenvolve ao longo do caminho de crescimento, individualizando os pontos de força e as inspirações existenciais que ajudam a realizar progressivamente, dia após dia, um projeto vocacional.

Diante da complexidade do mundo de hoje, torna-se fundamental delinear um perfil operativo para a formação inicial, tendo presente a perspectiva projetual. Nessa perspectiva, indicamos alguns componentes formativos. Em primeiro lugar, consideramos fundamental que, para o desenvolvimento de um projeto de formação inicial, precisa ter um fundamento transparente que sirva como ponto de partida. A estabilidade projetual e formativa indica um processo com uma perspectiva, construída

na perseverança vocacional e no acompanhamento constante. Tal perspectiva pressupõe um projeto que revise os passos dados e os desafios que se deve enfrentar, já que se trata de um estilo que não é limitado às emergências episódicas que precisam ser resolvidas, mas que persiste no tempo e nas diversas etapas do ciclo da formação inicial. Porém, “a formação inicial deve, portanto, consolidar-se com a formação permanente, criando, no sujeito, a disponibilidade para se deixar formar em cada dia da sua vida”²⁸.

Em segundo lugar, para que uma formação inicial seja projetual, deve considerar o aspecto funcional, derivada da dinâmica dos eventos cotidianos e das relações interpessoais. A formação não é algo que devemos lembrar quando surgem situações difíceis. Tantas vezes ouvimos frases como. “O que aconteceu durante a formação que não percebemos isso?” Precisamos de um trabalho contínuo e cada vez mais integrado, principalmente quando nos defrontamos com os problemas. “O ideal comunitário não deve fazer esquecer que toda a realidade cristã se edifica sobre a fraqueza humana. A ‘comunidade ideal’

28 JOÃO PAULO II. Exortação apostólica pós-sinodal *Vita Consecrata*, n. 69.

perfeita, ainda não existe: a perfeita comunhão dos santos é meta na Jerusalém celeste”²⁹.

Enfim, tem um componente criativo do qual devemos ter consciência. A formação inicial não se trata de um trabalho estático, nem de uma sequência de etapas mais ou menos conectadas entre si (postulantado, noviciado, juniorato, estudos acadêmicos, retiros espirituais etc.), mas é um trabalho dinâmico que usufrui de novos recursos e de novas oportunidades, prontas para serem despertadas. A criatividade ajuda a moldar os próprios recursos para poder usufruir outros recursos, orientando a pessoa aos novos horizontes que ajudem a colher os sinais do tempo presente em torno si mesma.

Para refletir

- Segundo nosso carisma, qual seria o perfil de religiosa(O) para os tempos atuais?
- Nossa(o) fundador(a) deixou alguns critérios para discernimento de novos(as) seguidores(as)?

²⁹ Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica. *A Vida Fraterna em Comunidade*, n. 26.

Bibliografia

- BAQUERO, V. Vida Religiosa e vida afetiva. *Convergência*, v. 46, n. 446, p. 593–600, 2011.
- BENELLI, S. A formação sacerdotal. Contradições teórico-práticas no cotidiano do Seminário. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 70, n. 277, p. 98–131, 2010.
- CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E AS SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA. *A Vida Fraterna em Comunidade*. São Paulo: Loyola, 1994.
- CREA, G.; SANAGIOTTO, V. Aspectos psicológicos do discernimento vocacional: itinerário formativo para o discernimento das vocações. *Paulinas*, 2022, (em fase editorial).
- FARRELL, D. Sexual abuse perpetrated by Roman Catholic priests and religious. *Mental Health, Religion & Culture*, v. 12, n. 1, p. 39–53, 2009.
- FRANCIS, L.; CREA, G. Psychological temperament and the Catholic priesthood: an empirical enquiry among priests in Italy. *Pastoral Psychology*, v. 64, n. 6, p. 827–837, 2015.

- GAMBINI, P.; ROGGIA, G.; LLANOS, M. *Formazione affettivo-sessuale: itinerario per seminaristi e giovani consacrati e consacrate*. Bologna: EDB, 2017.
- JOÃO PAULO II. *Exortação apostólica pós-sinodal Vita Consecrata*. São Paulo: Paulinas, 1996.
- JUNG, C. *Tipos psicológicos*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARMILICZ, A. *O ambiente educativo nos seminários maiores do Brasil: teoria e prática*. Curitiba: Vicentina, 2003.
- OSWALD, R.; KROEGER, O. *Personality type and religious leadership*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2014.
- SANAGIOTTO, V. *Analisi della sindrome di burnout tra i sacerdoti e i religiosi brasiliani: un'indagine sul campo tra i domini di personalità e la gestione delle emozioni*. Tese de doutorado, Università Pontificia Salesiana, Roma, 2022.
- SANAGIOTTO, V. *Caminhar com determinação e um olhar para o futuro. Uma investigação sobre o contexto formativo na Vida Religiosa*. *Convergência*, v. 55, n. 531, p. 104–120, 2020.
- SANAGIOTTO, V. *É possível medir uma vocação? Uma perspectiva histórica do discernimento vocacional como objeto de pesquisa em psicologia (1930-1965)*. *Basilianos*, 2022, (em fase editorial).
- SANAGIOTTO, V.; CREA, G. *Il profilo psicologico dei religiosi in formazione iniziale: attese e prospettive*. *Orientamenti Pedagogici*, v. 68, n. 3, p. 67–81, 2021.
- SANAGIOTTO, V.; JOSEPH, J. *Aspetti educativi e risposta vocazionale*. In: Grammatico, S. *Vocazione: prospettiva di vita e aspetti educativi*, (em fase editorial), 2022.
- SANAGIOTTO, V.; PACCIOLLA, A. *Formação à afetividade na vida religiosa consagrada: uma investigação empírica sobre os contextos formativos*. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 80, n. 317, p. 504–518, 2020.
- SCAVONE, M. *Quale maturità umana per il presbitero dei nostri tempi?: analisi delle problematiche ricorrenti e strumenti per un cammino formativo di crescita*. Roma: Viverein, 2015.
- SPADARO, A. *“Svegliate il mondo!” Colloquio di Papa Francesco con Superiori Generali*. *La Civiltà Cattolica*, v. 165, n. 3925, p. 3–17, 2014.

VIRTUALIDADE: UM NOVO DESAFIO À VIDA RELIGIOSA E SACERDOTAL

RONALDO ZACHARIAS¹

Resumo

A conectividade e as redes são uma dimensão existencial das nossas vidas a ponto de podermos afirmar que existimos numa nova condição, on-life. Não entramos mais na internet porque não estamos mais fora dela. Mesmo quando desconectados, nossas presenças on-line continuam acessíveis; na ausência, fazemo-nos presentes. As implicações desse novo modo de existir não são indiferentes para os vocacionados à vida

consagrada e ao ministério ordenado, pois “ser virtual” é o modo de expressar e viver a própria humanidade. O presente artigo constitui um chamado para o cuidado das relações, a fim de que ninguém se reduza ou reduza o outro a meros “perfis” ou “ícones” construídos artificialmente, não avaliem a qualidade da própria presença e ação pela quantidade de “likes” ou de “seguidores” que conquistam e não substituam a “carnalidade” das relações por uma “virtualidade” desprovida de encontro, afeto, escuta e presença do outro.

Palavras-Chave: virtualidade – ambiência digital – existência on-life ser virtual

1 Ronaldo Zacharias tem Pós-Doutorado em Democracia e Direitos Humanos (Ius Gentium Conimbrigae - Universidade de Coimbra/Portugal), é Doutor em Teologia Moral (Weston Jesuit School of Theology - Cambridge/USA) e Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Educação em Sexualidade (Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL).

Introdução

As novas tecnologias estão mudando não apenas o modo de nos comunicarmos, mas a própria comunicação em si mesma, provocando o que Bento XVI chamou de “ampla transformação cultural”.² Somos testemunhas de uma era que resignificou o modo de aprender e de pensar, abrindo infinitas possibilidades de estabelecer relações e de construir comunhão.

Compreender o que isso significa para as pessoas que abraçaram o ministério ordenado ou a vida consagrada como formas concretas de responder ao chamado de Deus para se doarem totalmente a Ele no serviço aos outros não é tarefa das mais fáceis. Se, por um lado, os vocacionados provêm de um contexto que já passou por uma transformação significativa na esfera da comunicação, por outro, abraçam um estilo de vida que ainda engatinha na compreensão dessa transformação e, conseqüentemente, do que ela implica para a vida em comum e para uma vida de ministério.

² BENTO XVI, Papa. Verdade, anúncio e autenticidade de vida, na era digital. Mensagem para o 45.º Dia Mundial das Comunicações Sociais (05.06.2011). Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/messages/communications/documents/hf_ben-xvi_mes_20110124_45th-world-communications-day.html. Acesso em: 10 jan. 2022.

Nem como sociedade nem como Igreja estamos no simples âmbito de mera troca de informações, mas nos encontramos inseridos em redes sociais de relações em que se torna cada vez mais imperceptível a distinção entre o produtor e o consumidor da informação. Com isso, a partilha de experiências pessoais substitui a simples troca de informações, dinâmica essa que implica reconsiderar a comunicação “primariamente como diálogo, intercâmbio, solidariedade e criação de relações positivas”.³

É nesse público areópago das relações comunicacionais, particularmente digitais, que tanto os padres quanto os religiosos(as) são chamados a cuidar das relações para não se reduzirem nem aos outros a meros “perfis” ou “ícones” construídos artificialmente, não avaliarem a qualidade da própria presença e ação nos ambientes digitais pela quantidade de “likes” ou de “seguidores” que conquistam e não substituírem a “carnalidade” das relações por uma “virtualidade” desprovida de encontro, afeto, escuta e presença do outro.

A reflexão a seguir pretende evidenciar alguns elementos a serem considerados para que, imersos em novas formas de

³ BENTO XVI. Verdade, anúncio e autenticidade de vida, na era digital.

relações interpessoais, os padres e os religiosos(as) consigam equilibrar fidelidade e justiça nas relações. Fidelidade, para que permaneçam inteiros nas relações, sem mentir a si e aos outros; justiça, para que sejam íntegros nas relações, sem machucar a si e aos outros. Só assim poderão dar testemunho de ser possível amar como Jesus os ama.

O digital como constitutivo do humano

Se vivemos onde está o nosso coração, temos de admitir que, hoje, o nosso coração pode estar também no espaço digital. A evolução tecnológica permitiu-nos expandir nossa noção de casa, de grupo, de comunidade. Graças à internet e à conexão que ela possibilita, podemos-nos conectar com quem quisermos e até permanecer onde quisermos. A pandemia provocada pelo coronarívus evidenciou essa realidade. Tudo passou a ser ressignificado pela conectividade que a internet favorece.⁴

4 Ver a importante reflexão proposta por: BECKETT, Caroline. Não há nenhum lugar onde Deus não esteja; o digital como 'locus' teológico. Instituto Humanitas Unisinos (01.11.2021). Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/614043-nao-ha-nenhum-lugar-onde-deus-nao-esteja-o-digital-como-locus-teologico>. Acesso em: 10 jan. 2022.

A reflexão a seguir pretende evidenciar alguns elementos a serem considerados para que, imersos em novas formas de relações interpessoais, os padres e os religiosos(as) consigam equilibrar fidelidade e justiça nas relações.

Apesar de todas as vantagens, não podemos minimizar um dos riscos favorecidos por essa realidade: a virtualização das relações, com a significativa perda do contato humano tanto com os de fora quanto com os de dentro da comunidade e/ou do presbitério. Embora a conectividade possa favorecer a superação do distanciamento do outro, ela, por sua vez, pode também favorecer o distanciamento dos que estão mais próximos e vivem debaixo do mesmo teto e/ou trabalham num mesmo território.

Na vida em comum – que não necessariamente é uma vida em comunhão – somos continuamente chamados a sair de nós mesmos e estabelecer relações de reciprocidade.⁵ Tais relações

5 Considero que os padres diocesanos vivem uma vida em comum num sentido amplo, como membros de um único presbitério a serviço de uma causa comum a todos, mesmo que não morem, necessariamente, juntos.

se caracterizam por um duplo movimento: de abertura para a escuta e de abertura para a partilha. Ao sair de nós mesmos, abrimo-nos ao outro para escutá-lo, permitindo que narre sua história como ela é e como gostaria que fosse. Dessa forma, temos a possibilidade de participar da intimidade do outro, de compreender seus sonhos e suas dores, de caminhar com ele na vivência do seu projeto de vida. Ao mesmo tempo, o outro para o qual abrimos nosso espaço também é chamado a nos escutar e a permitir a narração da nossa história. Ele também pode participar da nossa intimidade, compreender nossos sonhos e nossas dores e caminhar conosco na vivência do nosso projeto de vida. Somente assim se dá a “comunhão de pessoas”. E, mais do que a vida em comum, é a comunhão de pessoas que constrói e sustenta comunidades. Em outras palavras, podemos habitar num mesmo espaço com o outro e não viver em comunhão com ele se não houver relação de reciprocidade. Podemos estar, inclusive, dentro de casa, mas distante da comunidade em termos de convicções e sentimentos, se não assumirmos um projeto de vida comum. Assim como a experiência de fé nasce do encontro com um Deus que

decidiu entrar em nossa história, cada um de nós é chamado a fazer uma experiência de relação que nasce do encontro com a existência do outro, isto é, com seu corpo, sentimentos, gestos, história, falas, cultura. E essa experiência só é possível ser feita na sua globalidade graças a uma relação que seja também ela mediada pela nossa corporeidade, afetos, sentimentos, sensações, elementos esses também presentes nas relações nos ambientes digitais, embora sujeitos à natureza de tais relações.

Hoje, a articulação entre as várias dimensões da existência com a dimensão tecnológica é uma realidade constitutiva da nossa humanidade. Realizamos nossa humanidade e atuamos com nossa autonomia, liberdade, responsabilidade, solidariedade, amizade, fraternidade como pessoas profundamente transformadas pela relação com a tecnologia. Sendo fruto do espírito humano, a tecnologia transforma o próprio humano. É impossível nos concebermos fora da rede de relações que a tecnologia nos proporciona. No entanto, ainda compreendemos o adjetivo “virtual” como sinônimo de digital ou de algo contrário ao real. Trata-se de usos inadequados do vocábulo e, sobretudo, do que ele significa. Pior ainda quando

Em outras palavras, podemos habitar num mesmo espaço com o outro e não viver em comunhão com ele se não houver relação de reciprocidade. Podemos estar, inclusive, dentro de casa, mas distante da comunidade em termos de convicções e sentimentos, se não assumirmos um projeto de vida comum.

consideramos o virtual como algo que existe fora de nós e da realidade, algo a ser “acionado” quando desejamos. Como dizem os especialistas, não dá mais para afirmar que vamos “entrar na internet”, pois não estamos mais fora dela. Podemos estar desconectados, mas nossas presenças on-line continuam disponíveis para quem quiser saber algo sobre nós, seguir-nos e entrar em contato conosco. Opor o virtual ao real e o off-line ao on-line é algo que não funciona mais. A conectividade e as redes já são uma dimensão existencial das nossas vidas a ponto de podermos afirmar que “existimos” nessa nova condição. O mundo “virtual” faz parte da nossa realidade. Não podemos

esquecer-nos de que, numa relação no ambiente digital, somos nós que estamos envolvidos, pessoas de carne e osso, com sonhos e desejos, dores e angústias. “Ser virtual” é a nossa realidade, é o nosso modo de expressar e viver nossa humanidade.⁶

Não é mais possível conceber o ambiente digital como espaço ausente da presença do outro. Moisés Sbardelotto chama nossa atenção para um dado singular: “o corpo conectado não está ‘desencarnado’; o que as redes possibilitam é um contato efetivamente entre corpos, embora às vezes em lugares e tempos distintos”. Ninguém abandona a si mesmo ou sai do próprio corpo ao se conectar. Pelo contrário, “o corpo é ressignificado nas redes, torna-se híbrido, na interface entre o biológico, o tecnológico, o social, o cultural. Surgem daí novos modos de percepção, de cognição, de expressão, mas que sempre passam pelo corpo, como ‘mediação natural’ bási-

6 Para Luciano Floridi, vivemos numa nova era – a era on-life – em que não há mais diferença entre real e virtual, on-line e off-line. Nossa existência é híbrida. Trata-se de uma nova condição humana. Ver: D’ALESSANDRO, Jaime. Luciano Floridi: Vi spiego l’era Onlife, dove reale e virtuale si (con)fondono. La Repubblica (29.09.2019). Disponível em: https://www.repubblica.it/tecnologia/2019/09/29/news/repubblica_onlife_luciano_floridi-299519264/. Acesso em: 10 jan. 2022.

O mundo “virtual” faz parte da nossa realidade. Não podemos esquecer-nos de que, numa relação no ambiente digital, somos nós que estamos envolvidos, pessoas de carne e osso, com sonhos e desejos, dores e angústias. “Ser virtual” é a nossa realidade, é o nosso modo de expressar e viver nossa humanidade.

ca de todo contato humano”.⁷ Portanto, a questão-chave não é abrir guerra contra o “virtual”, mas repensar sua mediação no sentido de que ele não nos leve a uma insensibilidade ou indiferença em relação ao outro e à realidade concreta em que vivemos. Isso se dá quando temos acesso ao mundo e a tudo o que nele acontece e não sabemos o que se passa ao nosso redor, por estarmos distantes dos clamores dos que mais sofrem a marginalização, a discriminação, a perseguição e a exclusão.

7 SBARDELOTTO, Moisés. Virtualização da fé? Reflexões sobre a experiência religiosa em tempos de pandemia. Instituto Humanitas Unisinos (20.07.2020). Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/601104-virtualizacao-da-fe-reflexoes-sobre-a-experiencia-religiosa-em-tempos-de-pandemia?fbclid=IwAR1LxNwApVN3QR-Erw1bfoiu2glmwpGNsgF7-gU27A1q3S-DYYrgm5xDjCNQ>. Acesso em: 10 jan. 2022.

Grande parte das nossas interações hoje em dia são digitais. Embora não possamos fugir dessa realidade, precisamos prestar atenção a quantas outras formas de relação elas suplantam e/ou marginalizam. Nossas comunidades e dioceses são formadas por pessoas de várias gerações e, apesar de todas elas navegarem nas mesmas ondas, nem todas têm condições de lidar com os sentimentos de angústia e desolação provocados por essa nova forma de relação. Além disso, nem todos sabem lidar com a velocidade implícita nessa nova forma de relação e com o encantamento provocado pelo “novo mundo” descoberto pela internet. Mesmo que permaneçam no âmbito de consumidores de informação, a avalanche de notícias é tamanha que muitos se veem na condição de reformatação contínua de si para não sucumbirem engasgados pelo excesso do que foi consumido, sem o suficiente tempo para a tão necessária “digestão” de tanto material. Somem-se a isso a novidade da desfaçatez das fake news e a falta de habilidade para discernir o que se consome com voraz superficialidade.

Além disso, fazem parte das nossas comunidades pessoas que não têm acesso à internet ou que não sabem usufruir dela. Para a

sociedade em geral, é como se elas não existissem ou não tivessem voz. Pelo fato de a comunicação se dar, em grande parte, por meio das redes sociais, tais pessoas podem-se sentir excluídas também das nossas comunidades, que acabam reproduzindo no micro o que acontece no macro, sem se darem conta da exclusão em ato. Não se trata de deixar de usufruir os benefícios que a internet proporciona, mas encontrar formas alternativas de chegar àqueles aos quais ela não chega.

O digital como presença mesmo na ausência

É possível gerar comunhão num contexto em que os vínculos são tão fracos e dependem de uma conexão? Podemos expressar a mesma dúvida de outra forma: quem garante que estar de corpo presente aqui ou ali significa estar todo inteiro aqui ou ali? Assim como há ausências que revelam presença, há também presenças que expressam ausência. Numa relação digital ou numa interação em rede, a conexão entre as pessoas é estabelecida não pela presença física no mesmo lugar geográfico, mas pelo fato de umas estarem presentes às outras no real aqui-agora em que interagem. Embora

ausentes fisicamente do mesmo lugar geográfico, as pessoas estão presentes ouvindo, vendo, interagindo. É um novo modo de presença: mais do que aqui ou ali, as pessoas estão presentes umas às outras e, mesmo à distância, não podemos dizer que tal presença não passa pela mediação dos corpos. Por causa da pandemia provocada pelo coronavírus, lives pipocaram à exaustão e elas são a melhor testemunha dessa nova realidade. Quem quis estabelecer conexão, entrar em relação, confirmar presença mesmo na ausência foi capaz de fazê-lo, o que indica estar o essencial não na forma, mas na substância. A “cultura do encontro” que somos chamados a edificar pressupõe que o encontro se faça, antes, cultura,⁸ e isso implica mudança de mentalidade pois querer se encontrar, criar ocasiões de encontro, lançar pontes que integrem a todos não exige que estejamos todos no mesmo espaço geográfico, embora não haja nada de errado em querer que o abraço seja mediado pela união dos corpos e permeados pelos seus perfumes.

Tudo isso coloca em xeque o nosso modo de entendermos a participação na vida da

8 FRANCISCO, Papa. Fratelli tutti. Carta Encíclica sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020, n. 215-216.

comunidade e/ou do presbitério. Até hoje tínhamos como único modo válido de participação a presença física num determinado espaço geográfico. Os demais tipos eram considerados exceção a ser, quando muito, tolerada. Daqui para frente, o “onde” torna-se uma questão relativa: distante ou perto, em rede ou fora dela; o que está em jogo não é o lugar, mas o significado mesmo de participação. A própria pandemia fez-nos experimentar que podemos realizar uma série de tarefas comuns – reuniões, cursos, eventos, formação – e celebrar nossa fé como comunidades em rede. Apesar dos receios iniciais, foi tornando-se cada vez mais evidente que a única coisa da qual se lamentar era a exclusividade de tais formas por um prolongado período. Todos ansiamos a integração entre as relações digitais e as relações fisicamente presenciais. Um vírus obrigou-nos, por exemplo, a tocar com as mãos que ser Igreja, num contexto em constante mutação, não significa assumir como absoluta uma única forma de expressar a fé e formar comunidade. Tanto a experiência de fé quanto os vínculos interpessoais podem adaptar-se às urgências do contexto histórico em que as pessoas vivem. O que poderia ser visto como risco de perda da unidade

foi experimentado como ação do Espírito que impulsionou a buscar formas criativas de ser Igreja e formar comunidade. Encontros e relações podem ser realizados de vários modos; comunhão e participação também.

Como a experiência de isolamento e distanciamento físicos se prolongou mais do que o esperado, ficamos receosos e até nos cansamos das novidades provocadas pelos novos modos de formar comunidade e testemunhar nossa fé como comunidade. Algumas experiências nos marcaram: entendemos que conexão não é automaticamente comunhão; que comunhão é fruto da capacidade de dialogar; que nas redes sociais as pessoas também se escondem e se omitem; que a participação efetiva depende de cada um, pois não basta “estar presente”; que os mistérios da fé perdem o sentido se forem “apenas” encenados ou exibidos; que o clericalismo se fez ainda mais presente na forma midiática; que o melhor lugar do mundo – digam o que quiserem – é dentro de um abraço.⁹ Tudo isso nos alertou para o essencial:

9 ZACHARIAS, Ronaldo. O melhor lugar do mundo é dentro de um abraço. CRB – Conferência dos Religiosos do Brasil – Regional Curitiba – Artigo 013 (25.06.2020). Disponível em: <https://www.crbpr.com.br/artigos/o-melhor-lugar-do-mundo-e-dentro-de-um-abraco-13>. Acesso em: 10 jan. 2022.

Como a experiência de isolamento e distanciamento físicos se prolongou mais do que o esperado, ficamos receosos e até nos cansamos das novidades provocadas pelos novos modos de formar comunidade e testemunhar nossa fé como comunidade.

os mistérios da encarnação e da ressurreição devem ser a grande motivação para evitarmos qualquer tipo de dicotomia na vivência da fé e nas relações com as pessoas e buscarmos a unidade por meio de uma ativa e efetiva participação, seja qual for a modalidade de presença.

O digital e a lógica da inclusão

Nossos carismas foram suscitados na Igreja para responder a determinados tipos de pobreza vividos pelos nossos fundadores e fundadoras. O ardor apostólico dos nossos pais e mestres, mães e mestras era tão grande que foram capazes de alcançar periferias geográficas em todo o mundo, favorecendo a expansão

de tantos dons do Espírito. Hoje se descortinam diante de nós as chamadas periferias existenciais que também precisam ser “alcançadas” pelos carismas que Deus concede à Igreja. Elas também são o lugar de atuação e atualização carismática. Graças à internet podemos chegar aonde talvez nunca teríamos acesso. Mais ainda, graças a ela nossa atividade apostólica pode se prolongar no tempo para além da nossa presença. Mas, como já afirmado, estamos engatinhando nesse novo mundo de possibilidades. Talvez por isso constatamos que esse novo espaço tem servido mais como meio de autopromoção do que de serviço. E, quando o interesse é a divulgação de si, passam a preocupar mais a contabilização de likes e de seguidores e a confirmação ou o cancelamento dos apoiadores e admiradores. Precisamos estar atentos, pois, como religiosos(as) e padres, podemos ocupar esse novo areópago com o mesmo espírito que tantos outros ocupam, a ponto de ser Deus Aquele que deve ser retirado da cena.

A existência dos nossos carismas na Igreja significa que nossa consagração se sustenta porque o outro foi assumido como “lugar” em que Deus se faz presente e por meio do qual nos interpela.

Se isso não fosse verdade, teríamos desaparecido, pois nenhum carisma é para autoconsumo ou autopromoção. Dar prioridade ao outro significa sair do centro e decidir pelo combate a toda forma de individualismo e narcisismo, inclusive o individualismo e narcisismo “conectados”. Não basta estar conectado; é preciso estar “em relação”, e isso só é possível quando o outro é reconhecido como aquele que deve ocupar o centro. Em outras palavras, o empenho é de formar “um só coração” com o outro, a ponto de nos reconhecermos pertencentes ao mesmo corpo de Cristo, que é a Igreja. Porém também não basta estar apenas em relação com o outro, visto que a mera relação por si só não constrói comunhão. A comunhão se dá quando aqueles que formam um só coração “vivem a caridade na unidade”. E isso independe do lugar físico/geográfico que as pessoas ocupam.

O mundo digital – que invadiu nossas casas/comunidades, nossos ambientes de trabalho/apostolado, nossos contatos/relações – tem evidenciado que há questões de ordem teológica, eclesiológica, moral, litúrgica, pastoral e catequética que precisam ser enfrentadas. Afinal de contas, nosso estilo de ser-viver

Não basta estar conectado; é preciso estar “em relação”, e isso só é possível quando o outro é reconhecido como aquele que deve ocupar o centro. Em outras palavras, o empenho é de formar “um só coração” com o outro, a ponto de nos reconhecermos pertencentes ao mesmo corpo de Cristo, que é a Igreja. Porém também não basta estar apenas em relação com o outro, visto que a mera relação por si só não constrói comunhão.

no mundo não pode situar-se na lógica da exclusão: isso ou aquilo; dessa forma ou daquela; esse ou aquele. Hoje somos convidados a dar testemunho da inclusão – lógica eminentemente evangélica –, agregando isso e aquilo; essa forma e aquela; esse e aquele. Na esfera da virtualidade – constitutiva da nossa humanidade – é preciso, como afirma Sbardelotto, “superar a lógica da ‘substituição’ pela lógica da ‘complexificação’,

da complementaridade, da interligação”.¹⁰ É em ambiências física e digital que somos chamados a edificar modos de viver com liberdade criativa e fidelidade responsável, a fim de que o carisma do qual participamos possa resplandecer todo seu significado e toda sua beleza, tanto nos espaços geográficos quanto em rede.

Considerações finais ... ou iniciais, dependendo do ponto de vista

Para quem ainda tem alguma suspeita sobre tudo o que foi dito, Sbardelotto, recorrendo à vida das primeiras comunidades cristãs, recorda-nos um belo testemunho: o de Paulo de Tarso. Quando escreveu à comunidade de Corinto, Paulo reconheceu que, embora estivesse “ausente de corpo”, estava “presente de espírito” por meio de sua carta (1Cor 5,3). Mais ainda, foi por meio de uma carta que ele convidou os primeiros cristãos a serem “uma carta de Cristo (...) escrita não com tinta, mas nas tábuas de carne do coração” (2Cor 3,3). Segundo Sbardelotto, “corpo ressignificado em carta, carta ressignificada em corpo: sem dicotomias, nem

10 SBARDELOTTO. Virtualização da fé?

alienação”.¹¹ Hoje os meios que usamos são diferentes, mas expressam a mesma realidade vivida por Paulo. Como padres e religiosos(as) somos chamados a nos fazer presentes na vida das pessoas – tanto física quanto digitalmente – conscientes de que somos imagem semelhante de Deus, isto é, responsáveis por tornar visível Aquele que parece estar ausente e que é invisível. Na fragilidade da carne e na contingência dos meios, temos a graça de “representar” o próprio Deus e de sermos “figura” de Deus porque trazemos em nós os traços do divino. A virtualidade digital constitui, hoje, uma nova forma de relação chamada também ela a encarnar a essência da nossa imagem semelhante de Deus, isto é, por meio da relação entre pessoas, devemos ser capazes de doação mútua.

A fé que professamos no Deus que nos fez à Sua imagem semelhante e acolheu a consagração da nossa vida é um encontro: com a vontade do Pai, que continuamente nos interpela e provoca; com o seguimento ao Filho, que continuamente nos seduz e atrai a Si; e com a abertura à ação do Espírito, que continuamente nos conforma aos sentimentos e às opções de Jesus. Sem relação de intimidade, não há como viver

11 SBARDELOTTO. Virtualização da fé?

Como padres e religiosos (as) somos chamados a nos fazer presentes na vida das pessoas – tanto física quanto digitalmente – conscientes de que somos imagem semelhante de Deus, isto é, responsáveis por tornar visível Aquele que parece estar ausente e que é invisível. Na fragilidade da carne e na contingência dos meios, temos a graça de “representar” o próprio Deus e de sermos “figura” de Deus porque trazemos em nós os traços do divino.

uma fé autêntica. Nesse sentido, a fé que sustenta nossa consagração resulta da experiência com um Deus que decide sair de Si para vir ao nosso encontro, fazendo-se não apenas próximo, mas um de nós. É exatamente esse encontro com Deus que nos leva a sair de nós mesmos para irmos ao encontro dos outros. Feitos à imagem semelhante de Deus, não nos realizamos no isolamento e, muito menos, na solidão. É a fé num Deus que deixou em nós

os Seus traços que nos leva a sair de um eu isolado, ensimesmado para nos abirmos à partilha e à comunhão. As relações que somos chamados a estabelecer não podem se esgotar, portanto, em práticas privadas, individualistas, subjetivistas, narcísicas.

Não são as novas modalidades de presença e de relação que constituem, em si, um problema. Afinal de contas, servimo-nos delas do jeito que somos. Se nos colocarmos sempre no centro de tudo, é evidente que um clique se torna muito mais conveniente e satisfatório para nos excluirmos do que não nos agrada ou excluirmos quem nos incomoda. Não são as novas modalidades de presença e relação que nos tornam egocêntricos e autocontemplativos; ao nos servirmos delas, apenas abrimos um novo espaço para revelar quem somos e como vivemos. Em outras palavras, mesmo que a internet abra maior espaço para a exibição de tantos modos autoeróticos de ser, não é ela que cria tais “perfis”. Os “perfis” com os quais nos inserimos na virtualidade digital não deixam de ser encarnação concreta do que somos ou desejamos ser. Por isso, não é a virtualidade que devemos temer!

Acredito que o poeta tenha razão: “o melhor lugar do mundo é

mesmo que a internet abra maior espaço para a exibição de tantos modos autoeróticos de ser, não é ela que cria tais “perfis”. Os “perfis” com os quais nos inserimos na virtualidade digital não deixam de ser encarnação concreta do que somos ou desejamos ser. Por isso, não é a virtualidade que devemos temer!

dentro de um abraço”. Segundo ele, “tudo que a gente sofre, num abraço se dissolve; tudo que se espera ou sonha, num abraço a gente encontra”. As relações digitais nos privam da dimensão física dessa experiência. Por isso, cabe a nós criarmos os rituais necessários para sermos presença mesmo na ausência, convictos de que os abraços “suspensos” são sempre “grávidos” do desejo de proximidade. A nossa humanidade requer proximidade¹² e, por mais que as relações digitais nos aproximem e constituam um novo modo de ser presença no mundo e na vida das pessoas, ela

¹² ZACHARIAS. O melhor lugar do mundo é dentro de um abraço (referência à música “Dentro de um abraço”, de Jota Quest).

não nos basta, pois a verdadeira proximidade que tanto desejamos é feita de toque, cheiro e colo. Até Deus se sujeitou a isso, fazendo-Se carne e habitando entre nós! Mais ainda, Ele, depois de cumprir Sua missão entre nós, não nos deixou sozinhos, mas nos inseriu na vida de comunhão e amor que jamais se acaba. Ele sabia que precisávamos de colo e nos deu colo pra sempre!

Referências

BECKETT, Caroline. Não há nenhum lugar onde Deus não esteja; o digital como ‘locus’ teológico. Instituto Humanitas Unisinos (01.11.2021). Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/614043-nao-ha-nenhum-lugar-onde-deus-nao-esteja-o-digital-como-locus-teologico>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BENTO XVI, Papa. Verdade, anúncio e autenticidade de vida, na era digital. Mensagem para o 45.º Dia Mundial das Comunicações Sociais (05.06.2011). Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/messages/communications/documents/hf_ben-xvi_mes_20110124_45th-world-communications-day.html. Acesso em: 10 jan. 2022.

D’ALESSANDRO, Jaime.

Luciano Floridi: Vi spiego l'era Onlife, dove reale e virtuale si (con)fondono. La Repubblica (29.09.2019). Disponível em: https://www.repubblica.it/tecnologia/2019/09/29/news/repubblica_onlife_luciano_floridi-299519264/. Acesso em: 10 jan. 2022.

FRANCISCO, Papa. Fratelli tutti. Carta Encíclica sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020.

SBARDELOTTO, Moisés. Virtualização da fé? Reflexões sobre a experiência religiosa em tempos de pandemia. Instituto Humanitas Unisinos (20.07.2020). Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/601104-virtualizacao-da-fe-reflexoes-sobre-a-experiencia-religiosa-em-tempos-de-pandemia?fbclid=IwAR1LxNwApVN3QR-Erwlbfou2g1m>

wpGNsgF7-gU27A1q3S-DYYrgm5xDjCNQ. Acesso em: 10 jan. 2022.

SBARDELOTTO, Moisés. “O ‘virtual’ é real”. Cultura digital e evangelização. Entrevista especial com Moisés Sbardelotto. Instituto Humanitas Unisinos (07.08.2014). Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/533947-como-pensar-e-viver-deus-na-cultura-digital-entrevista-especial-com-mois-esbardelotto>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ZACHARIAS, Ronaldo. O melhor lugar do mundo é dentro de um abraço. CRB – Conferência dos Religiosos do Brasil – Regional Curitiba – Artigo 013 (25.06.2020). Disponível em: <https://www.crbpr.com.br/artigos/o-melhor-lugar-do-mundo-e-dentro-de-um-abraço-13>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DIGNIDADE, FRATERNIDADE E ESPERANÇA: EXÉQUIAS E SEPULTAMENTO DAS PESSOAS CONSAGRADAS

P. ÂNGELO JOSÉ ADÃO, SCJ¹

Resumo

A Igreja honra o cristão, também, por ocasião da sua morte. A celebração de exéquias expressa solidariedade com a família enlutada, honra a dignidade do corpo e demonstra esperança na ressurreição dos mortos. Estão envolvidos na celebração e honra dos fiéis defuntos o Bispo, o pároco, a família enlutada e a comunidade do fiel. No caso das pessoas consagradas, o/a Superior/a e a comunidade

do Instituto de Vida Consagrada/Sociedade de Vida Apostólica assume um compromisso importante, sem que com isso sejam excluídos os familiares. O Código de Direito Canônico estabelece responsabilidades na celebração das exéquias e no sepultamento das pessoas consagradas. O contraste entre o direito funerário civil brasileiro e o direito canônico deve encontrar um ponto comum, no respeito à opção de vida da pessoa consagrada, à sua família religiosa e aos seus parentes.

Palavras-chaves: Exéquias; Sepultamento; Pessoa Consagrada; Direito Canônico.

¹ Ângelo José Adão é presbítero e religioso da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus. Pós-graduado em "Casas de Formação" pela Faculdade Dehoniana, Taubaté - SP. Mestrando em Direito Canônico pela Faculdade de Direito Canônico São Paulo Apóstolo, São Paulo, SP.

A Igreja se rejubila pelo dom da vida desde sua concepção até o seu ocaso. E, em se tratando de respeito aos falecidos e da solidariedade com os enlutados, a comunidade dos fiéis é convidada a celebrar a esperança na ressurreição e a dignidade dos restos mortais. As pessoas consagradas, pelo especial vínculo formado num Instituto de Vida Consagrada² ou Sociedade de Vida Apostólica³, são convidadas, também, a rogar, em comunidade, pelos membros falecidos e a honrar os seus restos mortais. Porém, para harmonizar a vontade dos familiares e os deveres dos Institutos, para com seus falecidos é preciso sensibilidade e previsão.

A celebração das exéquias é o sacramental pelo qual a Igreja “suplica para os defuntos o auxílio espiritual, honra seus corpos e, ao mesmo tempo, dá aos vivos o consolo da esperança” (cân. 1176 §2⁴). Pelas exéquias, a Igreja reconhece a dignidade da vida e do corpo humano, atribuindo-lhe um significado transcendente, pois “assim como, em Adão, todos morrem, assim em Cristo todos reviverão” (1Cor 15,22) . Mas as exéquias são, também, um rito fúnebre pelo qual a Igreja se coloca como mãe-consoladora

2 Instituto de Vida Consagrada = IVC.

3 Sociedade de Vida Apostólica = SVA.

4 Código de Direito Canônico 1983 = CIC.

A celebração das exéquias é o sacramental pelo qual a Igreja “suplica para os defuntos o auxílio espiritual, honra seus corpos e, ao mesmo tempo, dá aos vivos o consolo da esperança”

ao lado dos enlutados, reconhecendo sua dor e animando-os na fé e na esperança.

A Constituição Sacrosanctum Concilium solicitou a renovação da celebração das exéquias, adaptando-a à diversidade cultural, mas sempre ressaltando o significado pascal da morte (cf. SC 81⁵). É importante ter em mente que os rituais fúnebres são expressões culturais presentes, em todos os povos, e expressam características peculiares ancestrais. Aos cristãos, o sepultamento tem, também, uma relação com o Batismo, já que o Batismo significa imersão na morte e ressurreição de Cristo (ARC 2⁶).

A liturgia das exéquias tem um profundo significado comunitário e, por isso, a Igreja recomenda que a celebração e o sepultamento sejam, preferencialmente,

5 Constituição Sacrosanctum Concilium = SC.

6 Instrução Ad resurgendum cum Christo = ARC.

na comunidade paroquial do defunto, embora, também, seja reconhecida a liberdade de escolha (cf. cân. 1177 §3). O fiel pode deixar expressada sua vontade ou, quando não declarada, os familiares e pastores podem recomendar um templo diferente da Igreja paroquial por justo motivo (cf. CEC 1684⁷).

Para os cristãos, o sepultamento não significa, apenas, dar um destino aos restos mortais, mas é um verdadeiro sacramental que expressa fé e esperança na ressurreição do corpo (cf. ARC 3). Pelo rito do sepultamento, a Igreja apresenta sua confiança no Redentor para a ressurreição da carne. “Olhai, compassivo, esta sepultura para que este vosso servo repouse tranquilo e ressuscite com os vossos santos no dia do julgamento” (Oração pronunciada junto à sepultura – Rito das exéquias, p.143).

Portanto, o campo santo, em que sepultamos nossos falecidos, deve ser também um local de devoção e respeito (cf. cân.1243). O cemitério ou outro lugar digno de sepultamento tem um valor devocional, pois expressa a comunhão existente entre vivos e mortos (cf. ARC 3). A própria Igreja permite celebrar exéquias no local do sepultamento.

⁷ Catecismo da Igreja Católica = CEC.

Para os cristãos, o sepultamento não significa, apenas, dar um destino aos restos mortais, mas é um verdadeiro sacramental que expressa fé e esperança na ressurreição do corpo (cf. ARC 3).

Quando o sepultamento se dá em um cemitério civil que não tenha sido abençoado já na sua construção, a benção da sepultura é um sinal mais necessário ainda (cf. cân. 1242).

É fato que a realidade dos funerais celebrados, no Brasil, traz especificidades próprias de cada região. Em alguns locais, os velórios são celebrados nas casas dos familiares, em outros lugares, em um espaço comunitário não religioso (quadras poliesportivas, salões de eventos etc.). O que mais tem sido comum é o velório em estabelecimentos funerários, muitas vezes com capelas sem designação religiosa. Porém, essa é uma realidade pastoral que cabe ao Bispo diocesano refletir e decidir.

O Código de Direito Canônico estabelece que “as exéquias de religiosos ou de membros de

Sociedade de Vida Apostólica sejam celebradas na própria igreja ou oratório pelo Superior, se o Instituto ou Sociedade for clerical; caso contrário, pelo capelão” (cân. 1179). Isso significa que a Igreja reconhece o dever e a responsabilidade dos Institutos e Sociedades para com os funerais dos seus membros.

Conforme o Código, no IVC/SVA clerical de direito pontifício, é o Superior quem preside a celebração das exéquias. O Código não especifica se é o Superior maior ou Superior da comunidade. Contudo, como a celebração é uma expressão maternal da Igreja, e o Superior maior é aquele que desempenha o poder de jurisdição nos IVC/SVA clericais de direito pontifício, pode-se deduzir que, de fato, o presidente das exéquias é o Superior maior.

Por sua vez, o Superior maior, por justa causa, pode delegar a presidência das exéquias (cf. cân. 137 §1). A prerrogativa da celebração, dentro de uma casa religiosa de um IVC/SVA de direito pontifício, é do Superior maior que tem poder de jurisdição, naquele território (casa religiosa), além de gozar de justa autonomia de governo (cf. cân. 586 §1).

Quando a pessoa consagrada falecida era alguém que prestava

A prerrogativa da celebração, dentro de uma casa religiosa de um IVC/SVA de direito pontifício, é do Superior maior que tem poder de jurisdição, naquele território (casa religiosa), além de gozar de justa autonomia de governo (cf. cân. 586 §1).

serviço pastoral para a diocese, é comum que o Bispo diocesano (em sinal de fraternidade) queira presidir as exéquias. Porém, no caso em que o falecido era membro de IVC/SVA, de direito pontifício, a decisão (e prerrogativa) é do Superior maior, já que a atividade pastoral, na diocese, era uma situação transitória, enquanto a vida religiosa consagrada é algo permanente para o falecido. Para a celebração das exéquias do religioso, numa Igreja paroquial, é preciso consentimento do Bispo diocesano ou, ao menos, do pároco. A presidência das exéquias deve ser definida pelo mútuo entendimento entre Bispo/pároco e Superior religioso: o Bispo diocesano é o Pastor das almas na diocese, embora o religioso seja súdito do Superior religioso (cf. cc. 678 §3;

Para a celebração das exéquias do religioso, numa Igreja paroquial, é preciso consentimento do Bispo diocesano ou, ao menos, do pároco.

681 §1) e, ao mesmo tempo, um membro da Igreja local. Nesse caso, nada melhor que o diálogo e bom senso.

É significativa a presidência das exéquias pelo Superior maior, uma vez que seu ofício demanda participação nos principais eventos da vida da pessoa consagrada: é o Superior quem acolhe o vocacionado no Instituto; é ele quem recebe os votos do religioso na primeira profissão; é ele quem recebe a profissão perpétua; é ele quem procede com a incardinação do religioso clérigo pela ordenação diaconal⁸.

Quando se trata de exéquias de pessoa consagrada, membro de um Instituto de direito diocesano, tanto laical quanto clerical, corresponde ao Bispo diocesano, no seu encargo especial para com o Instituto, a presidência da

8 GERALDO, D. O processo de admissão à vida consagrada. Aspectos jurídicos e teológicos. Santa Maria: Biblos, 2010, p.192-193.

celebração e a deliberação sobre o local de sepultamento (cf. cân. 594). Quando se trata de Instituto laical de direito pontifício, tanto masculino quanto feminino, cabe ao Superior/Superiora solicitar ao capelão ou outro sacerdote a presidência das exéquias, não excluindo a solicitude do Bispo diocesano. É preciso levar em consideração a sensibilidade pastoral, principalmente se a pessoa consagrada desempenhava apostolado, com profunda conexão com os demais fiéis, como por exemplo, em escolas, obras sociais, paróquias etc.

Sobre as exéquias e o sepultamento de um religioso promovido ao episcopado, há que se considerar algumas peculiaridades. O religioso, ordenado Bispo, não deixa de ser religioso, mas as obrigações, que antes possuía

Quando se trata de Instituto laical de direito pontifício, tanto masculino quanto feminino, cabe ao Superior/Superiora solicitar ao capelão ou outro sacerdote a presidência das exéquias, não excluindo a solicitude do Bispo diocesano.

com o Instituto, tornam-se relativas e devem se harmonizar com suas novas obrigações (cf. cân. 705). A obrigação de obediência do Bispo é exclusiva ao Romano Pontífice. O Código, também, estabelece que as exéquias do Bispo diocesano devem ser celebradas, preferencialmente, na Catedral, onde também pode ser sepultado (cf. c.1242). O Bispo emérito não perde tal prerrogativa. Porém, o próprio Bispo pode deixar expresso (por escrito) o desejo de ser sepultado em outro lugar adequado.

É direito de um IVC/SVA ter cemitério próprio (cf. cân. 1241 §1). O sepultamento do religioso, em cemitério próprio (ou jazigos reservados em cemitério público), expressa a fraternidade, no Instituto/Sociedade, que constitui um vínculo familiar espiritual⁹. O sepultamento da

⁹ O direito universal nada estabelece sobre o funeral e sepultamento de outros fiéis sem vínculo canônico com o Instituto, como por exemplo, seminaristas, postulantes, familiares de religiosos, funcionários residentes. Nada obriga a sepultá-los em cemitério do Instituto, mas também nada proíbe. Diferente do CIC atual, o CIC de 1917 estabelecia normas mais precisas sobre essa matéria (cf. cân. 1221 §3 do CIC/1917). O direito particular dos Institutos pode estabelecer algo sobre o assunto. Nesses casos, como o vínculo familiar é ainda o que se sobrepõe na vida desses fiéis sem vínculo de votos, o mais prudente é que seja decidido em diálogo com os familiares. Cf. SANTOS, José Luis. "c.1179", em INSTITUTO MARTÍN AZPILCUETA

O Código, também, estabelece que as exéquias do Bispo diocesano devem ser celebradas, preferencialmente, na Catedral, onde também pode ser sepultado (cf. c.1242). O Bispo emérito não perde tal prerrogativa. Porém, o próprio Bispo pode deixar expresso (por escrito) o desejo de ser sepultado em outro lugar adequado.

pessoa consagrada, em jazigo ou cemitério próprio, pode favorecer a constante oração pelos falecidos e faz referência a comunhão contínua na Igreja entre vivos e mortos (cf. ARC 5). Naturalmente, os familiares do religioso merecem o consolo e conforto, embora sejam convidados a compreender o vínculo fraterno do seu parente com o Instituto. Convém que seja facilitado o acesso ao sepulcro, não só aos familiares, mas a todos os fiéis que também podem praticar a devoção em favor dos mortos.

– FACULDADE DE DERECHO CANÓNICO – UNIVERSIDAD DE NAVARRA, Comentario Exegético al Código de Derecho Canónico, III/2, EUNSA, Pamplona, p.1697.

Supondo que algum familiar ou a própria pessoa consagrada possa reclamar a liberdade de escolha, nos assuntos de sepultamento, é importante recordar que a opção pela vida consagrada consiste numa sublime expressão de liberdade que transforma a vontade pessoal em oblação de vida. Vale lembrar o que a *Lumen Gentium* declara sobre o desenvolvimento da personalidade humana, também, por meio das renúncias e escolhas que nutrem os conselhos evangélicos: “Na verdade, conselhos voluntariamente abraçados segundo a vocação pessoal de cada um, contribuem não pouco para a purificação do coração e liberdade espiritual” (LG 46¹⁰). Portanto, é legítimo o direito do IVC/SVA de honrar e sepultar seus membros conforme lei própria¹¹.

Porém, a situação de luto é sempre um momento delicado e, muitas vezes, afloram sentimentos de posse, desespero, apego e sensação de incompletude dos familiares do falecido. Por isso, é importante que a pessoa consagrada, com a devida caridade, converse com seus familiares sobre o significado

do vínculo eclesiástico com o Instituto. Também, deve-se conversar com os familiares sobre o direito-dever do Instituto para com seus membros, inclusive, por ocasião da sua morte. Caso a pessoa consagrada tenha justos motivos para ser sepultado em outro lugar (como por exemplo, num jazigo da família, na cidade natal etc.), convém que converse com o superior e deixe registrada a sua vontade por escrito. Esse documento deve ser conservado no arquivo do Instituto e convém deixar cópias com os familiares, que poderão apresentá-las ao Superior no momento oportuno.

Quando surge uma controvérsia entre os familiares e o Instituto sobre o destino dos restos mortais de um religioso, geralmente, é porque os familiares não foram bem esclarecidos sobre o significado sagrado da opção de vida consagrada. Possivelmente, uma querela no âmbito civil dê direito aos familiares, exceto no caso de vontade expressada e registrada com ato notarial¹². Mas, antes que

10 Constituição Dogmática *Lumen Gentium* = LG

11 Cf. SILVA, Manuel F. Sousa e, *Direito Sacramental I*, UCE, Lisboa, 2004, p.442.

12 Sem aprofundar o mérito da questão, no âmbito civil, os familiares têm grande responsabilidade sobre a imagem, a dignidade e os bens do ente falecido. O art. 79 da Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973) elenca os responsáveis pelo registro do óbito, dentre os quais, em primeiro lugar estão os familiares (BRASIL. Lei nº 10.406, de

chegue a uma disputa desgastante e dolorosa, podemos fazer nossa parte. Converse com seus familiares sobre isso e, se possível, deixe registrado por escrito sua vontade.

É importante que a pessoa consagrada, com a devida caridade, converse com seus familiares sobre o significado do vínculo eclesial com o Instituto. Também, deve-se conversar com os familiares sobre o direito-dever do Instituto para com seus membros, inclusive, por ocasião da sua morte.

10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002). Alguns doutrinadores do Direito funerário veem nos familiares o direito-dever de sepultar seus mortos. Há ainda o entendimento de que a vontade expressada pela pessoa, em relação ao destino dos seus restos mortais devem ser respeitados, desde que não contrariem a dignidade da pessoa. (cf. BARCELLOS, C. A. K. DÍREITO FUNERÁRIO: CONCEITO, COMPETÊNCIA E BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE SEUS PRINCÍPIOS INFORMADORES. Acta Científica. Ciências Humanas, [S. 1.], v. 26, n. 2, p. 21-39, 2018. Disponível em: <https://revistas.unasp.edu.br/acch/article/view/965>. Acesso em: 28 out. 2021).

Caso a pessoa consagrada tenha justos motivos para ser sepultado em outro lugar (como por exemplo, num jazigo da família, na cidade natal etc.), convém que converse com o superior e deixe registrada a sua vontade por escrito.

Para refletir

- Você já conversou com os seus familiares sobre os elementos que constituem sua opção de vida? Eles sabem que seu vínculo com o Instituto é selado com compromissos profundos?
- Seus familiares sabem que a prerrogativa do funeral, exéquias e sepultamento pertence ao seu Instituto? Os termos do testamento de religioso do seu IVC/SVA prevê a indicação de lugar de sepultamento?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCELLOS, C. A. K. Direito funerário: conceito, competência e breves considerações sobre seus princípios informadores. *Acta Científica. Ciências Humanas*, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 21-39, 2018. Disponível em: <https://revistas.unasp.edu.br/acch/article/view/965>. Acesso em: 28 out. 2021.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.*
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Brasília: CNBB, 2013.
- CNBB. Exéquias. In: *Sacramentário. Edição típica em tradução portuguesa para o Brasil realizada e publicada pela CNBB. 6. ed., São Paulo: Paulus, 2011, pp.129-145.*
- CÓDIGO DE DERECHO CANÓNICO 1917. Madrid: BAC, 1962.
- CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO 1983. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2017.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Lumen Gentium, 1964. Constituição dogmática. In: Compêndio do Vaticano II. Constituições, Decretos, Declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 39-113.*
- CONCÍLIO VATICANO II. *Sacrosanctum Concilium, 1964. Constituição. In: Compêndio do Vaticano II. Constituições, Decretos, Declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, pp.259-306.*
- CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução Ad resurgendum cum Christo a propósito da sepultura dos defuntos e da conservação das cinzas da cremação. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20160815_ad-resurgendum-cum-christo_po.html>. Acesso em 19, março 2022.*
- GERALDO, D. *O processo de admissão à vida consagrada. Aspectos jurídicos e teológicos. Santa Maria: Biblos, 2010.*
- SANTOS, J. Luis. C.1179. In: *INSTITUTO MARTÍN AZPILCUETA – FACULDADE DE DERECHO CANÓNICO – UNIVERSIDAD DE NAVARRA, Comentario Exegético al Código de Derecho Canónico, 2.ed., v.III/2, Pamplona: EUNSA, 1997, p.1697.*
- SILVA, Manuel F. *Sousa e. Direito Sacramental, vol. I, Lisboa: UCE, 2004.*



QUEM SOU EU PARA JULGAR? – RECENSÃO AO LIVRO DO PAPA FRANCISCO

FREI OTON DA SILVA ARAÚJO JÚNIOR, OFM
EQUIPE INTERDISCIPLINAR DA CRB NACIONAL

Publicado em 2016, na Itália, com o título “Chi sono io per giudicare?”, o livro organizado por Anna Maria Foli (que já editou outros textos de Francisco e também outros fora do circuito religioso), foi traduzido para o português por Clara A. Colotto e publicado pela editora Leya no ano seguinte. Contém 122 páginas. A coletânea, em português, recebeu como subtítulo: “O perdão e a tolerância como caminhos para a paz e a harmonia de cada um de nós e de todo o mundo”. Em italiano, o subtítulo original foi: “por que quero que a Igreja seja inquieta”.

O livro foi organizado com pequenos trechos de pronunciamentos do Papa Francisco, em diferentes contextos, recolhidos de escritos, audiências,

entrevistas em viagens, reflexões matinais, etc. que possibilitam compreender a visão, do atual Pontífice, a respeito de diversos assuntos, da atualidade, emoldurados pelo arco da misericórdia e da presença cristã no mundo.

O texto é apresentado em quatro partes: 1. Não julguem para não serem julgados; 2. Todos somos frágeis; 3. Julgar o pecado, e não o pecador; 4. O juízo da história sobre a história.

1. Não julguem para não serem julgados

A primeira parte do livro traz 14 reflexões, cuja temática inspiradora é a misericórdia de Deus, que abraça a todos, indistintamente, e nos convida a

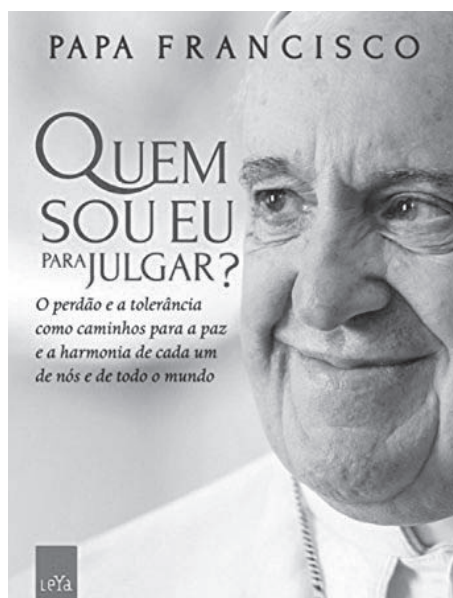
sermos misericordiosos como o Pai. O contexto geral é o Ano da Misericórdia, celebrado em 2015. Alerta Francisco “Qual é o perigo? É presumirmos que somos justos e julgarmos os outros. Julgamos até Deus, porque pensamos que Ele deveria castigar os pecadores, condená-los à morte, em vez de perdoar” (p.17).

Há, segundo o papa, o risco de não sermos bons agentes da misericórdia, como no caso de confesores com dificuldade de conceder o perdão. O capítulo traz, ainda, temas relacionados aos gays e ao aborto, mas sempre nos convidando a ter o mesmo olhar que Deus olha seus filhos e filhas.

2. Todos somos frágeis

A segunda parte se atém ao horizonte da família e aborda temas como os divorciados, os casais de segunda união, os pobres, os presidiários, as pessoas homossexuais, os novos escravos, os idosos, jovens e crianças.

Quando o tema do acolhimento dos casais de segunda união vem à baila na Igreja, muitas vezes a grande questão é o acesso à eucaristia. “Como se comungar fosse o mesmo que usar uma fita, um distintivo honorífico. Não. A pessoa deve se reintegrar” (p,



37). No capítulo VIII, de *Amoris Laetitia*, citado no livro, ao se referir aos casais em situações “irregulares”, Francisco se expressa usando as aspas, o que chama muito a atenção (veja *Amoris Laetitia* n. 295).

Dirigindo-se aos presidiários, disse o papa: “Há uma bela canção entoada pelos alpinos. Diz mais ou menos assim: ‘Na arte de subir, a vitória não está em não cair, mas em não permanecer caído” (p. 53).

A respeito das pessoas homossexuais, Francisco faz questão de se referir, exatamente, com essa expressão, pois, em primeiro lugar vem a pessoa, para depois se referir a sua orientação sexual. “Diga-me: Deus, quando olha

uma pessoa homossexual, aprova a existência dela com afeto ou a rejeita condenando-a?” (p.62).

Este capítulo recorda o drama do tráfico humano, e Francisco demonstra sua preocupação e empenho em resolver esse drama humano, presente em tantas realidades.

A respeito dos idosos, diz Bergoglio: “O idoso não é um estranho. O idoso somos nós: cedo ou tarde, mas, inevitavelmente, mesmo que não pensemos nisso. E se nós não aprendermos a tratar bem os idosos, do mesmo modo seremos tratados” (p.70).

Quanto às crianças, Francisco reforça que estas nunca são um ‘erro’ e que o sofrimento delas também o desafia a buscar uma explicação: “A minha resposta à dor das crianças é o silêncio ou uma palavra que nasce das minhas lágrimas. Não tenho medo de chorar. Você também não deve ter” (p.77).

Ao se referir aos jovens, Francisco relaciona-os à esperança e os alerta sobre os perigos do mundo, como as drogas e o imediatismo.

3. A parte III do livro tem como título “Julgar o peccado, e não o peccador”. Nele, foram agrupados temas como: Fundamentalismo, Pedofilia,

Relativismo, Individualismo, Máfia, Eutanásia, Aborto e Contracepção.

Sobre o fundamentalismo, o papa alerta “Matar em nome de Deus é uma aberração. Creio que isso seja a coisa mais importante sobre a liberdade religiosa: deve-se praticar a religião com liberdade, sem ofender, sem impor e sem matar” (p.100).

A respeito da pedofilia, Francisco demonstra sua tristeza por essa situação e recorda o caminho que vem sendo feito pela Comissão para a Tutela de Menores, condena o crime, principalmente, por parte dos padres, e recorda que, em muitas situações, o abuso de menores se dá no seio da própria família. Diz que a recomendação sobre esses casos é de tolerância zero e num discurso de 2015 clama “Peço a vocês para acreditar que o Santo Padre os escuta e acredita em vocês. Sinto profundamente que alguns bispos tenham falhado em sua responsabilidade de proteger as crianças. É muito preocupante saber que, em alguns casos, tenham sido os próprios bispos a cometer os abusos. Prometo-lhes que seguiremos o caminho da verdade onde quer que ela nos leve. Clero e bispos serão chamados a prestar contas se abusaram das crianças ou se não foram capazes de protegê-las” (p. 105).

A respeito da Máfia, Francisco diz expressamente “Aqueles que, em sua vida, percorrem esse caminho do mal, como fazem os mafiosos, não estão em comunhão com Deus: são excomungados” (p.120). E os convida a conversão “Convertam-se, ainda há tempo para não terminarem no inferno. É o que os espera se continuarem nesse caminho. Vocês tiveram pai e mãe: pensem neles. Chorem um pouco e convertam-se” (p.123).

O livro se refaz à *Evangelii Gaudium* n.213-214 ao dizer sobre aborto: “fizemos pouco para acompanhar adequadamente as mulheres que se encontram em situações muito duras, em que o aborto se lhes apresenta como uma rápida solução para suas angústias profundas, particularmente quando a vida que cresce nelas surgiu como consequência de uma violência ou num contexto de extrema pobreza. Quem pode deixar de entender situações tão dolorosas?” (p.135).

O capítulo relaciona, rapidamente, ainda, temas como o valor da vida embrionária, as questões demográficas e a educação sexual dos jovens.

4. A quarta e última parte se intitula: “O juízo da história sobre a história”. Esta apresenta, também, temas

muito variados, a saber: Europa, Fé e religião, Homem e mulher, Sexualidade, Famílias e futuro, Uniões civis e laicidade, Convivências, Matrimônio, Gênero, Ecumenismo e outras religiões, O drama do desemprego, Ambiente e ecologia.

Ao refletir sobre o continente europeu, Francisco provoca a identidade europeia tão aberta, próspera, e que, no atual contexto, apresenta-se fechada ao novo e aos estrangeiros: “O que lhe aconteceu, Europa humanística, defensora pertinaz dos direitos do homem, da democracia e da liberdade? O que lhe aconteceu, Europa, terra dos poetas, filósofos, artistas, músicos, literatos? O que lhe aconteceu, Europa mãe dos povos e nações, mãe de grandes homens e mulheres, que souberam defender e dar a vida pela dignidade de seus irmãos?” (p.145).

Voltando-se à Vida Religiosa, Francisco alerta para o ‘terrorismo dos falatórios’, o perigo das fofocas na vida comunitária, elogia a castidade e o celibato, e ao se referir ao lugar das mulheres na Igreja, confia “Eu gostaria de constituir uma comissão oficial que possa estudar a questão [do diaconato feminino]: creio que fará bem à Igreja esclarecer este ponto” (p.157). E provoca: “Quando vejo mulheres desempenhando

tarefas de servidão, é porque não se compreende bem aquilo que uma mulher deve fazer.

Que presença tem a mulher na Igreja? Pode ser melhor valorizada?” (p.161).

Neste capítulo, o papa fala da reciprocidade entre homens e mulheres, e chega a uma associação provocadora “A crise da família deu origem a uma crise de ecologia humana, pois os ambientes sociais, como os ambientes naturais, têm necessidade de serem protegidos” (p.189).

Ao refletir sobre o Marxismo, o papa se diz surpreso com algumas reações, a respeito de sua postura para com os pobres “É estranho, mas, se falo sobre isso para alguns, dizem: O Papa é comunista. Não entendem que o amor aos pobres está no centro do Evangelho. Terra, casa e trabalho são direitos sagrados. Exigir isso não é, de fato, estranho, é a doutrina social da Igreja” (p.198).

Para Francisco, o ecumenismo é uma prioridade. Diz “Hoje existe o ecumenismo do sangue. Em alguns países, matam os cristãos, porque levam uma cruz ou têm uma Bíblia, e antes de matá-los não perguntam se eles são anglicanos, luteranos, católicos ou ortodoxos. O sangue está misturado. Para aqueles que

matam, somos cristãos. Estamos unidos no sangue, mesmo se entre nós não conseguimos ainda dar os passos necessários para a unidade. Talvez ainda não tenha chegado o tempo” (p.203).

Sobre as relações de trabalho, o atual modelo econômico tem aumentado muito o número de desempregados. Francisco se mostra atendo a essa situação: “Todos os dias vocês encontram pessoas que perderam o trabalho — isso faz chorar — ou estão à procura de ocupação. E elas aceitam o que aparece.

Quantas pessoas à procura de ocupação, pessoas que querem levar pão para casa: não apenas comer, mas levar comida para casa, esta é a dignidade. O pão para a sua família. É necessário dar uma resposta a essas pessoas” (p.215).

O livro termina recordando a missão dos seres humanos em cuidar do planeta terra, e seguindo a linha de Laudato Si, recorda o vínculo entre a terra e os pobres (LS 49) e alerta para a influência econômica sobre as questões ambientais, convocando os cristãos a se empenharem no cuidado de nossa mãe e irmã terra: “Se as pessoas são movidas a cuidar do meio ambiente, de que fazem parte, pelo fato de serem

humanas, os cristãos, em particular, advertem que sua tarefa no seio da criação e seus deveres em relação à natureza e ao Criador fazem parte de sua fé” (p.221).

Breve reação ao texto

“Quem sou eu para julgar?” nos oferece uma boa síntese do modo de pensar de Francisco. O livro é formado por recortes de falas e escritos em diferentes contextos, apresentadas como reflexões breves, e que permitem perceber a coerência de seu modo de encarar as situações. As reflexões são de fácil apreensão, como característica do próprio papa argentino ao se expressar de um modo direto e convincente.

Os temas trazem um vasto arco de reflexões, desde as práticas relacionadas à misericórdia, as diversas fases da vida até as grandes questões planetárias, como as guerras e o cuidado para com a criação. Causa estranhamento o modo como os temas foram agrupados, dando a impressão de certa dispersão. Há temas apresentados com vários pequenos textos, e outros de modo muito breve. Ocorrem também certas repetições que, talvez, pudessem ter sido agrupadas de outra forma.

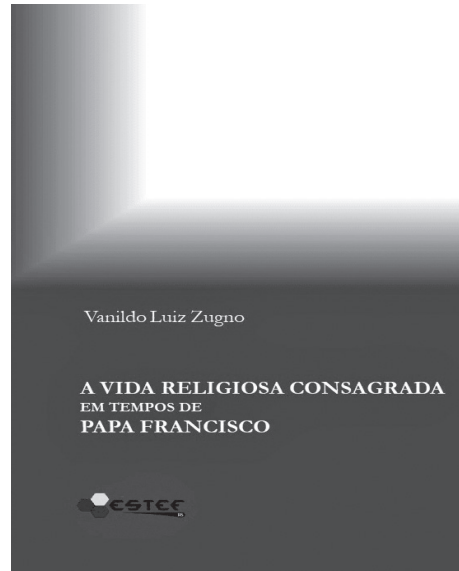
Os argumentos, em várias passagens, são espinhosos e dialogam com a liberdade de consciência e a doutrina cristã. O Papa Bergoglio oferece sua leitura inédita, marcada por uma visão teológica profundamente reformadora. É uma abertura humana e religiosa, que também interessa cada vez mais aos não crentes e que suscita debates acalorados dentro e fora da Igreja.

Não se trata de um texto-síntese, do conjunto do magistério de Francisco, como se ali pudessem estar todas as implicações de seu pontificado, mas, sem dúvida, é uma oportunidade de adentrar nas principais linhas de seu pensamento, sob o mote da misericórdia de Deus, que nos chama também, a sermos agentes da misericórdia. Para Francisco, só as palavras do Evangelho, gotejadas em um espírito rígido, tal qual “água mole em pedra dura” poderão tornar o coração palpitante e compassivo.

ZUGNO, Vanildo Luiz, A Vida Religiosa Consagrada em tempos de Papa Francisco. Porto Alegre: ESTEF, 2021. 154 p. ISBN 978-65-87501-04-8.

Esta obra recolhe uma série de reflexões do capuchinho, Frei Vanildo, em torno da Vida Religiosa Consagrada (VRC), delimitando seu foco ao período do pontificado do Papa Francisco. A leitura atenta, dos grandes documentos do magistério papal, ofereceu-lhe chaves para compreender o que se passa com o carisma da vida consagrada e indica rumos, num contexto histórico, com sua exigência de contínuo discernimento.

A Vida Religiosa Consagrada (VRC) vive um autêntico kairós, em tempos de Papa Francisco. Conhecendo, por experiência pessoal, esse carisma eclesial, por ser jesuíta, com seu testemunho de vida e suas palavras inspiradas, Francisco tem sido um agulhão a desinstalar religiosos e religiosas de suas indolências comunitárias e missionárias e a motivá-los a se abrirem para a eclesiologia da “Igreja em saída”, para enfrentarem os muitos desafios com que os sofrimentos da humanidade os confrontam. A VRC apostólica é estimulada a encarnar a Igreja “hospital de campanha”, a Igreja



“enlameada”, a Igreja onde “os pastores têm o cheiro das ovelhas”.

Em seis “simples ensaios”, o autor mostra como a VRC “é chamada a unir-se ao movimento do Papa Francisco” e “repensar-se no seu sentido, na sua dinâmica e nas suas opções”, em vista de “se renovar e transformar para responder aos ‘sinais dos tempos’” que lhe competem viver.

O primeiro ensaio tem como título uma pergunta: “Há lugar para a VRC na Igreja do Papa Francisco?” (p. 9-33). O Papa, em sua Exortação Apostólica Evangelii Gaudium, coloca as balizas para que a Igreja retome sua vocação de anunciadora do evangelho, da alegria, na contra-mão dos anátemas de outrora.

Para isso, torna-se urgente passar por uma mudança estrutural que a permita “retomar o diálogo com o mundo moderno, a fim de configurar um modo de ser cristão católico, que seja capaz de responder aos problemas que ameaçam a sobrevivência da Igreja Católica enquanto instituição, da humanidade e do próprio planeta”. Interessa-lhe não a simples sobrevivência da Igreja, enquanto instituição, e sim, que os católicos recuperem a consciência fundamental de serem responsáveis por anunciar a Boa-Nova do Evangelho à humanidade, de tantos modos ferida. Daí, o anseio de que seja uma Igreja em saída, que busque curar as próprias feridas para poder curar as feridas alheias; uma Igreja com o rosto da misericórdia, mormente, em favor dos pobres, das famílias, dos jovens e, também, da criação. Enfim, “uma Igreja capaz de conversão, inculturação e livre para sonhar”. Nesse cenário, coloca-se a questão: “Há lugar para a Vida Religiosa Consagrada nesta nova Igreja, que se propõe a viver e anunciar, no mundo de hoje, a Boa Nova do Evangelho?”

O segundo ensaio versa sobre “o voto de obediência” (p. 35-55). Num mundo em que a liberdade e a autonomia são valores

inquestionáveis, no qual a VRC entendeu o tema da obediência na contramão do Evangelho, Francisco oferece pistas para repensá-lo. Nas entrelinhas de suas falas e seus escritos, encontram-se pistas valiosas para se ressignificar a obediência, numa dinâmica de Igreja em saída. Exige-se “superar a auto-referencialidade”, de modo a “colocar-se a serviço do outro como caminho para a felicidade”. Isso supõe entender, corretamente, a relação “entre a observância e a profecia”, para que se torne uma VRC “itinerante e missionária”. Tal compreensão do voto resulta de uma “obediência sinodal”, na qual todos, e cada um, coloca-se à escuta do Espírito, com a disposição de se deixar guiar por Ele.

O terceiro ensaio aborda “o voto de pobreza” (p. 57-76). Num mundo marcado pelo materialismo e pela globalização da indiferença, em relação aos empobrecidos, pela idolatria do dinheiro, levanta-se a questão. “Para que ser pobre?” Dos religiosos e das religiosas, exige-se “fazer uma opção radical em que Deus e os pobres (EG 2) ocupem a primazia, nas opções de cada pessoa cristã e, de modo exemplar e profético”. A pobreza, na VRC, pauta-se pelo testemunho de Jesus de

Nazaré, tão bem narrada nos evangelhos, de modo especial, nas bem-aventuranças da pobreza e da mansidão? Afinal, quem é manso, como afirma o Papa, “deposita a sua confiança apenas em Deus (GE 71)”? Os religiosos e as religiosas devem tomar consciência de “como ser pobre” em consonância com o voto professado. Isso se dá pela proximidade solidária com os mais pobres, com quem se partilha e por quem se luta para que vivam com dignidade. Entretanto, torna-se urgente engajar-se na transformação das estruturas iníquas que produzem pobreza e marginalização. A opção por uma vida austera e sóbria torna-se exigência, somando-se à proteção da nossa Casa Comum, cuja degradação se faz sentir, em primeiro lugar, pelas faixas mais carentes da sociedade.

O quarto ensaio está voltado para o “voto de castidade” (p. 77-102). A cultura, atual, exige pensar o voto, num contexto, em que a “afirmação do humano rompeu os diques da castidade entendida como negação do afeto e da sexualidade”. Essa mesma cultura permitiu que viessem à tona “a violência de gênero e, como sua expressão mais perversa, os abusos sexuais,” com a ruptura dos “pactos de silêncio”.

O voto de castidade, por seguir na contramão do antropocentrismo, do individualismo e do hedonismo, exige corações livres e oblativos nas relações interpessoais, para além da busca do prazer e da tentação de coisificar o outro. A bem-aventurança da pureza de coração (Mt 5,8) torna-se um imperativo. Os passos a serem dados começam com a “aceitação da própria corporeidade” e passam pelo reconhecimento de “nossa identidade sexual”. Assim, os religiosos e as religiões serão “capazes de doar-se sem restrições aos outros, tanto na sua comunidade como na missão”, com o pressuposto de serem movidos pelo amor, tendo como fonte o próprio Deus. Daí, resultará a capacidade de “viver um amor inclusivo, aberto a todos e a todas sem restrições, na capacidade de doar-se, totalmente sem apossar-se de ninguém, estabelecendo relações profundas, transparentes e livres”.

O quinto ensaio aborda “os votos religiosos na perspectiva do sínodo para a Pan-Amazônia”. O Sínodo da Amazônia (2019) oferece ao autor uma chave de leitura da VRC que permite “passar de uma leitura pessoal e intimista da VRC e, nela, dos votos, para uma perspectiva comunitária, social, ecológica e

missionária, dentro da dinâmica de uma Igreja em saída”. Com o pano de fundo desse evento eclesial, pode-se falar em “obediência sinodal”, pensando-se no longo e paciente processo de escuta das bases, com a preocupação de perceber os apelos do Espírito para a Igreja servidora do Povo de Deus daquela região. A “pobreza itinerante”, de certo modo, está, intimamente, ligada à obediência sinodal, pois o serviço aos pobres exige um estilo de vida despojado, inspirado em Francisco de Assis, que abre mão do acúmulo de bens e do apego aos bens deste mundo e pensa “a pobreza como compromisso com a construção de uma economia e um modelo de desenvolvimento que respeite as pessoas, especialmente os mais pobres, e toda a criação”. Então, os religiosos se defrontarão com “os movimentos migratórios massivos, frutos, em grande parte da pobreza estrutural a qual estão submetidos os povos do continente”. Por sua vez, a “castidade solidária” desdobra-se como “castidade cultural” a exigir respeito pelas múltiplas culturas dos povos os quais servimos, e a defender a vida dos seres humanos fragilizados. E mais, como “castidade ecológica,” quando se supera a tentação de se assenhorar dos bens da criação e submetê-los

aos caprichos humanos com o desejo de descobrir a sabedoria do bem-viver, pois, tudo está interligado. E como “castidade militante,” ao se engajar na luta por um mundo no qual cada ser humano – sua corporeidade – tenha a dignidade respeitada. O clamor das mulheres deve ser escutado, de maneira particular, numa sociedade machista e misógina e numa Igreja clericalista.

O sexto ensaio conclui a obra, com reflexões, em torno de um tema candente: as “Crises na Vida Religiosa Consagrada”, considerando as referências a tal carisma, nas reflexões do Papa Francisco, em quatro documentos basilares de seu pontificado: *Evangelii gaudium*, *Laudato si*, *Amoris laetitia* e *Gaudete et exsultate*. As crises exigem ser assumidas e superadas pela volta ao primeiro amor. Então, tornam-se uma ocasião favorável para a retomada evangélica da vocação. São apresentados alguns princípios fundamentais para o enfrentamento. O primeiro é “a pessoa está acima dos votos”. Seguem-se “o princípio da gradualidade” e “o princípio da misericórdia”, “o princípio das portas sempre abertas”, “o princípio da reintegração”. Entretanto, o Papa Francisco aponta algumas disposições

espirituais incontornáveis para solucioná-las. As disposições básicas são “suportação, paciência e mansidão”. Seguem-se “a alegria e o senso de humor”, “a ousadia e ardor” e “parresia, ousadia e impulso evangelizador”. Cumpre lembrar que “a superação das crises, na VRC, sempre, passa pela mediação da comunidade” e “a oração”.

O autor encerra cada capítulo com um elenco bibliográfico. Quem se interessar poderá aprofundar a reflexão. A versão digital da obra pode ser acessada no

seguinte link: <https://freivanildo.com/livros-publicados/vrc/>.

A leitura da obra, do Frei Vanildo, interessará a um vasto público, desde quem dá os primeiros passos na VRC, até aos veteranos. Um de seus muitos méritos consiste em alertar os(as) religiosos(as) a escuta atenta dos apelos do Papa Francisco, numa quadra dramática da história da Igreja, na qual o carisma da vida consagrada se faz cada vez mais necessário. O Espírito tem nos falado por meio dele!




**CRB NACIONAL
REGIONAIS**

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (CRB)
CONFERENZA DE LOS RELIGIOSOS DEL BRASIL
BRAZILIAN RELIGIOUS CONFERENCE
CONFERENZA RELIGIOSA BRASILIANA

ASSINATURA DA REVISTA CONVERGÊNCIA 2020



Para assinaturas novas ou renovação, preencher o cupom e enviar para: convergencia@crbnacional.org
Pode também acessar o site e imprimir o boleto: www.crbnacional.org.br

Nome completo:
Congregação:
Endereço:
CEP (código postal): Cidade: UF: País:
Nova assinatura () Renovação ()
Telefone: () E-mail:
Forma de pagamento:
Efetivo () Depósito Bancário () Agência: C/C:

Valor da Assinatura:

Brasil: R\$ 145,00 América Latina e Caribe: U\$ 80 Europa: E 70 Outros países: U\$ 100

1. Brasil: O pagamento pode ser efetuado na sede da CRB Nacional ou nas regionais. Pode também efetuar o pagamento na conta da CRB: Banco do Brasil: Ag:452-9-C/C: 306934-6 (enviar o comprovante por e-mail ou entrar em contato (61) 3226-5540).
2. América Latina e Caribe: O pagamento pode ser feito em cheque, em dólar no Banco do Brasil em nome da Conferência dos Religiosos do Brasil. Enviar o comprovante por e-mail (convergencia@crbnacional.org.br)
3. Outros países: pode ser feito em cheque, em dólar (para tanto se for em euro deve fazer a devida conversão para dólar). Enviar o comprovante para a CRB Nacional (convergencia@crbnacional.org.br).